

Análise de Discurso em diferentes materialidades

Orgs.
Palmira Heine Alvarez
Anderson Almeida
Geórgia de Castro

**ANÁLISE DE DISCURSO EM DIFERENTES
MATERIALIDADES**

Comissão Editorial

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda
Ma. Marcelise Lima de Assis

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS*)
Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB*)
Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)
Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE*)
Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)
Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)
Me. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA*)
Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)
Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA*)
Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza
(Doutoranda/UNICAMP)
Dr. Washington Drummond (UNEB*)
Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR*)

*Vínculo Institucional (docentes)

Palmira Heine Alvarez
Anderson Almeida
Geórgia Castro
Organizadores

**ANÁLISE DE DISCURSO EM DIFERENTES
MATERIALIDADES**



Catu, Ba
2021

© 2021 by Editora Bordô-Grená
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

Editora Bordô-Grená
<https://www.editorabordogrena.com>
bordogrena@editorabordogrena.com

Projeto gráfico: Editora Bordô-Grená
Capa: Keila Lima de Assis
Editoração: Editora Bordô-Grená
Revisão textual: Editora Bordô-Grená

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

A532

Análise de discurso em diferentes materialidades: [Recurso eletrônico]: / Organizadores Anderson Almeida, Geórgia Castro, Palmira Heine Alvarez. – Catu: Bordô-Grená, 2021.

3816kb, 212fls. il: color

Livro eletrônico
Modo de acesso: Word Wide Web
<www.editorabordogrena.com>
Incluem referências

ISBN: 978-65-87035-66-6 (e-book)

1. Análise do discurso. 2. Linguagem. I. Título.

CDD 401.41
CDU 81'23

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	10
<i>Palmira Heine Alvarez, Anderson Almeida e Geórgia Castro</i>	
A FARDA E O FEMINICÍDIO: O CASO RAFAELLE – ENTRE O AMOR E O ÓDIO	13
<i>Geórgia de Castro M. Ferreira e Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez</i>	
ALÉM DA MARGEM: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE ENTREVISTAS COM ADOLESCENTES INFRATORES	35
<i>Carlos Alberto Braz e Altamir Botoso</i>	
AS TENSÕES SUBJETIVAS DOS DISCURSOS POLÍTICOS A PARTIR DO MOVIMENTO #ELENÃO NAS HASHTGS DO TWITTER	45
<i>Girleide Ribeiro Santos Cunha</i>	
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMAGINÁRIO SOCIAL E A SUBJETIVAÇÃO DO MORADOR DE CAMPO NAS HISTÓRIAS EM QUADRTINHOS DE CHICO BENTO MOÇO	61
<i>Illa Pires de Azevedo</i>	
DISCURSO, NARRATIVIDADE E LITERATURA: OS EFEITOS DO ASSOMBRO NO CONTO “ASSOMBRAÇÕES DE AGOSTO”	73
<i>Maráisa Lopes, Abraão Janderson dos Santos Amaral e Fátima Ingrid Bezerra Bonfim</i>	
O DISCURSO DA SEXUALIDADE DO CORPO FEMININO: NAS PROPAGANDAS DE LINGERIE DA DULOREN	85
<i>Eliane Cristina Ormonde Leitão Mosquezi e Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez</i>	
O DISCURSO E A RESISTÊNCIA: EIS O FAZER DA ANÁLISE DE DISCURSO	97
<i>Anderson de Almeida Santos</i>	
POR UMA ESTÉTICA DO ESPAÇO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA DO NORDESTE BRASILEIRO	109
<i>Livia Dias de Azevedo</i>	
SUJEITO E POSIÇÃO SOCIAL: ENTRE O QUE PODE E O QUE NÃO PODE SER DITO	122
<i>Marcos Antônio da Silva</i>	

UMA ANÁLISE DO DISCURSO MUDIÁTICO SOBRE O “FAZER” DOS APARELHOS REPRESSIVOS DO ESTADO	134
<i>Filipe Siqueira Fermino</i>	145
A VOZ COMO EFEITO DO REAL DA LÍNGUA	
<i>Teodulino Mangueira Rosendo</i>	
O PROFESSOR INDÍGENA E O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS NA RELAÇÃO TEXTO IMAGÉTICO E TEXTO VERBAL	158
<i>Aldrin da Costa Cruz e Glaucia Maria Trinchão</i>	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	175
SOBRE OS ORGANIZADORES	174

APRESENTAÇÃO

Os textos que compõem esta obra apresentam resultados das investigações de pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa do país, cujo aporte teórico repousa nas ideias de Michel Pêcheux, filósofo francês, responsável por constituir a teoria de discurso, mais tarde conhecida como Análise de Discurso (AD).

Os artigos aqui reunidos envolvem reflexões sobre materialidades diversas, enfocando os modos de funcionamento do discurso em sua articulação com a história e a língua, desvelando as formas de constituição de sentidos que indicam, por sua vez, o funcionamento da ideologia e suas marcas na língua.

O discurso, compreendido como efeito de sentidos entre os pontos A e B, sendo A e B, por sua vez, as representações dos sujeitos no discurso, extrapola a estrutura puramente formal da língua, trazendo à baila elementos que são da ordem da história. Assim, a partir da memória, entre o dizer e o não dizer, os sentidos se constituem, se estabelecem na paráfrase ou na polissemia, indicam uma rede que se conecta a já-ditos pressupondo uma constituição histórica inexorável à língua. Esta, por sua vez, passa a ser vista como sistema relativamente autônomo, não podendo ser compreendida sem sua dimensão sócio-histórica e ideológica.

No primeiro capítulo *A farda e o feminicídio: o caso Rafaella – entre o amor e o ódio*, Geórgia de Castro M. Ferreira e Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez buscaram compreender a discursivização do assassinato da policial militar feminina Rafaella Gonçalves na mídia, refletindo sobre a relação entre a farda e o feminicídio. Observaram como o discurso de ódio emergiu nas reportagens analisadas indicando um certo processo de rejeição e destituição da policial feminina, processo que trazia um efeito cascata. As discursividades analisadas revelam o preconceito à profissão e a justificação do feminicídio por questões políticas silenciando o homicídio qualificado pelo feminicídio, crime comum que tem como base as ideias de posse da mulher, provenientes do patriarcado.

O segundo capítulo *Além da margem: uma análise discursiva de entrevistas com adolescentes infratores* de Carlos Alberto Braz e Altamir Botoso investigou os sentidos que ecoavam nos discursos dos adolescentes infratores, em regime de internato, no Centro de Socioeducação, da cidade de Santo Antônio da Platina, estado do Paraná, com foco na Análise de discurso de vertente pecheutiana, trazendo importantes reflexões sobre a temática e os modos de constituição dos sentidos que constituem as subjetividades desses adolescentes.

Em *As tensões subjetivas dos discursos políticos a partir do movimento #Elenão nas hashtgs do twitter*, que compõe o terceiro capítulo, Gisleide

Ribeiro Santos Cunha discute a representação da mulher a partir do funcionamento discursivo da hashtag #elenão. Mapeando o surgimento desse movimento, pautado nessa expressão de negação aos discursos proferidos pelo então candidato da presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, a autora demonstrou como o sujeito mulher se posicionou frente à arena política complexa e conflituosa nas eleições de 2018.

Navegando pela literatura infantojuvenil especificamente, pelo universo das historinhas em quadrinho, Illa Pires de Azevedo no quarto capítulo *Breves considerações sobre o imaginário social e a subjetivação do morador de campo nas histórias em quadrinhos de Chico Bento Moço* observou como são construídos os sentidos sobre o homem do campo nas histórias do Chico Bento, personagem criado por Mauricio de Sousa. Pelas análises, observou-se que há efeitos de sentidos que consturam o duelo entre o campo e a cidade, resultando em formações discursivas opostas, do ponto de vista discursivo. O homem do campo, de um modo geral, aparece materializado como alguém com dificuldade de se adaptar à cidade, desconectado do espaço urbano e marcado por estereótipos que o constituem como diferente e caipira.

Dialogando com a literatura, desta vez, o conto “Assombrações de agosto” que compõe a obra “Os doze peregrinos” do escritor colombiano Gabriel Garcia Marques, Maraisa Lopes, Abrão Janderson dos Santos Amaral e Fatima Ingrid Bezerra Bonfim, em *Discurso, narratividade e literatura: os efeitos do assombro no conto “assombrações de agosto”* analisaram o efeito da memória que integra o cenário e o imaginário social a partir da ideia de assombro, mostrando a interseção entre discurso e literatura, e trazendo o funcionamento da memória na constituição de sentidos.

O corpo feminino também foi objeto de análise, tanto que Eliane Cristina Ormonde Leitão Moquezi, e Palmira Heine no texto *O discurso da sexualidade do corpo feminino: nas propagandas de lingerie da Duloren* retrataram a ideia de sexualidade do corpo feminino através dos anúncios da Duloren, destacando os modos de constituição do corpo e sentido nas referidas propagandas.

Em *O discurso e a resistência: eis o fazer da análise de discurso*, Anderson de Almeida Santos mobilizou gestos de leitura, tomando por materialidade discursiva, o discurso e o corpo como resistência, em recortes de algumas postagens de páginas LGBT’s presentes na rede social *Instagram*. Assim, pelo fato de o discurso ser incompleto e os sentidos estarem sempre em curso, o gesto de leitura possibilitou sentidos outros, sentidos antes negados e silenciados pela formação discursiva opressora e patriarcal.

Livia Dias de Azevedo, no texto *Por uma estética do espaço: reflexões sobre a construção imagético-discursiva do Nordeste brasileiro*, que figura no oitavo capítulo, retratou que os sentidos históricos e geográficos

atribuídos à região Nordeste giram em torno, basicamente, da falta ou escassez das chuvas e da veiculada dependência política, tecnológica, cultural, educacional e financeira dos grandes centros da região Sudeste. Esses são discursos e circulam por diferentes espaços-tempos escolares, científicos e midiáticos. À vista disso, procurou refletir sobre a construção imagético-discursiva da região Nordeste considerando seu processo histórico e geográfico na produção de discursos, sentidos e significados que se atualizam e se (re)produzem forjando modos de ver, ouvir, sentir e considerar o Nordeste. Considerando as noções de Formação Discursiva e Memória Discursiva foi possível entender como o sema “Nordeste” e o seu “clima” muda de significado a partir da matriz de sentido que os emprega, produzindo diferentes efeitos de sentido.

Em *Sujeito e posição social: entre o que pode e o que não pode ser dito*, Marcos Antônio da Silva apresentou breves considerações sobre as noções de sujeito e formação discursiva. Analisou três enunciados produzidos por sujeitos que ocupam, ou que já ocuparam, no momento da realização do enunciado, posições de destaques na nossa sociedade, sendo duas charges marcadas como reverberações de dois desses enunciados e um terceiro texto exclusivamente verbal.

Filipe Siqueira Fermino, em *Uma análise do discurso midiático sobre o “fazer” dos aparelhos repressivos do Estado* fez uma análise do discurso midiático sobre o que fazem e como fazem os aparelhos repressivos do Estado num momento de conflito social. O corpus analisado foi uma edição do jornal A Tribuna de 3 de junho de 2011, a qual reportou um dia de manifestações duramente reprimidas pela Polícia Militar, ocorridas na cidade de Vitória - ES, em virtude do aumento da passagem de ônibus, analisando os efeitos de sentido com foco na AD pecheutiana.

No capítulo seguinte, o artigo *A voz como efeito do real da língua* de Teodulino Mangueira Rosendo refletiu sobre a relação entre a “voz” na psicanálise e a “voz” social balizada pelas relações de poder que permeiam a linguagem. Como pensar, *à priori*, a voz no liame da análise de discurso e a voz, corpo simbólico na relação com o silêncio significador que instaura os sentidos. Discursivamente, poderíamos compreender o efeito da voz na ótica do que Pêcheux (1997) aponta como o real da língua, uma vez ela se inscreve na categoria de letra, decorrente disso, concebe-se a voz como um corpo simbólico, efeito do real da língua, do equívoco e da incompletude, elementos fundamentais em uma prática discursiva.

No capítulo intitulado *O professor indígena e o livro didático de História: desconstruindo estereótipos na relação texto imagético e texto verbal*, os autores procuraram identificar se e como os professores de História desconstroem as representações do índio presentes nas imagens dos

livros didáticos de história, a partir da Análise do discurso de vertente pecheutiana.

Diante do que já foi dito até aqui, percebe-se que, a partir da especificidade teórica de das análises das diferentes materialidades de cada capítulo, que os sentidos são produzidos a partir da relação inexorável entre a língua e seu exterior, destacando também o fato de que os objetos analisados não são apenas objetos neutros, mas são objetos de discursos, sendo, portanto, atravessados por aspectos sócio-históricos e construídos a partir de uma memória social.

Os organizadores

A FARDA E O FEMINÍCIDIO:

GESTOS DE INTERPRETAÇÃO SOBRE O CASO RAFAELLA ENTRE O AMOR E O ÓDIO

Geórgia de Castro Machado Ferreira

Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira firmou-se mediante a ideologia do patriarcado, onde a posição-sujeito homem destacava-se como o elemento central da família e, portanto, detentor de todas as decisões do seio familiar, inclusive da mulher, tida, como subordinada ao homem (inicialmente ao pai, na falta dele, ao irmão e, após o casamento, ao marido). Neste contexto, segundo Holanda (2002) desenvolveu-se no Brasil desde a sua formação uma civilização de raízes rurais, que tinha como base econômica a escravidão e as grandes propriedades de terra sob o poder do patriarca, senhor de engenho, dono das terras, dos escravos e da família. O poder do chefe de família era completo e legitimado pela sociedade nos âmbitos político, econômico, legal e religioso. Assim, a família patriarcal vai prevalecer na formação do Brasil e dela, raízes outras serão gestadas, tais como a ideia de posse da mulher que embasa o feminicídio.

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra 'família', derivada da ideia de famulus, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os liberi. (HOLANDA, 2002, p. 81)

Assim, à mulher, durante muitos anos, restava apenas, o papel de cuidar dos filhos da casa e do marido, sendo considerada muitas vezes, objeto na satisfação dos direitos maritais. Desta forma, o ato de uma mulher em discordar do marido, cometer adultério ou ainda não atender às ordens do patriarca configurava em atentado contra os

princípios da família e a honra do cônjuge, podendo, em caso de adultério, por exemplo, a mulher ser penalizada com a morte.

Todavia, a sociedade brasileira passou por transformações que conferiram à mulher inúmeros direitos como votar e ser votada, o direito de estudar e viajar sem autorização do cônjuge, o direito ao divórcio, a administrar sua herança etc., direitos estes conquistados na esfera legal, tendo ocupado inclusive espaços nos mais variados campos como a política e o próprio mercado de trabalho; mas apesar disso, nosso país continua a aparecer nos rankings de feminicídio, ocupando uma posição preocupante, quando se fala em morte de mulheres de forma violenta. E as notícias relacionadas à morte de Rafaella, que se integraria as estatísticas das mulheres assassinadas por algozes conhecidos entenda-se, companheiros ou pessoas de antigos relacionamentos, constituem o *corpus* deste estudo.

Ainda nesse passo, o enredo que envolve a causa morte de Rafaella apresenta uma peculiaridade: a vítima e o agressor eram policiais militares da ativa e encontravam-se na mesma graduação, ou seja, a de soldados. Enquanto a policial feminina trabalhava na 28ª Companhia Independente de Polícia Militar, localizada na cidade de Ibotirama, local onde aconteceu o crime; o agressor, Edson Salvador Ferreira, estava lotado na Companhia Independente de Policiamento Especializado. O exercício profissional dos envolvidos, de certo modo, reverbera em gestos de interpretação que mobilizam sentidos outros, uma vez que a polícia deve proteger os cidadãos, nesse caso, há o deslocamento da proteção para a agressão e morte.

Por certo, a história da policial Rafaella atualizou o mapa das mulheres que a antecederam ao necrotério. Ela foi morta pelo marido, também agente de segurança pública com uma arma de sua propriedade e na presença dos filhos. E o matador fardado suicidou-se após assassinar sua ex-companheira. Ela foi vítima daquilo que ajudava a enfrentar, já que dispunha dos equipamentos legais, sociais e políticos confiados aos agentes de segurança pública na proteção às mulheres.

Sendo assim, se propõe nesse artigo compreender através da análise de três reportagens veiculadas nos sítios eletrônicos das revistas Isto é, Cláudia e Fórum, respectivamente; a representação discursiva do “feminicídio” e observar a maneira como tais narrativas geraram sentidos que reverberaram em discurso de ódio e na manutenção das ideias patriarcais, desconsiderando o fato de uma mulher, mãe, profissional, ter sido morta, transformando-a de vítima em algoz. A lexia feminicídio aparece entre aspas porque os crimes envolvendo policiais, no *habitus* militar como o é o quartel, podem ser apurados pela ótica de estatuto próprio e do Código Penal Militar (CPM); o que se leva a pensar no interdito dos crimes passionais nesse ambiente, aspecto materializado no *corpus* estudado.

O sujeito desse estudo é a mulher na posição de policial militar em situação de violência. Partindo-se, portanto, da afirmação de que todo enunciado carrega a dimensão constitutiva de outros enunciados, adotou-se para o estudo aqui proposto, as noções de formações discursivas (FD) e interdiscurso, que serão especificadas no decorrer da análise do *corpus* postuladas por Michel Pêcheux, para realização dos gestos de interpretação.

Desenvolvida por esse teórico, nos idos de 1960, a Análise de Discurso (AD) de vertente pecheutiana pretendia combater a ideia de neutralidade da língua, rejeitando a visão formalista que predominava a época. Ele construiu a sua teoria discursiva a partir da relação entre três áreas do conhecimento – a Linguística, o Materialismo histórico e a Psicanálise – derivando daí a classificação da AD como disciplina de entremeio.

Para Pêcheux, a língua é a condição de existência do discurso e este é objeto de estudo da AD. O discurso, como efeito de sentidos entre os pontos A e B, sendo tais pontos, as representações dos sujeitos no discurso, indica que o sentido não é fixo e que pode sempre se deslocar, uma vez que a língua está sujeita a falhas, ao equívoco. Conforme assevera Pêcheux:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÊCHEUX, 2012, p. 54)

Por essa perspectiva, o enunciado descritível como uma série de pontos de deriva é afetado pela história e se inscreve na língua que, por sua vez, carrega as marcas de funcionamento da ideologia, e é marcada pela não transparência dos sentidos. Do materialismo histórico, revisitado por Louis Althusser, o teórico fez uso da noção de ideologia capaz de interpelar os indivíduos em sujeito e atravessar o discurso. O sujeito do discurso, sempre clivado e cindido, seria constituído pelo inconsciente acreditando ser a origem do dizer e que o que é dito só pode sê-lo de uma maneira. No entanto, o sujeito constituído pelo esquecimento ideológico e enunciativo fala a partir de uma dada FD na qual se inscreve e a partir de uma formação ideológica (FI), produz discurso.

Em razão do seu objeto – o discurso - entendido como “*lugar teórico em que se intrincam todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito*” (MALDIDIER, 2003, p. 15), recorreremos à AD para compreender o modo como foi discursivizada a mulher policial nas notícias referentes ao assassinato de Rafaella e as representações sobre

o feminicídio que englobam essa discursivização. Esse horizonte teórico nos leva a compreender as materialidades linguísticas a partir das relações entre língua, história e ideologia, compreendendo os sentidos sempre em deriva, marcados pela historicidade que precede os enunciados.

O CASO RAFAELLA: A DERIVA ENTRE SER MULHER E POLICIAL MILITAR

Nesse texto, tomamos como efeito de início o enunciado - “Quando uma mulher é morta, todas nós morremos um pouco” - fala proferida por uma advogada¹ que foi destacada junto a foto da policial militar Rafaella, morta pelo seu ex-companheiro, no dia 05 de outubro de 2020, cidade de Ibotirama, interior da Bahia. Segundo dados do site institucional da Secretaria de Políticas para as Mulheres², a policial militar feminina, após ser agredida fisicamente pelo ex-marido, o também soldado, Edson Salvador, solicitou medida protetiva de urgência optando pela separação. Inconformado com o fim do relacionamento, durante uma visita a filha e enteada, de 03 (três) e 07 (sete) anos, respectivamente, atirou em Rafaella e na sequência, cometeu suicídio. O fato ocorreu por volta das 12h30 e ao que tudo indica, toda a ação foi presenciada pelas crianças.

A primeira materialidade em destaque sobre o crime que será trazida neste trabalho é a notícia publicada na Revista Isto é³ intitulada - *PM ‘digital influencer’ é morta pelo marido na Bahia*. Aparece a sigla PM e entre apóstrofes a expressão *digital influencer*. O sujeito inicialmente é ocultado posto que, a sigla PM que significa policial militar não destaca ou define o gênero/sexo. A marca de gênero só é identificada após o verbo ser, com a palavra morta, fazendo entender que a vítima foi uma mulher na forma-sujeito de policial militar.

A notícia na qual se desdobra o referido enunciado é curta e o *release* oferece poucos dados sobre o crime. A condição de policial militar é destacada na materialidade em análise, mas vem acompanhada da caracterização da vítima como influenciadora digital, focando na outra atividade exercida pelo sujeito mulher policial com ênfase na quantidade de seguidores que possuía, algo maior do que 67 (sessenta e sete) mil pessoas e a forma como compartilhava sua rotina

1 Frase proferida pela advogada Carla Missurino diante do assassinato da jovem Danielly Telles Báfica, 25 anos, morta a facadas na Praça São Geraldo, em Araraquara. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1464263,quando-uma-mulher-e-morta-todas-nos-morremos-um-pouco.aspx>>. Acesso: 09 de fev. 2021.

2 Mais informações: <<http://www.mulheres.ba.gov.br/2020/10/2947/Ex-companheiro-tinha-acordo-extrajudicial-com-PM-influencer-que-foi-morta.html>>.

3 <<https://istoe.com.br/policial-militar-e-morta-pelo-marido-na-bahia/>>.

operacional, conforme se vê na notícia veiculada que está transcrita abaixo:

Rafaella Gonçalves, policial militar do estado da Bahia, foi morta nesta segunda-feira (05) pelo marido Edson Salvador, que também era policial.

Conforme informação da Polícia Militar, o marido da vítima atacou a mulher e cometeu suicídio logo em seguida. Edson Salvador era soldado da PM lotado na Companhia Independente de Policiamento Especializado (CIPE). Já Rafaella, pertencia à 28ª Companhia Independente de Polícia (CIPM/Ibotirama).

Fonte: Disponível em: <<https://istoe.com.br/policial-militar-e-morta-pelo-marido-na-bahia/>>.

A policial também era influenciadora digital, tinha mais de 67 mil seguidores no Instagram e dividia sua rotina policial com seus seguidores.

O casal tinha duas filhas, mas não há detalhes sobre a idade dela.

Na imagem veiculada na matéria (colocada abaixo), aparece Rafaella ostentando uma arma de fogo numa prática de tiro policial, fazendo gerar sentidos outros. A materialidade imagética significa não pela remissão à fragilidade da mulher, mas pelo modo como ela, na condição de policial, manuseia a arma, fazendo deslizar o sentido da formação discursiva patriarcal que evoca a fragilidade feminina para outro sentido que indica a força e a coragem da mulher ao ostentar o manuseio de um equipamento símbolo da virilidade das forças policiais com realce para as unhas longas e pintadas e o batom cor de rosa. Eis a imagem:

Imagem 1: Notícia: PM 'digital influencer' é morta pelo marido na Bahia



Fonte: Disponível em: <<https://istoe.com.br/policial-militar-e-morta-pelo-marido-na-bahia/>>.

Essa imagem também distancia-se da representação do feminino postulado dentro da FD policial militar, por destacar as unhas, o batom, os cabelos e o treino com arma. Tais sentidos fazem deslizar, pela memória, a representação de mulher policial, fazendo irromper outras ideias sobre os sujeitos que ocupam essa posição discursiva. Em 1989,

a Polícia Militar da Bahia (PMBA) passa a contar com o ingresso de mulheres através da criação de uma Companhia Feminina. A inserção das mulheres na caserna foi marcada primeiramente por um processo formativo, com vistas a familiarizar as mulheres com os ritos e as regras daquele espaço.

Assim, um conjunto de práticas sociodiscursivas era ensinado a essas mulheres, indicando como ser uma policial feminina, instituindo regras e decretos de comportamento, numa ordem discursiva do que se podia ou não dizer e fazer para pertencer a esse lugar. Cabelos curtos e que não ultrapassassem a gola da farda poderiam ser usados soltos, mas fora desse padrão, deveriam ser presos em coques, poderiam usar apenas um par de brincos do tamanho do lóbulo nas orelhas, unhas pequenas e com esmaltes de coloração específica. Assim, há a construção de um corpo-discurso que indica o que é ser mulher policial e que pressupõe a adoção de normas comportamentais por parte das mulheres que porventura viessem a ocupar esta posição. Esse modo de construção da policial militar feminina reivindicava também um modo de construção do corpo que, deslocado da sua condição biológica, passa a ser um corpo-discurso, onde se inscrevem sentidos e historicidade.

Antes de tratar sobre a especificidade da corporação feminina, como analistas de discursos, cabe-nos questionar o modo de funcionamento da língua na nomeação dos sujeitos. No caso dos nossos exemplos, apesar de serem policiais femininas, as mulheres são discursivizadas como soldados e sargentos. Não há, pois, uma categoria na polícia que discursivize essas mulheres como sargentas e soldadas. Segundo Guimarães (2005), para nomear, o sujeito que enuncia deve estar inscrito na enunciação a partir de um espaço específico afetado por uma regularidade e inscrito numa formação discursiva que o permite dizer de uma forma e não de outra. Assim, o sujeito que elaborou essa denominação para as patentes da PM, estava inserido numa formação discursiva que excluía a participação feminina da corporação. Essa exclusão, portanto, se consubstancia na língua pelo apagamento da participação da mulher nos quadros da polícia e indica um funcionamento ideológico que sugere que este lugar não é um lugar legítimo para mulheres. Utilizaremos neste trabalho, a denominação dada pela própria Polícia Militar a essas mulheres, a fim de problematizá-las à luz da Análise de Discurso, expondo essas denominações ao processo discursivo.

Historicamente, sabe-se que o ingresso das primeiras 27 (vinte e sete) sargentos e 80 (oitenta) soldados na Bahia ocorreu em local e funções definidas: Companhia de Polícia Militar Feminina (CIA PM FEM) e em atividades assistencialistas, voltadas ao atendimento de mulheres, crianças e idosos, respeitando aquilo que a legislação a época definiu como peculiaridades femininas. A representação do feminino destacava a preocupação em evidenciar a dimensão materna das

mulheres e as suas habilidades inatas, como gentileza nas ações, grande capacidade de comunicação e inclinação para o cuidado (SOUZA, 2015). Essa caracterização é, portanto, derivada de uma formação discursiva patriarcal, uma vez que considera como habilidade inata da mulher a gentileza e a maternidade, elementos que justificavam a sujeição feminina ao homem que, por sua vez é tido como forte e corajoso. Com a extinção da CIA PM FEM nos anos de 1996, as mulheres foram distribuídas em diversas Unidades Operacionais.

Assim, dentro desta FD que se constitui pela caracterização feminina a partir dessas ideias, o uso da arma de fogo, instrumento viril e característico das forças policiais masculinas, deveria ser feito de forma discreta, aspecto semelhante à de outras forças estaduais brasileiras (SCHACTAE, MOREIRA, 2020) que antecederam a Bahia. A arma de fogo, sofre, portanto, um deslocamento, sendo utilizada de modo diferente do uso que o homem faz deste instrumento na ocupação de uma mesma função.

Por certo, a imagem da mulher com arma colocada na notícia e aqui reproduzida anteriormente, representa a resistência da posição-sujeito naquela FD, com o rompimento de saberes vinculados à fragilidade, ao maternal e à falta de preparo para o uso da arma de fogo, desqualificando a mulher para o serviço operacional. Assim, distanciando-se da imagem maternal, essa fotografia faz deslizar os sentidos, ecoando outras vozes, trazendo um modelo distinto de feminino que não apenas deixava de apostar na maternidade, para reforçar o investimento na vaidade menos contida. É uma imagem que traz elementos do corpo gerando sentidos, um corpo feminino com os cabelos à mostra, as unhas e um batom em destaque, um corpo que significa nos entremeios da história de modo a deslizar do ideal estabelecido pelas mulheres PMs. Segundo Perrot (2007, p. 55), *“os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado”*.

De modo semelhante, a revista Claudia⁴ abordou o assunto, retomando efeitos de sentido similares, já que os elementos interdiscursivos levam os leitores a uma mesma zona de sentidos, instaurando a paráfrase. Destacando que “[...] com mais de 80 mil seguidores, a policial feminina Rafaella era conhecida por compartilhar no Instagram sua rotina como policial, além de postar imagens posando ao lado de armas e vídeos treinando tiros [...]”, algo que se repetiu em materiais como o publicado no site pragmatismopolitico⁵, destacando imagens da policial fardada, conforme seguem abaixo:

⁴ <<https://claudia.abril.com.br/noticias/policial-militar-e-influenciadora-digital-e-encontrada-morta-na-bahia/>>.

⁵ <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/10/pm-influencer-morta-ex-marido.html>>.

Imagem 2: Notícia: Policial Militar e Influenciadora Digital é encontrada morta na Bahia



Fonte: Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/policial-militar-e-influenciadora-digital-e-encontrada-morta-na-bahia/>>.

É interessante frisar que foi essa matéria ou reportagem jornalística que trouxe à baila a suspeita de feminicídio seguida de suicídio, permitindo observar a recusa da primeira reportagem analisada, a divulgada na Revista Isto É, em nomear tal crime como feminicídio, bem como apresentou detalhes sobre a medida protetiva expedida a favor de Rafaella, como se vê:

Sylvia Rafaella Gonçalves Pereira, policial militar e influenciadora digital de 38 anos, foi encontrada morta na última segunda-feira (5), em Ibotirama, oeste da Bahia. A principal suspeita é de feminicídio seguido de suicídio – o marido, também policial, foi encontrado morto ao lado do corpo da esposa, na casa onde moravam.

Segundo a polícia, o crime ocorreu por volta das 12h30. O acusado, soldado Edson Salvador Ferreira de Carvalho, trabalhava na Companhia Independente de Policiamento Especializado. Já Rafaella, também soldado, era da 28ª Companhia Independente de Polícia em Ibotirama. O casal tinha duas filhas de 3 e 7 anos, que não sofreram ferimentos. Ainda não se sabe se as crianças presenciaram as mortes. Com mais de 80 mil seguidores, Rafaella era conhecida por compartilhar no Instagram sua rotina como policial, além de postar imagens posando ao lado de armas e vídeos treinando tiros.

Ainda de acordo com a polícia, Edson havia sido preso em flagrante por violência doméstica em julho deste ano. Depois disso, foi expedida medida protetiva para Rafaella. No entanto, não há detalhes sobre se a proteção ainda estava em vigor.

No início da noite de segunda, dezenas de moradores de Ibotirama prestaram homenagem à policial no pátio da 28ª Companhia Independente de Polícia. Levaram flores, cartazes e balões para homenageá-la e fizeram orações.

Fonte: Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/noticias/policial-militar-e-influenciadora-digital-e-encontrada-morta-na-bahia/>>.

O crime de homicídio tipificado em feminicídio⁶ (lei 13.104/15) é praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e uma das suas condições é a violência doméstica e familiar. A supramencionada lei, editada pela então presidenta Dilma Rousseff, alterou o art. 121 do decreto lei n.º 2848 (Código Penal), passando a prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, incluindo-o no rol dos crimes hediondos. É um crime de natureza subjetiva. Constitui a manifestação mais extremada da violência machista e encontra-se alicerçado na FD patriarcal, que considera o corpo feminino como propriedade do homem, sendo a mulher submetida aos desejos dele.

Como já foi abordado anteriormente, o patriarcado é um tipo de modelo familiar que defende a centralidade do homem e a submissão da mulher às ordens paternas, já que está submissa ao pai, ao irmão e ao marido e, transformada em objeto por este último após o casamento (LIRA; BARROS, 2015). Essa dominação masculina

do mais forte sobre o mais fraco-, fundamento do patriarcado, não afetou apenas as relações de homem e mulher; influenciou decisivamente para a edificação de uma estrutura política hierarquizada, de discriminação com base no gênero, raça, etnia, classe, cor, crença e outros preconceitos, mecanismos vivos e dinâmicos de exclusão e tirania, que surtem efeitos desagregadores e vitimizadores até os dias de hoje, marginalizando mulheres, negros, homossexuais e pobres. (HERMANN, 2012, p. 54)

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade da relação de gênero e se estabelece a partir do processo dominação-subordinação, permitindo uma espécie de pacto masculino para garantir a opressão de mulheres, as quais tornam-se objetos de satisfação sexual e reprodutoras de seus herdeiros (SAFFIOTI, 2004). E as facetas desse pacto social são percebidas no histórico do nosso ordenamento jurídico, a exemplo do Código Civil de 1916, que dispunha sobre o pátrio poder do homem e dizia que a mulher, ao assumir a posição sujeito de esposa, ficava restrita a uma série de direitos civis, dependendo da autorização do marido para exercê-los.

A faceta desse pacto ainda desvela o direito de ceifar a vida das mulheres com a justificativa de “lavar a honra do homem e em prol dos bons costumes da família” materializados em justificativas

⁶ É interessante comentar que o termo feminicídio foi empregado pela primeira vez em 1976 por Diana Russel, escritora e ativista feminista que o definiu como a matança de mulheres por homens, porque elas são mulheres. Ganhou notoriedade no início dos anos de 1990, em decorrência das denúncias impetradas em desfavor a Ciudad Juarez no México, por crimes de violência, tortura e assassinato de mulheres, em razão do gênero.

apresentadas aos tribunais para abonar o cometimento de crimes passionais, em razão de adultério e desejo de separação advindo da mulher. Somente com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que o direito brasileiro reconheceu a igualdade entre homens e mulheres inclusive na relação conjugal, embora o sistema jurídico encontre-se estruturado sob a égide masculina, mas mesmo assim, a ideia de lavar a honra continuou a ser mantida no imaginário dos homens e permanece como argumento para os crimes contra a mulher.

Assim, as relações de posse e tutela sobre o corpo feminino nesse movimento discursivo deslizam, fazendo com que a manchete ainda retome via memória discursiva, a ideia de legítima defesa da honra masculina que, segundo o patriarcalismo, seria justificativa para o assassinato da mulher. Nesse movimento, é mobilizado o funcionamento dos níveis de intradiscurso e interdiscurso, onde o intradiscurso traz a constatação do autor do assassinato, e o interdiscurso funciona pelos já-ditos em relação aos feminicídios como crimes justificáveis para defender a honra do homem, que tem como posse o corpo feminino. É o ex-marido que se torna feminicida porque a mulher rompeu o relacionamento após a agressão física, não aceitando mais ser casada com ele, solicitando a separação, o que seria uma afronta ao pátrio poder em relação ao corpo da mulher.

Todavia, quando se fala em feminicídio entre militares percebe-se um interdito nessa FD, balizada pelo Código Penal Militar, algo que será retomado adiante, após a análise da terceira reportagem, que apresenta dois adjetivos para definir a mulher: vítima de feminicídio e bolsonarista. Com o título - *“Feminicídio: PM bolsonarista que posava com armas é morta pelo marido na Bahia”*⁷, a revista Fórum apresenta a mesma ideia, ou seja, o feminicídio pós término de relacionamento, mas acrescenta uma explicação, não era qualquer PM, era bolsonarista e ostentava armas. Assim, a ênfase nessas questões mostra não se tratar de uma policial comum, mas de uma PM com determinadas características que as diferenciam de outras. Pelo funcionamento da ideologia, pode-se perceber que tal ênfase traz, a partir da memória, a ideia de que algumas mulheres merecem ser mortas devido às suas opções políticas. Ao trabalhar a questão do pré-construído, Henry (1992) demonstra que há sempre uma relação que remete a uma construção anterior, exterior, ao que é construído pelo enunciado. Neste caso, o excerto *que é bolsonarista* traz construções exteriores ao enunciado, uma vez que traz a ideia de que essa mulher é apoiadora de um político de extrema direita que prega armas e extermínio de inimigos políticos, defende ideias preconceituosas e polêmicas.

⁷ <<https://revistaforum.com.br/mulher/feminicidio-pm-bolsonarista-que-posava-com-armas-e-morta-pelo-marido-na-bahia/#>>.

O fim do relacionamento é um dos motivos mais usuais para justificar a violência que culmina em feminicídio posto que, os homens não aceitam a perda de posse e acabam por descarregar a violência, resultando em morte para o objeto de desejo que creem possuírem, devido ao discurso patriarcal. Essa ideia, permite retornar a questão do sujeito desejante, visto que para a AD o sujeito se constitui por um ser-em-falta. Por outro lado, adjetiva a mulher na posição de policial militar desfavoravelmente, utilizando as explicações “bolsonarista” e que usava armas para, assim, retomar da memória a mesma zona de sentido que justifica a morte de uma mulher. Tais questões geraram repercussões, conforme se vê na transcrição da reportagem abaixo:

A Policial Militar Sylvia Rafaella Gonçalves Pereira, eleitora de Jair Bolsonaro, foi morta nesta segunda-feira (5) em Ibotirama, no oeste da Bahia. A principal suspeita é de que o marido dela, Edson Salvador Ferreira de Carvalho, também policial, teria cometido feminicídio e se matado logo em seguida. Os corpos dos dois foram encontrados na casa em que moravam.

Além de policial, Rafaella também era influenciadora digital. Com mais de 70 mil seguidores no Instagram, ela costumava compartilhar fotos com armas e vídeos em que aparece treinando tiro. Em uma das publicações, de 8 de abril deste ano, a PM comenta sobre o aumento da violência contra a mulher na pandemia. “As vezes a vítima não pode falar abertamente”, escreve. “Por causa do isolamento em decorrência da pandemia, a violência contra a mulher aumentou! Denunciem”, continua.

Edson Salvador trabalhava na Companhia Independente de Policiamento Especializado. Em julho, ele foi preso em flagrante por violência doméstica. Depois disso foi expedida medida protetiva em favor de Rafaella. No entanto, não há detalhes se a medida ainda estava em vigor.

De acordo com a polícia, o crime ocorreu por volta das 12h30. O casal tinha duas filhas com idades entre 3 e 7 anos. Elas estavam no imóvel quando ocorreu o crime, mas não há detalhes se elas presenciaram o feminicídio seguido de suicídio.

“Quando uma mulher morre, morre um pouco de todas as outras junto a ela. O feminicídio é um crime bárbaro, que quase sempre acontece no nosso lar, com quem unimos nossas vidas”, afirmou no Twitter a major Denice Santiago, candidata à Prefeitura de Salvador pelo PT e idealizadora da Ronda Maria da Penha na Bahia.

Levantamento do Fórum Brasileiro há a intenção de matar, subiram de 7,1% em maio de 2019 para 136 em 2020.

Feminicídio e armas de fogo

A flexibilização do porte e posse de armas é uma das principais bandeiras do governo de Jair Bolsonaro. Diversos parlamentares chegaram a defender projetos para autorizar o armamento de mulheres como forma de combater a violência doméstica. No entanto, estudos apontam que a ampliação do porte pode aumentar o risco para as mulheres.

No Rio de Janeiro, por exemplo, 47,2% dos assassinatos de mulheres são cometidos por armas de fogo e 9,7% por arma branca, isto é, facas e facões, de acordo com a Subcoordenadora de Comunicação Social da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). O caso da PM Rafaella também mostra que o porte de armas por parte da mulher não necessariamente é uma de Segurança Pública mostrou aumento nos índices de feminicídio neste ano. Os dolosos, quando garantia de defesa.

Outro lado

A assessoria do deputado estadual soldado Prisco (PSC), coordenador geral da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares e seus Familiares da Bahia (Aspra), afirmou em nota que é “incabível” separar brasileiros por grupos partidários, em referência ao uso do termo “PM bolsonarista” utilizado na reportagem.

“A referência a militar como “PM bolsonarista” e “Eleitora de Bolsonaro”, para além de desnecessária, pode gerar, ao leitor, entendimento que vise justificar o crime brutal praticado contra as mulheres. O deputado entende como incabível essa busca constante, por diversos meios de comunicação, de separar os brasileiros entre grupos partidários”, diz a nota.

“Toda e qualquer violência contra a mulher, independente de cor, raça, ideologia partidária, sexo e etc deve ser combatida. Desnecessária e ofensiva a qualificação da PFem como “PM bolsonarista””, afirmou o coordenador geral da Entidade.

O Policial Militar Virgílio, amigo de Rafaella e sua família, disse que a soldado não era uma pessoa que “militava nessa esfera política”, mas teve a “infelicidade” de apoiar Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. “Isso não faz dela um objeto de desprezo

. Votar em Bolsonaro não exclui as milhares de coisas boas que ela fez por todas as pessoas que cruzaram seu caminho”, escreve.

“Eu como apoiador da esquerda e da mídia independente tenho que dizer que hoje me doeu muito ver aquela pessoa maravilhosa cheia de luz ser reduzida a “PM Bolsonarista”, apesar de não ser nenhum crime apoiar esse cidadão, nós sabemos o tom pejorativo que associamos a esse termo quando o falamos ou escrevemos”, continua.

Ele afirma ainda que Rafaella atuava como assessora de comunicação na Polícia Militar da Bahia e, por isso, fazia postagens em suas redes sociais em horário de trabalho. “Além disso ela era responsável pelo nosso almoxarifado, manutenção das viaturas e sempre se destacou pela competência em todas as funções que já exerceu. Ela sempre esteve a frente de todos os projetos e ações sociais desenvolvidas pela 28ª CIPM”, diz.

“Muito mais que uma PM Bolsonarista que posava com armas. Tal título de forma alguma define a o ser humano que ela foi e as vidas que ela transformou”, destaca.

Fonte: <Disponível em <https://revistaforum.com.br/mulher/feminicidio-pm-bolsonarista-que-posava-com-armas-e-morta-pelo-marido-na-bahia/#>>.

Na própria matéria, o deputado estadual e policial militar Prisco pontuou que “a nota é incabível”, “a referência à militar como PM Bolsonaro e Eleitora do Bolsonaro, para além de desnecessária, pode gerar no leitor, entendimento que vise justificar o crime brutal praticado contra as mulheres”, já que pode gerar, pela retomada de enunciados políticos, um efeito de sentido negativo. A escolha política da policial militar, que não deve fazer “*dela objeto de desprezo*”, materializado no trecho da entrevista, leva a mais efeitos de sentidos.

A justificativa pelo assassinato de uma mulher, cometido por um homem (marido, ex-marido, namorado, noivo etc.), retoma vozes outras constituídas na história, fazendo acionar a memória da FD patriarcal. Descaracteriza o crime pelo fato de sua inscrição numa FD política ligada ao presidente Bolsonaro, com matrizes ideológicas ligadas a extrema-direita e a valores morais conservadores. Saberes ligados a preconceitos e discriminação diversos, apologia ao uso da arma de fogo e uma fala presidencial sem censuras modais, que por vezes choca, são retomados, a exemplo da reportagem da redação do site pragmatismo político na seção Mulheres Violadas, intitulada “*Quem quiser vir ao Brasil fazer sexo com mulher, fique à vontade, diz Bolsonaro*”, remetendo a determinados sentidos sobre o imaginário do país como produto de turístico sexual e o papel da mulher em si. Do outro, a sua aparição com armas, vista negativamente, negligenciava o fato de ser policial militar e possuir porte e posse de arma, equipamento viril, em decorrência de sua profissão.

Nas três reportagens, o lugar social de marido que se torna um feminicida, remonta no nível interdiscursivo àqueles sentidos relacionados à subalternização e inferiorização das mulheres e está embasado na ideia de posse do corpo feminino, de submissão da mulher. Além disso, foi possível apreciar a existência de uma relação capitalista e de gênero, pinçados nas materialidades discursivas.

O lugar do sujeito não é o espaço vazio. Ele é preenchido pela forma-sujeito ou sujeito do saber de uma determinada FD. Entende-se, portanto, que é a partir da forma-sujeito do discurso que o sujeito se inscreve numa determinada FD, com a qual se identifica, e “[...] se ‘esquece’ das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo ‘sempre-já’ sujeito, ele ‘sempre-já’ se esqueceu das determinações que o constituem como tal [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 158, grifo do autor).

Ao ser interpelado pela ideologia, o seu assujeitamento em sujeito ideológico ocorre “[...] de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção [...]” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 165-166, grifo dos autores). Materializa-se, também, o jogo das formações imaginárias. Segundo Pêcheux (1997, p. 82, grifo do autor),

o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

A ênfase no aspecto laboral da policial morta pelo ex-marido, substitui o substantivo mulher no *corpus* analisado, causando um rompimento com o ideal de mulher, vistas como submissas, obedientes e discretas, ligadas ao pecado original de Eva. Reconhecendo que a opção lexical não foi/é neutra, pois, são efeitos ideológicos que se materializam via linguagem e modificados segundo as condições de produção, os deslocamentos da posição mulher na história são marcados pelo rechaço masculino.

LEIS ESPECIAIS NO AMBIENTE MILITAR: SILENCIAMENTO OU ATRAVESSAMENTO?

Com base nas materialidades apresentadas, infere-se que a policial Rafaella solicitou medida protetiva amparada na Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual foi criada com base no caso nº 12.051/OEA na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, com base no fato de que uma mulher, a senhora Maria da Penha Maia Fernandes⁸, sofreu, além das inúmeras agressões e ameaças que culminaram em paraplegia irreversível, duas tentativas de homicídio perpetradas pelo seu então marido. O assassinato dessa policial feminina foi qualificado como homicídio tipificado em feminicídio, lei n.º 13.104/15, que inclui a condição de gênero como qualificadora no rol dos crimes hediondos, em duas das materialidades analisadas.

Contudo, as materialidades discursivas em análise relatam a cena de uma mulher morta pelo marido, mas, que ambos ocupavam o mesmo espaço social: os dois eram policiais militares. E, nessas condições, suas condutas eram regidas por estatuto próprio e pelo Código Penal Militar (Lei n.º 1.001, de 21 de setembro de 1969), também

⁸ Maria da Penha Maia Fernandes durante toda a sua vida matrimonial sofreu violência doméstica cometida pelo seu então marido, Marco Antônio Heredia Viveiros, e como consequência disso a referida senhora sofre, além de outras enfermidades, de paraplegia irreversível. O caso repercutiu de tal forma devido à necessidade da vítima de recorrer à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por conta da inércia do Estado Brasileiro, o qual, apesar das denúncias feitas, por mais de 15 anos agiu com negligência, omissão e tolerância não adotando as medidas necessárias para a punição e processo do agressor.

conhecido como CPM. Empiricamente, colocamo-nos nessa posição porque não somos especialistas em direito penal militar, mas observamos que mesmo diante da criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, o esquecimento do legislador em modificar as leis castrenses, deixou dúvidas quanto à aplicação de tais estatutos quando o agressor e a vítima são militares. Esse silenciamento e a não pacificação sobre o assunto no campo jurídico geraram entendimentos outros.

O primeiro efeito que abordaremos é o entendimento de que houve crime militar, o que impede de, dentro do Código Penal Militar (CPM), esse crime ter sido caracterizado como feminicídio, mostrando um espaço de interdição de sentidos. Segundo Lobão (2006, p. 56), crime militar “[...] é a infração penal com previsão na lei penal militar, que causa lesão a bens ou a interesse vinculados à missão constitucional dos militares, as suas atribuições, ao funcionamento e a existência de suas instituições”. São classificados, de acordo ao CPM, em dois tipos: crimes militares em tempo de paz e crimes militares praticados em tempos de guerra, cujas condições serão encontradas nos arts. 9º e 10, desse código, respectivamente.

Nos interessa aqui, porém, a hipótese constante na alínea “a” do inciso II, do art. 9º deste Código, que caracteriza crime militar aquele praticado por militar em situação de atividade contra militar na mesma situação. Cumpre esclarecer que o sintagma “situação de atividade” significa militar na ativa, em pleno exercício de suas atividades podendo

estar de férias, de folga, de licença, à paisana, que não perderá aquela condição. [...] Sempre que um militar da ativa praticar um delito contra outro militar da ativa, o crime será considerado militar. Não importa que um desconheça a condição de militar do outro, pois a lei assim não exige. (MIGUEL; CRUZ, 2011, p. 36)

O silêncio desse espaço frente à legislação especial, interditando o crime de feminicídio, revela que no âmbito militar, qualquer fato delituoso ocorrido entre casal militar da ativa, tendo o marido ou mulher como agente, seria crime militar por força do art. 9º, II, ‘a’, do CPM e por isso, a tais crimes não se aplicaria a Lei Maria da Penha ou qualificadora de homicídio tipo feminicídio. A representação do feminino, neste caso, não está atrelada à ideia de fragilidade porque, a sua condição de militar está representada numa tensão entre a paráfrase, que coloca ao mesmo tempo a mulher num lugar que exige zelo e cuidado ao manusear a arma, e uma polissemia que desloca a representação desse sujeito quando se trata de ser vítima de um assassinato pelo marido.

Todavia, a promulgação da Lei n.º 13.491/2017, trouxe mais efeitos: a modificação do texto normativo do art. 9º, deste Código. Pela redação original, para que tivéssemos crime militar, a conduta praticada pelo agente obrigatoriamente deveria ser prevista como crime por aquele dispositivo legal. Com a modificação, para ser considerado crime militar, com base nesse artigo, a conduta deve estar prevista/tipificada no Código Penal Militar ou na legislação penal comum atribuindo à Justiça Militar da União ou Estado a competência para o julgamento de integrantes das Forças Armadas e Militares Estaduais, caso cometam crimes dolosos contra a vida, respectivamente.

A expressão “*ou na legislação penal*” engloba não apenas os delitos previstos no Código Penal, mas também os definidos na legislação penal comum, incluindo a legislação extravagante. Desse modo, tivemos uma alteração no conceito de crime militar, uma vez que os próprios elementos necessários para a sua configuração foram modificados. Com essa modificação, seria possível, mesmo dentro da legislação militar, caracterizar um crime desse tipo como feminicídio, previsão legal ainda silenciada, interditada, revelando um silenciamento em relação a estes crimes. Este aspecto permite uma reflexão: a interdição do dizer pelo silenciamento local (ORLANDI, 2007).

Segundo Orlandi (2007), há várias formas de funcionamento do silêncio que regulam a constituição dos sentidos, classificando-os em silêncio fundador e políticas de silenciamento. Se o primeiro “[...] é necessário, indispensável para que os sentidos se construam” (HEINE; MARINHO, 20015, p. 129), posto que “[...] o silêncio não é um acidente que intervém ocasionalmente: ele é necessário à significação [...]” (ORLANDI, 2007, p. 45), o segundo aponta para algo que é colocado em silêncio. Sendo assim, as políticas de silenciamento representam o movimento do sujeito discursivo que ao se inserir numa atividade discursiva, é levado a silenciar algo.

As políticas de silenciamento se dividem em silêncio constitutivo e silêncio local, e o nosso interesse recai sobre o último. Isso porque a leitura do direito é hermenêutica e a construção dos sentidos sobre os dispositivos legais pode-se inferir através das análises, em que o silêncio funciona como interdição à polissemia, na medida em que cobra um sentido institucionalizado como verdadeiro, silenciando outras possibilidades de leitura. O sujeito discursivo precisa reproduzir o mesmo sentido do texto legal, em que os crimes de violência doméstica ou feminicídio não são previstos.

Contudo, outro efeito de sentido, entenda-se a polissemia, surge quando os sujeitos inscritos nessa FD passam a questionar a exclusão da mulher militar do amparo das leis de proteção e a suposta

interferência da Justiça Militar na intimidade do casal e da família. Sobre esse aspecto, Lobão (2006, p. 121-122), esclarece que

Com a incorporação de mulheres às Forças Armadas, à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militares, surge o problema relativo à competência da Justiça Militar para conhecer do delito cometido por um cônjuge ou companheiro contra outro. Se a ocorrência diz respeito à vida em comum, permanecendo nos limites da relação conjugal ou de companheiros, sem reflexos na disciplina e na hierarquia militar, permanecerá no âmbito da jurisdição comum. Tem pertinência com a matéria a decisão da Corte Suprema, segundo a qual a administração militar 'não interfere na privacidade do lar conjugal, máxime no relacionamento do casal'. É questão a ser decidida pelo juiz diante do fato concreto.

Com base nesse entendimento, será considerado crime militar aquele cometido em prejuízo das instituições militares, mas quando diz respeito à vida comum, este crime deveria ser julgado pela legislação comum, mas este julgamento fica a cargo do juiz. Estes desdobramentos levam em consideração um fenômeno “*novo*”, o ingresso do feminino nas fileiras castrenses e, portanto, o aumento do número de casais militares, ficando as mulheres policiais militares sujeitas à violência doméstica. Assim, deveria ser a Lei Maria da Penha, aplicada nos casos de violência envolvendo militares, já que a mulher militar também deve ser protegida, “[...] pois o status de militar não lhe retira a qualidade de mulher, do contrário estaríamos diante de uma inconstitucionalidade gritante, já que a mulher militar estaria sendo segregada por um entendimento jurídico limitador [...]” (CUNHA, 2014).

Independentemente do movimento polissêmico, reverberado pela não unanimidade jurídica, o sujeito fica limitado ao que diz o texto jurídico, tendo o seu movimento limitado discursivamente. O caso concreto, portanto, precisa ser analisado e quando houver agressão entre casal de militares, mesmo que por motivos particulares e no interior da residência, se repercutir no âmbito da Instituição, o crime será considerado militar, sendo apurado pela Instituição do agressor. Caso contrário, será crime comum devendo ser aplicado os requisitos da Lei Maria da Penha, mas essa questão é silenciada.

CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

Apresentamos nesse artigo o resultado do gesto de interpretação de três reportagens relacionadas a caso Rafaella, policial militar morta pelo ex-companheiro, analisado sob o viés do AD com base em duas categorias analíticas: formação discursiva e silenciamento. Viu-se que

as três reportagens selecionadas como *corpus* promovem deslizamentos de sentidos quanto à posição sujeito da policial militar.

A notícia da primeira materialidade embora destaque a condição de mulher policial, enfatiza, todavia, a vertente de influenciadora digital, destacando na reportagem uma materialidade imagética que não remete à fragilidade feminina, mas uma mulher que, na condição de policial militar, manuseia a arma de fogo, permitindo o deslizamento da FD patriarcal para outros sentidos, distanciando-se da imagem maternal, já que ostenta um equipamento símbolo de virilidade. De modo semelhante, a segunda reportagem retoma efeitos similares, instaurando a paráfrase por meio de elementos interdiscursivos que conduzem os leitores aos mesmos efeitos de sentido, deslizando apenas quando no texto traz à luz a suspeita de feminicídio. A última materialidade, somente pela ênfase do título, traz a ideia de que uma mulher pode ser morta em decorrência de sua opção política.

Nas três materialidades, o nível interdiscursivo sobre mulher remonta a ideia de posse do corpo feminino, como justificativa para o ex-marido tornar-se feminicida. Ao mesmo tempo, as reportagens substituem a palavra “mulher” pela sigla “PM”, enfatizando a profissão e causando um rompimento com o ideal de mulher da FD patriarcal. Nesse sentido, existe, também, um deslocamento do sentido de ser mulher e da concepção de violência doméstica no âmbito militar.

Lembremos que a “[...] forma mais tradicional, de pertencimento das mulheres às forças armadas, que é [era] o mundo das esposas. A novidade contemporânea é quando esta esposa é também militar.” (ADÃO, MATHIAS, 2013, p. 17), considerando que o ingresso do feminino nas policiais militares do Brasil ocorreu em 1955 e na Bahia, somente em 1990. Desse modo, compor o aumento gradual da participação de mulheres na caserna, majoritariamente composta por homens, gerou uma maior convivência entre militares do sexo oposto e por consequência o aumento das relações conjugais e laços familiares estabelecidos entre eles, mas a legislação castrense permaneceu silente diante das leis que protegem as mulheres.

Embora a lei n.º 11.340/06 tenha definido violência doméstica, classificando-a em física, sexual, patrimonial, psicológica e elencando um manto de medidas protetivas para resguardar as mulheres, o CPM não foi alterado. Nem mesmo, com o advento da lei 13.104/15, que definia o feminicídio isso foi alterado. A Justiça Militar ficou de fora dessa inovação legislativa, evidenciando que esse dizer foi silenciado através do processo de interdição.

Cabe mencionar que a aprovação da Lei n.º 13.491/2017, que viria ampliar a definição de crimes militares em tempo de paz, abraçando os tipificados pela Código Penal, não ensejou a pacificação jurídica entre violência doméstica envolvendo militares. É interessante destacar que

as legislações apresentadas aqui são especiais, logo, cada uma apresenta um objetivo: de um lado a proteção à hierarquia e à disciplina e do outro, proteção à mulher em situação de vulnerabilidade. E independente da diferenciação entre os bens jurídicos tutelados, a não pacificação doutrinária ainda prevalece.

Partindo do princípio de que o silêncio não é a ausência de palavras mais constitutivo e fundador do discurso, conforme nos lembrou Orlandi (1997), o efeito de sentido da violência entre o casal refere-se, portanto, a agressões físicas entre os policiais, independente do gênero/sexo, seguindo a interpretação textual institucionalizada, que controla os sentidos. Há, também, um deslizamento de sentido para lar, visto como uma extensão do espaço quartel e, no caso de violência entre militares, implicaria em ofensa a bens jurídicos e valores morais, deontológicos e ritos castrenses. Contudo, ainda há quem diga que briga de militares em casa seria tipificado como violência doméstica e outros que sustentem que as agressões entre casais no quartel seria crime militar. São deslizamentos... silenciamentos.

Finalizamos trazendo as palavras de Tfouni (2017, p. 53), “o todo do silêncio não pode atualizar como todo, então é preciso que restem enunciados não ditos ou silenciados para que exista o discurso”, e no caso em análise, independente da não unanimidade discursiva e doutrinária, a escolha de uma FD e o silenciamento de outro dizer, significa que o sujeito ao dizer A deixa de dizer B, sendo o interdito elemento fundador do discurso. Abrir as fronteiras do direito, via imersão nos estudos de linguagem, através da AD, permitiu refletir sobre o caso Rafaella e à deriva entre ser mãe, policial, militar e mulher.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Maria Cecília Oliveira; MATHIAS, Suzeley Kalil. Mulheres e vida militar. *Cadernos Adenauer XIV* (2013). Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=53597158-3c06-e238-0375-48db8c7e8b1d&groupId=252038. Acesso em: 30 de ago. 2020.

BAHIA. *Lei n.º 7.990 de 27 de dezembro de 2001*. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85382/lei-7990-01>. Acesso em: 12 de ago. 2020.

BAHIA. *Decreto Estadual n.º 2.905, de 19 de outubro de 1989*. Dispõe sobre a criação da Companhia de Polícia Feminina no Estado da Bahia.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 1001, de 21 de outubro de 1969*. Código Penal Militar. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm. Acesso em: 13 de ago. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 15 de ago. 2020.

BRASIL. *Lei n. 13.104, de 10 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. *Lei n.º 13.491, de 13 de outubro de 2017*. Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113491.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.491%2C%20DE%2013%20DE%20OUTUBRO%20DE%202017.&text=Alterar%20o%20Decreto%20Lei%20n%C2%BA,Art.. Acesso em: 15 fev. 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CUNHA, Daniele Souza. Violência doméstica entre casal de militares. Crime militar ou não? In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande. XVII, n. 131, dez 2014.

FREUA, Murillo Salles. O casal de militares perante a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). *Revista da ESMP*, ano 1, n. 1, p. 105-113, jan./jun. 2007. Disponível em: < <http://www.jusmilitaris.com.br/novo/uploads/docs/casalmilitares.pdf>>. Acesso em: 02 fev. de 2021.

GRACIANO, Marcus Vinicius Souto. *Aplicação da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha – nas relações afetivas envolvendo casal de militares*. Monografia (Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, 2012). Disponível

em: http://www.jusmilitaris.com.br/novo/uploads/docs/monoma_rcusvinicius.pdf. Acesso em: 03 fev. 2020.

- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 3ª Ed. Campinas: Pontes, 2005.
- HERMANN, L. M. *Maria da Penha Lei com nome de mulher: violência doméstica e familiar, considerações à Lei nº 11.340/2006*, comentada artigo por artigo. Campinas, São Paulo: Servanda, 2012.
- HEINE, Palmira; MARINHO, Flágila. Silêncio e interdito em questões de interpretação de texto de um livro didático de Língua Portuguesa. In: *Revista A Cor das letras*, v. 16, p. 128-138, 2015
<http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras>, Acesso em: 14 de mar. 2021.
- HENRY, P. *A ferramenta Imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- INDURSKY, Freda. *O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e à deriva*. Disponível em:
<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/sys/issue/view/277>. Acesso em: 27 de jul. 2020.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise do discurso presidência da Terceira República Brasileira (1964-1984)*. Tese (Doutorado Instituto de Estudos da Linguagem) – Unicamp. Campinas, 1992.
- LIRA, K. F. S.; DE BARROS, A. M. Violência contra as mulheres e o patriarcado: um estudo sobre o sertão de Pernambuco. *Revista Agora, [S. l.]*, n. 22, p. 275–297, 2015. Disponível em:
<https://peristodicos.ufes.br/agora/article/view/13622>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- LOBÃO, Célio. *Direito penal militar*. 3. ed. atual. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.
- NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal Militar Comentado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 2002.

- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do serviço: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: introdução a obra de Michel Pêcheux*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1997, p. 163 -252.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica. *Línguas e Letras*. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/900>. Acesso em: 02 de set. 2020.
- SCHACTAE, Andréa Mazurok; MOREIRA, Rosemeri. A construção da “Polícia Militar feminina” no Paraná. In: VASQUEZ, Georgiane Garabely Heil (org). *Nova história das mulheres no Paraná*. Porto Alegre: Editora FI, 2020, p. 128 – 158.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS JUNIOR. *A (in)aplicabilidade da Lei Maria da Penha nos crimes militares de violência doméstica contra a mulher*. 83f. Monografia (Direito) – Faculdade de Direito – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- SOUZA, Marcos Santana de. *O batom como “arma”: identidade e usos da imagem feminina na Polícia Militar de São Paulo*. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt33/9756-o-batom-como-arma-identidade-e-usos-da-imagem-feminina-na-policia-militar-de-sao-paulo/file>. Acesso em: 11 de nov. 2020.
- TFOUNI, Fábio Elias Verdiani. Interdito e silencio: análise de alguns enunciados. *Ágora: Estudos em teoria Psicanalítica*, n. ° 1, vol. 16, Rio de Janeiro, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982013000100003. Acesso em: 28 de ago. 2020.

ALÉM DA MARGEM: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE ENTREVISTAS COM ADOLESCENTES INFRADORES

Carlos Alberto Braz

Altamir Botoso

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Algumas pesquisas em Análise do Discurso (AD) visam esclarecer, comprovar e examinar ideias ou preceitos já existentes e cristalizados em nossa sociedade. Este trabalho, que se fundamenta teoricamente na AD, não é diferente, pois se propôs a verificar se os discursos cristalizados na sociedade a respeito de sujeitos marginalizados ecoam (ou não) nos dizeres de adolescentes infratores.

Desta maneira, investigamos a forma como os marginalizados, mais especificamente os adolescentes infratores, se julgam e falam sobre si: se eles reproduzem o discurso cristalizado sobre sua condição ou se rompem com tais sentidos.

Para perceber esses sentidos, coletamos entrevistas de 11 (onze) adolescentes internos do Centro de Socioeducação (CENSE) de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná. Nossa premissa foi dar voz, então, a quem geralmente não a possui na esfera social. Olhar para o discurso dos marginalizados é dar voz a quem, geralmente, não é ouvido.

Nesse sentido, centramo-nos em investigar como os adolescentes infratores falam sobre eles mesmos, desconstruir (ou não) “verdades” ou sentidos cristalizados em torno da imagem do adolescente infrator e mostrar o discurso daquele que está à margem e é julgado pela moral social e ideológica.

No intuito de embasar as análises, pautamo-nos no aporte teórico da corrente francesa da Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e demais pesquisadores.

A VERTENTE FRANCESA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Eni Puccinelli Orlandi é a pioneira nos estudos da AD no Brasil e, com esse gesto, a teoria ganhou corpo e força em terras brasileiras e muitos pesquisadores não só a estudam como vêm trazendo consideráveis contribuições para o seu desenvolvimento.

A AD de vertente francesa teve seu início na segunda metade da década de 1960, ganhando amplitude em 1969 com a publicação da obra *A análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux (1938 – 1983),

um dos precursores e autores mais representativos desta vertente. Essa corrente francesa de análise originou-se:

simultaneamente inspirada na releitura da obra de Marx pelo filósofo Louis Althusser e na psicanálise de Lacan. Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e o linguístico, evitando, ao mesmo tempo reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discurso no ideológico. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 202)

Conforme explicitado, é nesse imbricamento entre Linguística, Psicanálise e Materialismo Histórico que a AD se constitui, tomando por consideração que a língua não é transparente, ela é incompleta, heterogênea e não pode ser considerada fechada ou muito menos acabada em si. A língua tem autonomia relativa, ou seja, embora a sintaxe determine ao sujeito como tomar a palavra, ainda assim, no interior da própria sintaxe a falha irrompe, produzindo outros; a língua tem uma autonomia relativa porque não significa de forma linear, a partir da memória e do interdiscurso outros sentidos intervêm na própria materialidade linguística significando-a.

A língua, considerada a materialidade do discurso (ORLANDI, 2008, p. 68), produz sentidos no encontro da ideologia e da história, num constante movimento, num ritual contraditório e com falhas. É na língua que as contradições irrompem em equívocos, rupturas pelas quais outros sentidos transbordam, perpassam, deslocando de um sentido para derivar um outro. Por isso, ela é relativamente autônoma, não-transparente.

A AD, na construção de seu objeto de análise, parte de um sujeito dividido, cindido entre o inconsciente e a ideologia. Afetado pelo discurso e pela história, o sujeito se constitui na relação com o outro, não sendo a origem do sentido, mas, na imposição de significar-se na interpelação ideológica, é atravessado por essa incompletude, produzindo evidências de sentido.

Para Pêcheux o sujeito não é dono de si, ele se constitui “pelo apagamento” daquilo que o determina, na ilusão da origem dos sentidos. “Apaga-se o fato de que ao dizer ele interpreta, ele se posiciona, ele se faz (um lugar) uma posição em relação a uma memória do dizer” (ORLANDI, 2012, p. 171), ou seja, o indivíduo significa-se no fenômeno da interpelação em sujeito e é pela língua que essa interpelação ocorre. Orlandi (2012, p. 173) defende ainda que “não há dizer que para fazer sentido não se inscreva na memória”. E a essa memória discursiva denominamos de *interdiscurso*, ou seja, para que algo que falamos faça sentido se faz necessário que faça sentido antes.

Desta maneira, o sentido está na materialidade do discurso, no fato de que a língua, para significar (-se), tem que se inscrever na história, no social. Não é em si que a língua interessa aos analistas do

discurso, mas a forma como é praticada, produzindo sentidos, dentro da sociedade e da história (ORLANDI, 2001).

Para a AD, o estudo do discurso se faz como prática social da linguagem. Observa-se que o discurso é um lugar próprio, onde a formação ideológica comporta a formação discursiva, no lugar que “algo significa antes, em outro lugar e independentemente” (ORLANDI, 2005, p. 11).

Pêcheux, a esse respeito, argumenta que “a forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o non-sens da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira” (PÊCHEUX, 1997, p. 266). Ou seja, para a AD o sentido só se materializa pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber e, assim, pela identificação do sujeito com uma determinada formação discursiva.

Orlandi (2012) ainda preceitua, com base nos pressupostos teóricos de Pêcheux, que como nossa sociedade é heterogênea, também existe uma divisão dos sentidos, porque eles não significam a mesma coisa para todos, mas sim, significam na diferença, significam sempre a partir de uma posição do sujeito inscrito em uma ou mais formações discursivas. Deste modo, podemos considerar que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua, articulando-se entre si língua e ideologia com o discurso.

Assim, nessa relação contraditória entre língua e ideologia é que se estabelece uma relação de entremeio. Tais palavras escolhidas para determinada enunciação, por sujeitos ou em situações diferentes, significam diferentemente umas das outras.

Orlandi nos revela que o silêncio significa e que ele não está somente entre as palavras, ele as atravessa. Significa por si só, e tão somente, e faz sentido, o que é importante para esta análise. Significando muitas vezes mais até do que as palavras: “é no silêncio que as diferentes vozes do sujeito se entretecem em uníssono. Ele é o amálgama das posições heterogêneas” (2007, p. 90).

A estudiosa ainda estabelece dois principais funcionamentos acerca do trabalho com o silêncio: o silêncio fundador, que está presente em toda e qualquer linguagem, em todas as palavras, significando o não-dito “dando espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar” (ORLANDI, 2007, p. 24); e há também a política (ideologia) do silêncio, dividida entre silêncio constitutivo e silenciamento.

No constitutivo, observamos que todo dizer cala alguma coisa, que todo dizer tem sentidos silenciados. No silenciamento, se fala de outra maneira para que outros sentidos não apareçam, mas o sentido silenciado não desaparece.

O silêncio é a própria respiração do sentido. Podemos estar em silêncio e estar significando algo. O homem tem necessidade intrínseca

e vital de significação, quando ele não pode significar, parte para outros objetos simbólicos que o façam.

No silêncio está contida a concepção que alguns sentidos são censurados, pelo sujeito que o produz ou pelo meio social ao qual o sujeito pertence. “O silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2007, p. 29).

Portanto, diante dessas reflexões é que apontamos a importância deste estudo acerca do silêncio para a realização deste trabalho, que norteou o desenvolvimento da pesquisa dando o amparo substancial para compreendermos que existe no dizer um não-dizer necessário (ORLANDI, 2005, p. 82) que significa, problematiza, produz sentido.

O DISCURSO DAS MARGENS: A VOZ DOS ADOLESCENTES INFRATORES

A constituição do *corpus*: analisamos neste trabalho 11 (onze) entrevistas de adolescentes infratores internos do Centro de Socioeducação (CENSE), da cidade de Santo Antônio da Platina - PR. Essa instituição acolhe adolescentes com idade entre dezesseis e dezoito anos de idade.

A escolha deste Centro deu-se pelo fato de sua localização geográfica, pois Santo Antônio da Platina é um município vizinho da sede da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), instituição à qual estamos vinculados. A quantidade de entrevistas foi estipulada, de forma aleatória, em um total de quinze.

A seguir, coletamos as autorizações dos pais/responsáveis de cada um dos adolescentes participantes que, por força de sigilo legal, não podem ser aqui anexadas.

As entrevistas aconteceram aos sábados em datas e horários compatíveis com as atividades do CENSE. Contudo, não foi atingido o número inicialmente pretendido de quinze adolescentes, foram coletadas treze autorizações, mas realizadas somente onze entrevistas, por causa de duas desistências.

Após a coleta, as entrevistas foram transcritas, mas somente foram utilizados trechos substanciais para a análise a partir de recortes que serão apresentados, na próxima seção.

E, por respeito à ética em pesquisa, e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos comprometemos em manter sob sigilo o nome dos adolescentes entrevistados, utilizando siglas como o exemplo: SD1 (Sequência Discursiva 1), e assim sucessivamente.

AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E O SILÊNCIO

Retomando Pêcheux (1997), o discurso se constitui na relação das condições de produção de determinado enunciado com a posição ideológica do sujeito presente no dizer. Desta maneira, o meio em que o discurso é produzido afeta diretamente seus sentidos. Como as entrevistas foram feitas dentro de uma instituição do Estado determinados sentidos não escapam no momento da entrevista, ou seja, há um silêncio na fala, uma censura que vem justamente dessas condições em que o discurso foi produzido. Há uma instituição ali que diz, ainda que não diga efetivamente, o que deve ser dito. Por meio das relações imaginárias, sabe-se que várias projeções sobre o lugar, a condição, a situação, sobre quem é vocês estão em jogo no momento da fala.

Como já mencionado anteriormente, as entrevistas foram realizadas na Unidade CENSE de Santo Antônio da Platina onde adolescentes infratores são submetidos a medidas socioeducativas. Tais medidas visam, segundo os discursos oficiais, reintegrá-los à sociedade.

Esses meninos, ao mesmo tempo que cometeram delitos, são vítimas destes e o Estado é autorizado pelo ECA a aplicar punição quando:

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. (BRASIL, 2012)

Vejamos alguns trechos em que percebemos em seus discursos uma repetição de uma fala outra, um cerceamento imposto pelo meio, pela instituição na qual estão inseridos:

Não tem como pensar alguma coisa, né? Porque se a gente tá aqui dentro aqui, é pra refletir tudo o que a gente fez também, né? Pagar por nossas coisas... (SD1)

Porque tudo mundo tem a sua segunda chance né? Daí eu acho que saindo daqui, me redimindo, eu seria outra pessoa... (SD2)

Acho que sim! Por causa de mim mesmo! Eu que estou errado! Eu que sou o marginal, sei o que estou fazendo! E se eles falam, estão falando o certo! (SD3) (Grifos nossos)

Vemos nesses três recortes (SD1, SD2 e SD3) que o discurso da culpabilidade remete e corrobora a possibilidade do Estado intervir e corrigir (por força de lei) as condutas que motivaram a internação desses adolescentes.

É a presença da instituição oficial, do discurso institucional na fala deles, cerceando, vigiando (e punindo). Assim, nestas sequências repetitivas percebemos que o silêncio se faz presente, pois os adolescentes nos disseram o que queremos ouvir? Ou o que esperamos ouvir? Ou o que a instituição quer ouvir? Ou o que a família quer ouvir?

Orlandi (2001) afirma que no momento em que se fala, já antecipamos sentidos para quem quer que seja esse outro, assim o falar é, de certo modo, controlado, mas também é falho, pois não controlamos o nosso dizer, existe sempre algo que “escapa”, se esconde, se exclui.

Percebemos também que o funcionamento ideológico não se dá somente por um aparelho ideológico do Estado (no nosso caso, o CENSE). Há também presentes nessas formações discursivas, além do discurso institucional governamental, o discurso da moral que dita o que é certo ou errado, que não aceita erros.

O que estamos tentando dizer é: sim, percebemos os sentidos de discursos institucionalizados, mas existem outros dizeres que ressoam nas falas desses adolescentes. Existe o atravessamento de um discurso que advém de outro lugar, enquanto dizer constitutivo das práticas sociais. É o eco do discurso jurídico, que dita pelas Leis o que podemos ou não fazer e que pune, então, aqueles que desobedecem.

Retomando Orlandi (2007), é no silêncio que alguns sentidos são censurados, tanto pela retórica da dominação como pela retórica do oprimido. São contrapartes, parte censurada pelo sujeito que produz, parte censurada pelo meio social.

Quando o adolescente da SD1 diz que se eles estão naquele lugar para refletir sobre o que eles fizeram e que tem que “pagar por nossas coisas”, percebemos os sentidos de um discurso de culpa, um outro dizer, não somente o discurso institucional, mas uma série de outros discursos atravessam esse dizer.

Discursos outros que intervêm pelo interdiscurso e que se fazem presentes quando tomamos a palavra, sem que nos déssemos conta disso, sem que percebêssemos. Como por exemplo, na fala do adolescente da SD4 abaixo:

(Minha família) falam pra mim mudar, né! Eles querem bastante que *eu* mude! Que nem: *minha* família agora mudou de cidade. [...] E é uma cidade nova! É uma convivência nova! Ainda mais agora que *eu* quero mudar também! [...].
(SD4) (Grifos nossos)

Observando, ainda, na SD3 quando o adolescente diz que “Eu que sou o marginal, sei o que estou fazendo!”, percebemos nesse discurso de culpabilidade, uma culpa assumidamente que não é do Estado por não conseguir oferecer as mesmas possibilidades para todos, mas sim, somente do próprio adolescente.

Diferente do que outro adolescente afirma nessa fala:

Aqui dentro aqui, a gente pro Governo não passa de ‘um ser ninguém’ né? Tipo igual os outros, tipo um animal trancado, mas pô! Isso aí também é pra gente dá valor na vida que a gente tem lá fora, também, na liberdade. (SD5)

Nesse trecho, notamos que o próprio adolescente se compara a um animal trancado e esquecido, transferindo a culpa ao Estado. É o que Pêcheux (1997) explicita quando nos diz que a ideologia é um ritual com falhas, porque esse entrevistado também se culparia, o que não acontece. Observa-se ainda, que o adolescente repete o discurso sobre o aprendizado, o discurso da redenção etc., o que nos mostra a contradição no fio do discurso.

O discurso institucionalizado é também percebido nas seguintes formações discursivas:

Eu penso em parar de usar drogas. Parar de mexer com o crime, né? Porque o crime é sem futuro! Daí a partir do momento que eu sair daqui, vou voltar a ir pra igreja, trabalhar, ficar ao lado de minha família... seguir em frente! (SD6)

Eu acredito, primeiramente, sair dessa vida! Que eu já saí! Quero arrumar um serviço, correr atrás de um serviço, correr atrás dos meus estudos principalmente, e dar orgulho para o meu pai, para a minha mãe, e para o meu filho [...]. (SD7)

Plano? Ah, eu quero realizar meu futuro, para eu dar uma ajuda para os meus filhos. Quero acompanhar a Igreja certinho, ser um homem trabalhador, honesto, porque essa vida aqui eu não desejo para ninguém! (SD8) (Grifos nossos)

Nas SD6, SD7 e SD8 acima, percebemos a repetição do mesmo discurso institucionalizado, apoiado no discurso da redenção, em que a intenção de estudar, trabalhar, voltar a frequentar a igreja, constituir família, encontra o típico discurso moral burguês, a fala que eles esperam que a sociedade queira ouvir, percebido também na SD2, quando o adolescente afirma “me redimindo, eu seria outra pessoa”.

Essa repetição é, também, uma falha que atravessa o discurso institucionalizado. Quando os adolescentes utilizam os pronomes pessoais e possessivos “eu”, “meu”, “minha”, ressoa outra coisa, ressoa o Estado. Podendo até ser um “nós”, pois, somos nós, a sociedade, o

Estado, que queremos que esses sujeitos ajam dessa forma, sejam assim. O efeito que esses pronomes têm nessas condições de produção, revela um “nós”, uma injunção de um nós que atravessa a fala desses meninos.

Outro ponto relevante e detectado na fala destes adolescentes é a negação:

Ah, tem que mudar! Parar com isso! Porque isso aqui *não é vida pra ninguém, não!* Saindo daqui, arrumar um emprego mesmo... meu dinheiro honesto, mesmo! Ser traficante, traficando, *não dá nada! Não dá lucro nenhum, não!* (SD9)
(Grifos nossos)

A sequência acima revela um outro silêncio, o da negação, um outro sentido sendo significado, porque ao negar o adolescente fala o contrário também, ou seja, é preciso primeiro afirmar (como uma pressuposição) para poder negar em seguida: “Não dá lucro nenhum, não!”.

Essa negação demasiada infere num processo de denegação, que segundo Ferraça (2013, p. 97), “na psicanálise, Freud apresenta o conceito de denegação, considerado a operação que permite uma representação recalçada ascender ao consciente, desde que ela ocorra por meio da negação”.

Além disso, ainda é possível verificar que,

Na teoria psicanalítica, através da negação, o sujeito pode mascarar aquilo que, por ter sido censurado pelo superego e recalçado no inconsciente, não lhe é facultado dizer. Ou, se preferirmos, através da denegação, o sujeito diz sem, de fato, dizer, apresentando-se dividido entre seu desejo de dizer e sua necessidade de recalcar. E a denegação possibilita a verbalização dessa divisão, pois o sujeito, ao formular negativamente, pode expressá-lo sem, contudo, admiti-lo. (INDURSKY, 1990, p. 118, apud FERRAÇA, 2013, p. 98)

Ou seja, aquilo que os adolescentes expressaram negativamente em suas formações discursivas passa a ser dito como uma afirmação em que reconhecem o fato, porque ao negar acabam afirmando o contrário.

No discurso dos adolescentes infratores, está implícito também a omissão do estado e da sociedade, que exercem o seu poder por meio da punição, mas que não cumprem eficazmente o seu papel de propiciar melhores condições de vida, educação e saúde para esses jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliarmos as análises descritas, percebemos no funcionamento do discurso dos entrevistados um dizer que corrobora os discursos cristalizados na sociedade sobre o lugar que esses adolescentes ocupam.

A memória discursiva, o interdiscurso, a ideologia, estão tão presentes nas formações discursivas desses sujeitos que eles se concebem a partir do que é falado sobre eles.

A moral, os diversos outros discursos institucionais, remissivos e punitivos, permeiam os sentidos, ecoando, repetindo e condenando tudo aquilo que é dito sobre os adolescentes infratores.

Este artigo teve como premissa verificar se tais discursos ecoavam, ou não, nos dizeres desses meninos e, concluímos que sim. A sociedade, o Estado, a religião, esses discursos tão proeminentes permanecem refletidos e repetidos nos dizeres dos entrevistados. Vemos nas SDs analisadas a memória sobre os adolescentes infratores se perpetuando e cristalizando os dizeres das instituições mencionadas.

No desenrolar da pesquisa percebeu-se a contradição do sujeito, sendo julgado, e se julgando, pela moral social e ideológica, mas buscando se posicionar na ilusão de que ele é a origem dos sentidos presentes em seus dizeres.

Assim, este artigo é somente um recorte, uma parte que pode se tornar um norte para outras pesquisas que levem em consideração esses discursos de entremeios, de minorias, que produzem sentidos que muitas vezes são apagados, excluídos e vivenciados à margem.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. *Dicionário contemporâneo do português*. Petrópolis: Vozes, 1992.

BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BRASIL. *Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CHARAUDEAU, P., MAINGUENAU, D. *Dicionário de Análise de Discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

- FERRAÇA, M. *Prostituição: vozes que ecoam, sereias que (en)cantam*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2013.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

AS TENSÕES SUBJETIVAS DOS DISCURSOS POLÍTICOS A PARTIR DO MOVIMENTO #ELENÃO NAS HASHTGS DO TWITTER

Girleide Ribeiro Santos Cunha

INTRODUÇÃO

Com base no crescimento das mídias sociais digitais, percebe-se que cada vez mais pessoas dos mais variados lugares e das mais variadas classes sociais passam a compor uma discursividade da/sobre a política nos ambientes digitais. A ampliação dessas relações vem tomando cada vez mais espaço, se fortalecendo no Brasil desde as eleições de 2010, dos protestos ocorridos em 2013, alinhados de forma massiva pelas mídias sociais e digitais, as eleições de 2014, até as eleições de 2018, que pareceu atingir seu ápice no uso desses espaços com o objetivo de mobilizar questões relacionadas à política partidária e que culminaram na realização de vários trabalhos científicos relacionados ao tema. As pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo, que teve como idealizador o professor do Departamento de Comunicação Social Fábio Malini, dispõe de muitos trabalhos sobre dados em redes sociais no intuito de identificar controvérsias políticas que nortearam os debates nas redes. Esses dados têm contribuído para a potencialização de trabalhos que se ocupam em discutir os discursos presentes nos espaços enunciativos informatizados como a que se propõe esta pesquisa que tem sua relevância a partir da identificação dos modos como o discurso feminista se constitui no Twitter.

A partir do crescimento das mídias e com elas a inscrição cada vez maior de usuários comuns, se instaurou, nas redes, uma ampliação das relações entre os discursos destes sujeitos usuários comuns da internet e os discursos políticos-midiáticos atuais. Desse modo, pretende-se observar a partir dos discursos do candidato à presidência da República em 2018, Jair Messias Bolsonaro, o modo de constituição da representação da mulher na política, bem como, analisar a partir da hashtag *#EleNão*, movimento constituído por mulheres, os sentidos em oposição à imagem da mulher trazida pelo então candidato, a quem o referido movimento se opunha, mobilizando discursos de resistência.

As estratégias criadas pelos movimentos feministas para o desenvolvimento de formas mais politizadas da atuação feminina e o processo de fortalecimento e empoderamento das mulheres se sustentam numa tomada de consciência da importância em gerir suas lutas que propiciam espaços de tensão, de resistência.

Nesse contexto, busco neste artigo, tematizar o funcionamento discursivo da hashtag *#EleNã* e de arquivos políticos no Twitter a partir da consideração de que eles são elementos frequentemente utilizados por sujeitos comuns e/ou anônimos, que permitem a construção de arquivos políticos antagônicos em um mesmo espaço de circulação.

As hashtags são aqui consideradas como elementos de discurso cujo funcionamento ocorre nas redes sociais, mais especificamente no Twitter, extrapolando o uso individual e estabelecendo uma relação singular do sujeito com a língua produzindo sentidos. Reconhecer a hashtag política como elemento gerador de sentidos ligados a posições-sujeito, permite compreendê-la como um fato da língua, sujeita à falha e ao equívoco, mas também como um fato de discurso que se textualiza em tais condições de produção (SILVEIRA, 2015).

Com base nestas constatações, faz-se necessário indagar sobre de que maneira o estudo dos sentidos em relação à mulher, mobilizados pelo uso das hashtags no Twitter baseada no movimento de mulheres *#EleNã*, pode contribuir para uma compreensão da relação que se estabelece entre o sujeito comum, agora também presente nas telas, com os discursos de dominação relacionados à representação da mulher na política em resposta às representações construídas pelo então candidato à Presidência, Jair Messias Bolsonaro. Qual o modo de funcionamento destes discursos feministas no Twitter?

Os movimentos de transformação e resistência são produzidos pelos sujeitos a partir de sua inserção em determinada formação discursiva, quando, o sujeito do discurso questiona a Forma-sujeito desta formação discursiva, mobilizando práticas sociais.

O espaço existente no Twitter e a possibilidade de diversas vozes enunciando, revela lugar de antagonismo. O presente estudo tem como modelo teórico norteador a Análise de Discurso de linha francesa pècheutiana voltado para os aspectos relacionados à memória, ao silêncio, aos movimentos do sujeito entre a permanência e a resistência, ressaltando que tais conceitos mobilizam outros de igual importância para os estudos discursivos.

“AS FRAQUEJADAS”: LUTA DE CLASSES, LUTA PELOS SENTIDOS



Foto: Guilherme Santos/Sul21

O título dessa seção diz respeito à luta pelos sentidos como possibilidade de resistência dos sujeitos. O cartaz que ilustra essa discussão, claro, não assume aqui um caráter meramente ilustrativo, mas, seu funcionamento discursivo. Para tanto, faz-se necessário compreender as condições de produção dos discursos em funcionamento, já que, as palavras vão mudar de sentido a partir do lugar de onde são enunciadas. Percebe-se que o enunciado presente no cartaz se constitui enquanto resposta a manifestação de Bolsonaro que atribui à mulher o sentido de fraqueza “[...] a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”.

As formas de compreender o mundo, os lugares sociais, projeções de homem e mulher, os papéis ocupados por estes, as formas de se manifestar dizem respeito ao modo como os sujeitos são interpelados pela ideologia e é no discurso que estas ideologias são materializadas.

Esta hierarquia marcada pela desigualdade se constitui numa forma de violência presente nos vários discursos proferidos nas instâncias sociais. Porém, esta violência nem sempre corresponde somente ao enfrentamento corporal, pois, pode ser também caracterizada por lutas simbólicas (SOIHET, 1997). A violência simbólica se apresenta de diversas maneiras e, na construção do que se instituiu como masculino e feminino, homens e mulheres são violentados simbolicamente para que os papéis socialmente instituídos para ambos sejam reproduzidos. Segundo Bourdieu (1999, p. 41), a violência não precisa ser física para que se caracterize como tal, assim:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua

relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem essa relação ser vista como natural.

Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica é reconhecer como a relação de dominação é histórica, cultural e linguisticamente construída a partir de discursos que definem a diferença entre homens e mulheres como sendo de ordem natural. O substrato desta violência simbólica permanece nas relações assimétricas entre os gêneros em um mundo que destinou à mulher a passividade em razão de uma sociedade marcada pelo patriarcado, ou seja, “[...] por uma forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres” (GARCIA, 2015). É nesse processo de luta em relação aos discursos dominantes que nos interessa analisar o modo como o sujeito posto no lugar de mulher realiza os movimentos de resistência através de seu posicionamento frente a tais discursos.

Historicamente, a mulher foi definida, construída como aquela de corpo frágil, o que designou a ela um papel e lugar específicos na sociedade, como salienta Perrot (2005):

A mulher é, inicialmente, um corpo “fraco”, “com órgãos delicados”, “frágeis”, sujeitos a “indisposições periódicas”, corpo que condiciona seu humor instável. “O organismo feminino está submetido à certa indisposição devido à sua natureza, desde a puberdade até a menopausa [...]”. (PERROT, 2005, p. 177)

A construção social da dicotomia homem/mulher designa a este lugar de sujeição ao homem em razão de um pré-construído que define o que os caracteriza, ou deve caracterizá-los, com base nos já ditos sobre o que os constitui enquanto homem e mulher. E toda esta construção que é social, histórica, ideológica é transformada num processo de naturalização, o que concorre para a compreensão do processo de dominação como algo comum. O próprio da ideologia é naturalizar uma posição, assim, o indivíduo é interpelado como sujeito livre para aceitar sua submissão. Na abordagem desse processo de interpelação do indivíduo em sujeito, Althusser (1980, [1970] p. 113) afirma:

o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do Sujeito, portanto para que aceite (livremente) a sua sujeição, portanto para que realize sozinho os gestos e os atos da sua sujeição. Só existem sujeitos para e pela sujeição.

No entanto, existem algumas formas do sujeito se relacionar com as formações ideológicas dominantes que podem culminar em gestos de rebelação, o que não significa que o sujeito deixe de ser interpelado ideologicamente. Segundo Soihet (1997):

Por outro lado a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações por parte dos dominados. O que significa que a aceitação pela maioria das mulheres, de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. (SOIHET, 1997, p. 12)

Pêcheux nos convida a pensar nessa subversão como forma de resistir, e, para produzir tais formas de resistência faz-se necessário “começar a se despedir do sentido que produz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do sem-sentido” (PÊCHEUX, [1982]1990, p. 17) Assim, a resistência é responsável por causar furo na ideologia dominante, o que gera uma desestabilização dos sentidos estabilizados socialmente.

Preende-se, assim, verificar como os sujeitos colocados no lugar de mulher são interpelados e desviam dos efeitos ideológicos, das capturas e filiações da memória e questionam os efeitos da formação discursiva dominante através do movimento *#EleNão* realizados por mulheres durante o período das eleições para presidência da república em 2018.

Isso porque, toda forma de repressão vivida pelas mulheres, toda forma de violência, culminou em muitas lutas, por elas travadas, em prol de atingirem um lugar na sociedade em que tivessem voz. Os movimentos feministas se instituem enquanto tomada de consciência sobre qual era/é, de fato, o papel da mulher na sociedade através das lutas pela equidade, que culminaram nas chamadas “ondas” do feminismo.

Esses movimentos ganharam força a partir do sentido de coletividade que são importantes para que outros sentidos ecoem. A imagem presente no cartaz da figura 1, utiliza-se da mesma palavra “fraquejada”, antes atribuída como sinal de fragilidade, para, numa luta pelos sentidos, mostrar a força delas “as fraquejadas na linha de frente [...]”. A ideia de plural “as fraquejadas”, remete a essa coletividade, essa luta de classe como luta pelos sentidos. Fraquejada e linha de frente apresentam um deslizamento de sentido que são possibilitados pelos movimentos de contradição que ocorrem pelas formações discursivas, já que, a fraqueza assume o lugar de força ancorada na “linha de frente”, visto que, as palavras assumem lugar do mesmo e do diferente nos processos discursivos.

Essa luta de classes designada pelo patriarcado que subalterniza o lugar da mulher, e, o enfrentamento destas mulheres por não aceitarem tal condição, está marcada pelo uso da palavra “opressor” que remete a relação opressor / oprimido no intento de trazer essa luta para a igualdade de possibilidade. Vale destacar que o suporte onde estão ancoradas as frases assume uma cor que historicamente não poderia ser outra senão o tom de rosa/lilás. As duas palavras em destaque “FRAQUEJADA e OPRESSOR” ganham essa mesma tonalidade, sendo a primeira em lilás e a segunda em tom de rosa. Através da memória discursiva que atualiza os sentidos, estas cores podem ser relacionadas ao universo feminino. A cor rosa/lilás, definida socialmente como representação da figura feminina, a fragilidade da mulher, vai ser ressignificada no movimento feminista, como símbolo de luta, que toma como base a greve realizada pelas operárias de uma tecelagem norte-americana que as levou à morte no dia 8 de março de 1857, conta-se que os tecidos em que estavam trabalhando tinham essa tonalidade (GARCIA, 2015).

O cartaz é finalizado em sua constituição com uma imagem de uma mulher com a frase “MARIELLE VIVE”, que marca os sentidos de enfrentamento, luta e coragem, posto que, a imagem da figura de Marielle está associada a um forte movimento de militância.

À CAMINHO DO DIGITAL: O LUGAR DO NÃO LUGAR

As várias possibilidades de expressão, os espaços disponibilizados pela internet, fazem emergir um novo cenário o que resulta numa nova forma de organização de coletivos. O espaço digital possibilita uma arena propícia à várias interpretações dos atos de disputas pelos sentidos, já que, caracteriza-se como um cenário propício às variadas polêmicas que são instauradas neste espaço. Porém, é preciso compreender que apesar dessas várias possibilidades de manifestação propiciadas pelo espaço digital, há sempre uma tentativa de interdição, de regulação.

Existe um ideal de transparência quando nos referimos ao digital, porém, faz-se necessário compreender que esta suposta transparência é também índice de um vetor de vigilância. É preciso compreender que diante do cenário que corresponde ao digital não podemos manter uma atitude ingênua em relação a uma total liberdade do sujeito no que diz respeito a esse espaço, nem tampouco render-se às redes de vigilância, posto que, a Análise de Discurso possibilita os movimentos de contradição, resistência.

A materialidade específica do discurso é a linguagem que, como sistema relativamente autônomo carrega marcas do funcionamento ideológico e da historicidade que a constitui. É através da ideologia que

os indivíduos são constituídos em sujeitos, Pêcheux (2009 [1975], p. 149) assim define esta relação:

o funcionamento da ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 149)

Assim, o mundo é concebido a depender do modo como os sujeitos são interpelados pela ideologia o que se dá pelo processo de subjetivação do sujeito, considerando que existe um modo específico do sujeito se relacionar com a ideologia, pois não há uma única forma de interpelação. Para Beck (2012, p. 139) “[...] apesar de atravessado pela memória do dizer, esse processo de subjetivação provoca um efeito de imaginária transparência da realidade, como se o interdiscurso não existisse”.

O Twitter é composto por vários discursos, é constituído pela relação de diferentes perfis que caracterizam lugares sociais diversificados e diferentes posições-sujeitos a partir das quais se enuncia. É a interpelação que põe o sujeito diante do histórico e do simbólico e o determina através da regulação do que pode e deve ser dito por intermédio da ilusão necessária da subjetividade como origem de seu dizer (PÊCHEUX, 2009).

Diante do fato de que a linguagem é constituída na história e significa a partir de sua dimensão simbólica, e que o Twitter é lócus de heterogeneidade devido às diversas posições –sujeito que ali enunciam, busca-se compreender como se desenham as lutas pelos sentidos da palavra mulher a partir de uma hashtag, que, muito mais do que um elemento da língua é efetivamente, um elemento de discurso. Assim, o *#EleNão* funciona retomando sentidos do interdiscurso, e constitui-se, portanto, a partir de um acontecimento histórico: a militância das mulheres em 2018 no Brasil no contexto das eleições presidenciais, quando estas se rebelaram contra os dizeres do então candidato Jair Bolsonaro. A hashtag *#EleNão* se constitui, desse modo, a partir da arena de militância política, e da complexidade que caracteriza o dizer entre rupturas e permanências na atualização e deslizamento de sentidos sobre o feminino. Em razão das condições de produção dos discursos, dos sentidos que são gerados, pode-se perceber como os sujeitos são afetados pela história, pela ideologia, pelos lugares sociais que ocupam, lugares esses projetados pelo simbólico. Desse modo, as palavras, os gestos não funcionam por si só, pois significam a partir da formação discursiva em que estão submetidos os sujeitos, podendo

significar diferentemente, pois não significam do mesmo modo para todos.

Um dizer é resultado de diálogos e duelos, pois, podem ser constituídos de várias formações discursivas, porém mantêm uma unidade controlada pelos saberes da Forma-Sujeito e reguladas pela memória. Desse modo, nosso olhar se voltará para a hashtags como parte desses diálogos e duelos, imersos na cadeia de discursos digitais.

Como afirma o próprio Pêcheux [...] não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes que significa que é preciso “ousar se revoltar ([1978], 1995, p. 304). Para esta pesquisa, faz-se relevante pensar nesse processo de ousadia e revolta, na luta contra o processo de dominação, já que, nessa pesquisa, analisaremos o movimento de mulheres com base na #EleNão como forma de protesto, resistência aos discursos relacionados ao modo de constituição da representação da mulher na política, produzidos pelo candidato à Presidência nas eleições de 2018, Jair Messias Bolsonaro. Busca-se então estabelecer uma relação entre a memória e a atualidade, entre o processo parafrástico e polissêmico.

O Twitter, dentre outras plataformas digitais, propõe uma relação não dicotomizada entre o real e o virtual, rompe, de certa maneira, a relação entre o público e o privado. Este último, significado historicamente como o lugar legítimo da mulher e aquele como o lugar do silenciamento, do apagamento em relação ao modo como as mulheres foram/ são significadas pela memória.

Assim, a memória se estabelece como forma reguladora daquilo que pode e deve ser dito e daquilo que não pode e não deve ser dito no domínio de dada formação discursiva. Courtine salienta que “[...] a memória discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (COURTINE, 2014, p. 105-106. Grifos do autor). Para Indursky (2011, p. 86), “a memória discursiva é regionalizada, circunscrita ao que pode e deve ser dito em uma FD e por essa razão é esburacada e lacunar. Já o interdiscurso abarca a memória discursiva referente ao complexo de todas as FDs [...] é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte saturada”.

Compreende-se, assim, que a memória discursiva está relacionada ao social, ao coletivo, a uma memória que é histórica. É a partir dessa memória que os dizeres são retomados e atualizados no fio do discurso e, por meio dessa retomada, ao formular um discurso, o sujeito retoma ou esquece e silencia outros discursos já existentes. Desse modo, o discurso produzido pelo sujeito, se estabelece a partir da repetição, por mais que este sujeito acredite se tratar de um novo discurso.

O digital propicia uma nova forma dos sujeitos se relacionarem, porém, importante perceber que Segundo Dias (2018, p. 170):

o digital produz um novo tipo de relação entre o sujeito e o social, uma nova relação das práticas políticas e discursivas que não são da ordem da banalidade. É preciso compreendê-las para além do utilitário dos sistemas aplicativos que facilitam a vida, a circulação dos dizeres e armazenamento das memórias.

O ativismo é um exemplo de que não se pode banalizar o uso do digital como da ordem meramente do utilitário, pois assume um novo caráter com o avanço das tecnologias e a utilização das mídias sociais para usos diversos no cotidiano, o que provoca um deslocamento no uso que se faz da linguagem, assim, temos o ciberativismo, sobretudo quando se pensa em sua função como prática social. De igual modo, temos outros deslocamentos como as ações feministas, que assume no digital o ciberfeminismo por resultar em nova forma de expressão pela luta da igualdade social.

Sobretudo, é salutar refletir sobre o conceito de memória discursiva e memória metálica, no intento de compreender os lugares ocupados por cada uma e a relação que pode ser estabelecida entre elas. Segundo Orlandi (2006a, p. 26) a memória metálica está relacionada à noção de arquivo, significando acúmulo de dados. Para ela é a memória produzida pelas máquinas pela informatização da linguagem o que distingue da memória discursiva que é constituída pelo esquecimento. Porém, vale considerar a relevância de uma problematização relacionada ao digital, cujos efeitos de sentidos produzidos pelos seus modos de inscrição histórica são os da eficácia e transparência técnica que o significa como algo que não falha. Somente quando há a possibilidade de interpretar é que a memória metálica se desorganiza na tensão com a memória discursiva produzindo uma memória digital.

Em razão de seu caráter marcado por textos curtos e de rápida circulação, o Twitter tornou-se um site marcado pelo ativismo e por intensas discussões políticas. A hashtag constitui-se como um recurso importante que pertence à plataforma, teve seu início no Twitter e, posteriormente, tomou outros espaços, não só os digitais. As hashtags podem ser vistas como recurso discursivo que culmina em desdobramentos, articulando um conteúdo a outros disponibilizados em rede, materializando assim, diferentes domínios de memória por meio de um arquivo digital. Segundo Dias (2018), o digital se formula, se constitui através da circulação, compartilhamento, comentários, postagens, hashtags, ou seja, o discurso digital se formula ao circular.

QUEM É ESSE SUJEITO QUE OUSA SE REVOLTAR?



A postagem apresentada nesta seção, cujo título remete ao Pêcheux quando de sua defesa em relação ao movimento de resistência, é feita por uma usuária do Twitter, ligada à hashtags #EleNão. Tal postagem é composta por uma imagem que traz em seu contorno um tom de rosa/lilás, que, assim como na imagem presente no cartaz da figura 1 da segunda seção deste trabalho, toma a cor lilás como símbolo de luta das mulheres que tiveram vozes/corpos historicamente silenciados ou interditados.

Na postagem, percebe-se o formato de uma pessoa, o que sugere a imagem de perfil de uma mulher, a silhueta supostamente de uma cabeça, com o fundo branco contido de um enunciado posicionado no centro, remetendo ao cérebro composto por letras pretas, assim definido “Democracia é palavra feminina”.

Analisando morfológicamente a palavra democracia, temos, de fato, um substantivo feminino. Porém o que se pretende com tal assertiva não é uma análise da língua como um sistema isolado, mas, trazer à tona as questões históricas e ideológicas considerando que a língua é relativamente autônoma, pois é constituída na e pela história, é a materialidade onde o sentido se (des)estabelece. Assim, pretende-se, com o enunciado, estabelecer um posicionamento, utilizando-se do digital como espaço político para tal através do ativismo digital: ciberfeminismo.

O termo Democracia remete à ideia de participação, de voz ativa. Importante salientar que, como afirma Pêcheux, o sentido não está nas palavras, mas ganham sentido nas formações discursivas. Desse modo, falar de democracia como palavra feminina, vai enunciar muito além do lugar do linguístico, da categoria gramatical ou acepção da palavra, já que a língua não funciona como um sistema fechado em si, está sujeita ao equívoco, à ideologia, à falha. Significa nas relações sociais.

O enunciado surge como uma forma de posicionar-se frente a uma formação discursiva dominante, cuja memória traz ecos do

patriarcado, que indicam o silenciamento, a negação da voz feminina. Assim, esse enunciado responde ao silenciamento imposto pelo patriarcalismo, fazendo ecoar sentidos de resistência e contestação, uma vez que reivindica a participação feminina na política, já que democracia é uma palavra feminina. Segundo Orlandi (2006) “qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação e a ideologia. Há, assim, uma tentativa da memória de estabilizar tanto os sujeitos quanto os sentidos”.

A imagem que traz a cabeça, especificamente o cérebro, significando um ser que é também constituído pela razão, como sua principal representação, rompe com os já-ditos/ já vistos antes e em outros lugares que tomam a mulher como um corpo meramente sensual, uma mente desprovida de capacidade de pensar, incapaz de utilizar-se da razão por ser frágil, doce, meiga, ingênua, cabendo ao homem esse lugar do ser racional e que se inscrevem em formações discursivas machistas.

A postagem no Twitter surge como uma resposta através da hashtags #EleNão, no período das eleições de 2018, aos discursos machistas proferidos pelo então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro, em entrevistas que traziam a mulher como tema de discussão. Surgem assim, pronunciamentos, como: *“Por isso o cara paga menos para a mulher [porque ela engravida]”* *“Quando [a mulher] voltar [da licença-maternidade], vai ter mais um mês de férias. Então, no ano, ela vai trabalhar cinco meses”,* afirmou. *“Quem vai pagar a conta? É o empregador.”* (2014); *“não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário”.* *“Mas tem muita mulher que é competente.”*(2016); *“Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada, e veio uma mulher”* (2017); *“Eu jamais ia estuprar você porque você não merece”* (2003 e 2014); *“não merece [ser estuprada] porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria”.* Esses pronunciamentos fizeram eclodir o movimento #EleNão que ganhou espaço não só nas redes sociais, mas, também as ruas e nos corpos dos sujeitos militantes.

Na luta do sujeito pela esquiva, são utilizadas a paráfrase e posteriormente a polissemia no sentido de realizar esta esquiva, já que o sentido sempre pode ser outro. Assim, para pensar em *“Democracia é palavra feminina”*, é preciso considerar os efeitos de sentidos presentes no enunciado, já que, nesse momento específico das eleições de 2018, a “palavra” feminina fazia ecoar um grito de rejeição contra o candidato Jair Messias Bolsonaro, grito esse que alcançava e convidava, cada vez mais mulheres para fazerem parte do movimento. Desse modo, a “Democracia” estava sob o domínio delas.

Democracia não é palavra masculina

Estamos diante de duas assertivas, ambas, trazem pela memória questões relacionadas ao conceito de democracia e ao lugar ocupado por homens e mulheres em uma sociedade marcada pelo patriarcado e registrada por uma textualização de dizeres que abafam, negam outros dizeres. Ao enunciar que *Democracia é palavra feminina*, podemos trazer alguns saberes da Forma-Sujeito de uma formação discursiva dominante. Um desses saberes está relacionado à significação da palavra democracia que remete à liberdade, como algo que não está ao alcance das mulheres, essa liberdade é algo que condiz com a movimentação livre atribuída ao homem. Na busca da origem da palavra democracia, busca-se ao mesmo tempo a liberdade de movimentação da mulher como algo que a caracteriza, ou deveria, *Democracia é palavra feminina*. Parafraseando, temos *Democracia não é palavra masculina*. Conforme Orlandi (2015):

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2015, p. 34)

O uso do advérbio de negação *não* se apresenta para dizer muito mais que uma designação da palavra, e, neste enunciado emerge como forma de denúncia, de negação do lugar destinado à mulher, instituído pelos saberes que organizam a formação discursiva dominante. Ao passo que o enunciado caminha para a construção de outros sentidos promovendo deslocamentos e rupturas que desemboca na hashtag *#EleNão*.

Assim, a manifestação através da *hashtag*, também compreendida enquanto discurso, presente no Twitter através da imagem e do enunciado, apresentam-se como forma de manifestar dizeres abafados, revelando um caráter antagônico através de saberes já conhecidos que materializam conflitos pela impossibilidade de aceitação e naturalização de certas práticas. Como bem define Pêcheux [...] não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”. Em se tratando dessa “ousadia”, importante compreender como afirma Grigoletto (2019, p. 7) [...] só assim poderemos dar passos para além do embrutecimento, do cinismo, do ódio, da dominação e da opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o movimento pautado na hashtag #EleNãO, palavra de negação aos discursos de dominação relacionados à representação da mulher na política, em resposta aos discursos machistas, sexistas e misóginos proferidos pelo então candidato à presidência do Brasil Jair Messias Bolsonaro nas eleições de 2018, denota o efeito de sentido que em Análise de Discurso, se produz na tensão constituída entre estabilização e deriva que nos conduz à categoria da contradição o que vai tocar no real da história.

Desse modo, os sujeitos, anônimos, ordinários, através do espaço digital, o ciberfeminismo, com o uso das *hashtags*, orquestram, articulam, se movimentam e se posicionam frente aos discursos dominantes, o que significa simbolicamente, ter voz, ocupar os espaços públicos, posto que, dessas relações de forças e entraves surgem um novo sujeito político, novas atrizes através da politização das lutas das mulheres na arena pública.

Percebe-se, assim, as possibilidades de movimentação do sujeito através de um processo de subjetivação, designando um modo particular do sujeito se relacionar com a formação discursiva e com a ideologia.

Vale ressaltar que a ruptura não acontece de um dia para o outro, pois há uma tentativa constante da classe dominante em absorver a classe dominada. Essa absorção se realiza ideológica e discursivamente, através de uma tentativa de apagamento das contradições e da luta de classes, e a produção do *non-sens* do antagonismo.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Editorial Presença / Martins Fontes, 1980.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo; tradução Sérgio Milliet* – 2. Ed. – Rio de Janeiro: nova Fronteira, 2009. 2v.
- BECK, M; ESTEVES, P.M.S. *O sujeito e seus modos* – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. Macéio, AL. Leitura, 2012, p.135-162.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1999.
- COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

- DIAS, Cristiane. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.
- FONSECA, Rodrigo Oliveira. *Palanques de enunciação do Movimento Revolucionário Baiano de 1798*. Salvador em discurso: estudos discursivos /Gilberto Nazareno Telles Sobral, João Antônio de Santana Neto (organizadores). - Feira de Santana, BA:UEFS Editora,2013, p.25-47.
- GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade,2015.
- GRIGOLETTO, Evandra, FABIELE, Stockmans De Nardi, SOBRINHO, Helson Flávio da Silva (Orgs). *Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- INDURSKY, Freda. *A memória na cena do discurso*. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). *Memória e História na/da Análise do Discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.
- ORLANDI, E.P. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2ª Ed – Campinas, SP: Pontes, 2012.
- ORLANDI, E.P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2ª Edição, 2005.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. Ed. Campinas: Pontes, 2015.
- ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E.P. Histórias das ideias x histórias da vida. Entrevista com Eni Orlandi. In. SCHERER, Amanda. *Fragmentum*, n. 7, 2006ª. Disponível em: <https://periódicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/6349/3855>. Acesso em 16/01/2021.
- PAVEAU, M. “Hashtag”. Technologies discursives: [Carnet de recherche], Maio/2013a. Disponível em: Acesso em: 19 agosto 2020.
- PÊCHEUX, M. *Ler o arquivo hoje*. In. ORLANDI, Eni P. (org) [et. al.]. Gestos de leitura: da história no discurso. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et. al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p.49-59 (Coleção Repertórios).

- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª edição. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et al*– Campinas: Unicampi, 2009.
- PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês : início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2 ed. Campinas : Editora da Unicamp, [1978] 1995 p. 293-307.
- PÊCHEUX, M.(1983). *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. (1938 – 1983). *Análise de Discurso. Textos selecionados*: Eni Puccinelli Orlandi – Campinas, SP :3ª Edição – Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso e Informática*. Traduzido por Cristiane Dias. In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux: textos selecionados*: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, [1981] 2011. p. 275-282.
- PÊCHEUX, M. *As massas populares são um Objeto Inanimado?* (1978). In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux: Textos selecionados*: Eni Puccinelli Orlandi. Tradução de: Suzzi Lagazzi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. Cap. 15. p. 251-273.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. *Análise automática do discurso (AAD 69)*. In: GADET, F. & HAK, T.(org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1969], p. 59-158.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*: tradução Viviane Ribeiro – Baraus, SP: Edusc, 2005.
- RECUERO, Raquel. *Trending topics artificiais e orgânicos e o valor do Twitter*. 2012. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/2012/02/trending-topics.html> .Acesso em: 20 set. 2019.
- SILVEIRA, J. *Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter*. 2015. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

SOIHET, Rachel. *Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas*. Estudos feministas, v.05, n 1/97, p. 7-29. Rio de Janeiro, 1997.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMAGINÁRIO SOCIAL E A SUBJETIVAÇÃO DO MORADOR DO CAMPO NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS DE CHICO BENTO MOÇO

Illa Pires de Azevedo

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com Vergueiro e Ramos (2015), a passagem para o século XXI não foi um marco apenas cronológico, representou, sob vários aspectos, o coroamento de uma nova fase para as histórias em quadrinhos no Brasil. Para os autores, de maneira gradativa, as histórias em quadrinhos passaram a ser entendidas pela sociedade como leitura infantil, mas, sobretudo, como uma forma de entretenimento e saber, capaz de atingir a um público diverso, inclusive de diferentes faixas etárias. Deixaram, também, de ser vistas de maneira pejorativa ou preconceituosa, inclusive nas áreas pedagógica e acadêmica.

Os quadrinhos foram incluídos oficialmente na prática pedagógica no ano seguinte à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a partir da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que versam sobre a importância de o aluno ser competente na leitura de história em quadrinhos. Nos PCN do Ensino Médio, também são encontradas referências aos quadrinhos como manifestação artística a ser trabalhada em sala de aula.

Em linhas gerais, os imaginários que se têm acerca do homem que vive no campo não são aleatórios, antes são construções que surgem a partir de processos discursivos anteriores. Neste artigo, traçamos como objetivo principal observar, a partir do arcabouço teórico-metodológico da Análise materialista do discurso, como são construídos os sentidos sobre o homem do campo, tendo como materialidade de análise histórias em quadrinhos do personagem Chico Bento Moço, de Maurício de Sousa, buscando verificar quais os efeitos de sentido que um dado funcionamento linguístico pode produzir em determinadas condições de produção.

Visando a uma melhor compreensão, separamos em recortes alguns enunciados de uma história em quadrinhos da Revista *Chico Bento Moço*. Utilizamos, pois, a noção de recorte, que segundo Orlandi (2011, p. 139-140) “é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem - e - situação”, isto é, fragmentos da situação discursiva, os quais se relacionam com noção de polissemia e não de informação.

Nessa perspectiva, concordando com Orlandi (2011), acreditamos que não significam apenas as palavras e as construções, o estilo, o tom. O lugar social da produção do texto, sua forma de distribuição, o valor das revistas como parte do mecanismo da indústria cultural, tudo isso significa. Para além de revistas em quadrinhos ou mangás, está o texto dotado de sentidos e, no caso da indústria cultural, mais do que informações ou entretenimento, está o nivelamento de opinião, a ideologia da moda ou do sucesso. O que nos interessa, portanto, não é Chico Bento nem os seus novos colegas da república, empiricamente falando, mas as imagens que são originadas de construções históricas, sociais e ideológicas.

ANÁLISE MATERIALISTA DO DISCURSO: A AD DE MICHEL PÊCHEUX

Historicamente, a Análise do Discurso de Linha Francesa de base pecheutiana (doravante AD) constituiu-se como campo disciplinar em meados da década de 60 do século XX, na França, e tem como seu fundador o filósofo Michel Pêcheux. O objetivo de Pêcheux foi propor uma transformação da prática nas ciências sociais, de maneira a torná-la uma prática verdadeiramente científica. Para isso, seria necessário fornecer a essas ciências um instrumento apropriado, daí o seu objetivo inicial de desenvolver uma análise automática do discurso (HENRY, 2010). Michel Pêcheux instaura, dessa forma, nos estudos da linguagem, a possibilidade de associar o linguístico ao sócio-histórico: língua e ideologia. Segundo Orlandi (2012b, p. 14)

a importância de Pêcheux está justamente em perceber que para pensar a ideologia era preciso colocar em jogo a linguagem. Daí suas aproximações dos linguistas, daí a formulação de um novo objeto nas ciências da linguagem e, em consequência, pelo seu modo de formulação, nas ciências humanas: o discurso, pensado junto à ideologia.

Epistemologicamente, a análise do discurso proposta por Michel Pêcheux emerge da articulação de três áreas do conhecimento científico: o materialismo histórico, a Linguística e a teoria do discurso. Pêcheux e Fuchs (2010, p. 160) justificam-nas da seguinte maneira:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Vale ressaltar que, segundo os autores supracitados, essas três regiões do conhecimento são, de certa maneira, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade, isto é, de natureza psicanalítica. Sendo assim, é basicamente desse raciocínio de que se vale Orlandi (2012a) para afirmar que a AD se constitui pela relação entre três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

Então, pode-se dizer que a AD, em seu quadro epistemológico geral, ao considerar o materialismo histórico como teoria das formações e transformações sociais, entende que é na história e pela história que podemos observar as condições de produção do discurso e, portanto, o momento em que o linguístico e o ideológico se encontram.

Nesse aspecto, pode-se considerar que a Linguística tradicional tem sua importância pelo fato de que são os elementos linguísticos que materializam o discurso, isto é, que fazem parte do processo de produção dos efeitos de sentidos. Para além dos estudos saussurianos, Michel Pêcheux compartilha da ideia da não transparência da linguagem, mas também considera a língua como dotada de uma autonomia relativa, uma vez que ela é afetada pela história. E embora cada um dos autores em discussão disponha de suas especificidades, ambos (Pêcheux e Saussure) corroboram com o fato de que não há uma relação direta entre linguagem e realidade. Assim, a teoria do discurso interessa-se pelo sujeito, constituído na relação com o simbólico, na história, analisando, ainda, como os sentidos decorrem dos fenômenos históricos e por tudo isso amplia, significativamente, o que transpõe toda a materialidade dos discursos enunciados.

Na perspectiva da AD, importa a forma como a língua é praticada, isto é, como os sentidos são produzidos dentro da sociedade e da história. Constitui-se, dessa maneira, o trabalho pela contradição das três áreas supracitadas e não pela soma delas, vale pontuar. Consideremos, então, que a análise do discurso pecheutiana, como afirma Orlandi (2012a, p. 20):

trabalhando na confluência desses campos do conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: este novo objeto é o discurso.

Como versa o próprio nome, o objeto de estudo da AD é o discurso. Não é a língua, nem o texto, nem a fala, embora a AD necessite desses elementos linguísticos para existir materialmente. Na análise de discurso fundada por Michel Pêcheux, a concepção de discurso acarreta toda uma declinação teórica do que se entende por sujeito, sentido, memória, história, sociedade, língua, ideologia, dentre outras (ORLANDI, 2012b). A noção de discurso está, pois, ligada à noção de

sentido e para falar em discurso devem ser considerados, ainda, os elementos que existem no social, as ideologias e a História, isso por que:

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX, 2009, p. 146)

Então, se a ideologia determina os discursos que são reproduzidos, entendemos que os sentidos não são fixos, prontos e acabados, bem como não são construídos de forma ingênua e aleatória, sendo, sempre, ideologicamente construídos. É delicado precisar, portanto, qual o sentido de determinado texto ou mesmo o que alguém quis dizer. A AD, portanto, não corrobora com o sentido fixo, dicionarizado, denotativo, imutável, visto que não há um sentido central, apenas margens (ORLANDI, 2012c). O que se concebe como literal é ideológico, há nos enunciados os pontos de deriva: o lugar em que sentido pode ser outro, o efeito metafórico.

Outra noção basilar nos estudos pecheutianos é a de interdiscurso. Segundo Michel Pêcheux (2009, p. 148-149), “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]”. O interdiscurso, desse modo, resulta do complexo de formações discursivas e, sendo assim, comporta todos os dizeres, todos os sentidos. É, pois, a base do dizível.

Para Orlandi (2012a), interdiscurso e memória discursiva são considerados sinônimos. Courtine, por sua vez, trabalhando com a noção de memória em análise do discurso, estabelece algumas diferenças entre os dois elementos. Indursky (2009), dialogando com este autor, pontua que:

o trabalho de Courtine (1981) que revisita a Arqueologia do Saber de Foucault e retorna para a AD com a noção de memória. Inspirado na reflexão de Foucault a propósito dos enunciados, vai entender “que toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega... Isto é: em relação às quais esta formulação produz efeitos de memória específicos”. (idem, *ib.*, p. 52) (INDURSKY, 2009, p. 5)

¹ Vale ressaltar que Michel Pêcheux não deixa clara essa relação.

Segundo Indursky (2009, p. 53), é a partir dessa reflexão que Courtine introduz a noção de memória discursiva nessa teoria e a fórmula da seguinte maneira: “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos”. A autora ressalta que Courtine questionava-se acerca da maneira como se dava, no âmbito de uma FD, o trabalho de uma memória coletiva e como esta autorizava a lembrança, a repetição, a refutação, assim como o esquecimento destes elementos de saber, que são os enunciados. (INDURSKY, 2009).

Consoante Indursky (2009), a memória funciona como pano de fundo para que se perceba que houve ruptura com os sentidos estabelecidos, cristalizados e que novos sentidos foram produzidos. Articulando de maneira mais explícita: tomemos, por exemplo, as expressões “carioca da gema” e “caipira da gema”. Sem a intervenção da memória social, poder-se-ia dizer que a reescrita da última expressão não fora interpretada como uma retomada da primeira formulação. Trata-se da memória social, que ressoa e trabalha por trás deste deslizamento e faz o primeiro sentido reverberar por trás dos novos sentidos. Desse modo:

constata-se que uma FD é regulada por uma memória discursiva que faz aí ressoar os ecos de uma memória coletiva, social. Por outro lado, nem tudo pode ser dito no interior de uma FD, de modo que a memória discursiva não é plena, não é saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma FD. Dessa forma, percebe-se que, assim como a FD é de natureza lacunar, a memória discursiva também o é. (INDURSKY, 2009, p. 5)

Com efeito, Indursky (2009), pautando-se nos estudos de Courtine (1981), considera que a memória discursiva e o interdiscurso, apesar de integrarem uma memória coletiva, não devem ser confundidos ou superpostos, visto que a primeira comporta em si uma FD específica, ao passo que o interdiscurso seria o representante da memória social, referindo-se a todas as formações discursivas e não apenas uma; logo, comporta todos os dizeres.

CHICO BENTO MOÇO: SURPRESAS NA CHEGADA: ALGUNS GESTOS DE ANÁLISE

Recorte 1

Onde...? Os pasto... Galinheiro... Sumiu! [...] Ara... Foi só mais um daqueles sonho, sô! Opa! Tenho que tomar cuidado para não falar ansim! Digo... Assim! Bom, não tem ninguém acordado para ouvir meu caipirês!

Quase alcançando... Peguei! Sorta! Sorta! Digo, solta! Solta!

CB: Vai ser uma beleza dividir o teto com ocois... Digo, vocês!

O episódio Surpresas na chegada tem início com Chico Bento despertando de um sonho em que a roça era o palco. Ao se deparar com seu modo de falar habitual, acorda desesperado, policiando sua fala e sentindo-se aliviado pelo fato de não haver ninguém acordado para ouvi-lo no momento em que o “caipirês” veio à tona:

Onde...? Os pasto... Galinheiro... Sumiu! [...] Ara... Foi só mais um daqueles sonho, sô! Opa! Tenho que tomar cuidado para não falar ansim! Digo... Assim! Bom, não tem ninguém acordado para ouvir meu caipirês!

Tal episódio interessa-nos pelo funcionamento da ideologia da língua como restrita a um único padrão, em que se descaracterizam outros modos de falar, bem como torna natural o sentido de que as pessoas da cidade falam da maneira correta (apenas!) enquanto o morador do campo fala “caipirês”, isto é, o considerado errado, e, portanto, estando em um ambiente urbano, o modo de falar deve ser adequado à norma culta da língua. Em outros momentos da história o personagem volta a se autocorrigir: “[...] Peguei! Sorta! Sorta! Digo, solta! Solta!”.

Discursivamente, isso se deve, segundo Pechêux (2010b), às formações imaginárias que aparecem no processo discursivo através da antecipação. Articulando de maneira mais explícita: o enunciador (neste caso, Chico Bento) idealiza uma representação imaginária do enunciatário, a cidade e seus habitantes, e, a partir dessa representação, procura suas estratégias no discurso: quem sou eu (Chico Bento) para lhe falar assim e quem é ele – ou quem são eles – para que eu lhe (s) fale assim. Pode-se dizer que a norma padrão é a forma legitimada dentro de uma sociedade. A ideia do bem falar e escrever se perpetuou e tem seu espaço. Contudo, pensar que a língua se resume apenas a determinadas regras é subestimá-la.

Provavelmente, Chico Bento aprendeu na escola ou até ouviu falar de que, na cidade, diferente da roça, as pessoas falam sempre de maneira “correta”. Como um sujeito marcado ideologicamente, ora interpelado pela própria ideologia ora pelas vozes, inclusive a da

escola, estando em um ambiente citadino, deve agir como tal. E, outra vez, torna a corrigir sua fala:

“Vai ser uma beleza dividir o teto com oceis... Digo, vocês! E outra: “Oia... Digo, olha como fala! [...]”.

Em outras palavras: a ortografia do certo ou errado. (ORLANDI, 2012b). Dito isso, não podemos pensar o campo ou a cidade sem levar em consideração que ali existem sujeitos e sentidos e que a ideologia está sempre em funcionamento nesta relação, bem como a ideia de que a linguagem é um fato social e é por ela que o sujeito se constitui e planeja sua relação com o grupo. (ORLANDI, 2012b).

A ideologia de que o ambiente urbano representa o desenvolvimento e o ambiente rural, o atraso (por não se adequar a determinadas normas), pode ser observada nesse trecho, pelo uso da linguagem caipira. Ainda sobre esse aspecto, de acordo com Possenti (2012), não é aceitável aplicar grafias erradas apenas à forma de falar de Chico Bento, porque, dessa maneira insiste-se na tese equivocada de que só os grupos que ele representa falam assim, e é sabido que várias marcas da fala de Chico Bento são comuns a todos, mesmo aos cultos e, não menos, aos citadinos.

Recorte 2

De onde ele fugiu? De um programa humorístico? [...] Manda embora esse ator e traz seu primo de verdade!

“Pelo jeito... Isso é coisa que gente da roça não entende, mesmo!”

Da mesma forma – visto que todo processo discursivo, de acordo com Pêcheux, presume a existência dessas formações imaginárias –, acontece com os novos colegas de Chico Bento: como sujeitos discursivos, já projetavam uma imagem sobre as pessoas que vivem no campo, oriunda, certamente, de processos discursivos anteriores. Sendo assim, ao chegar à república utilizando roupas e alguns objetos não muito comuns na cidade, Chico Bento foi tido como objeto de gozação por parte de seus novos colegas:

De onde ele fugiu? De um programa humorístico? [...] Manda embora esse ator e traz seu primo de verdade!

As palavras *fugiu*, *programa humorístico* e *ator*, no contexto ora utilizado, evoca-nos a situações e pessoas que se caracterizam para fazer a diversão alheia, como palhaços e atores que se travestem para satirizar ou caricaturar algum personagem e cujo objetivo, dentre outros, é obter o riso de seu público. O uso da palavra *fugiu* atesta efeitos de sentidos que, segundo aquele sujeito (morador da cidade), Chico Bento ainda se encontrava com as roupas utilizadas para uma apresentação e não estaria, portanto, apresentável àquela situação, isto

é, ao ambiente citadino. Assim, as roupas de Chico Bento não eram apropriadas para aquele lugar e situação e denotavam os modos canhestros do morador do campo.

Dessa maneira, Chico Bento fugia da representação natural de um homem da cidade, sendo visto sob o olhar do estranhamento. A memória discursiva é acionada, podendo-se recuperar já ditos de que “todo homem do campo é caipira, não sabe se vestir, é cafona”. Logo, tem-se a vestimenta não apenas como algo por cima da pele, que cobre a nudez, trata-se, também, de uma “pele social” (ORLANDI, 2012b), que caracteriza a integração do sujeito a um determinado grupo e uma diferença para os que estão fora deste. Sujeito e corpo, assim, se constituem numa dimensão para a produção dos discursos (MILANEZ, 2011).

Recorte 3

CB: [...] Eu acordei com esse trem, sabia?

Jura: Não é trem, nem metrô! É o melhor do estilo metal!

CB: *Metal? Mas metal não é pra fazer ferramenta, ferradura, trator...*

Após ter acordado e se incomodado com o som muito alto, Chico Bento sai do quarto, irritadíssimo, conforme se percebe na imbricação das materialidades verbal e visual da história (vide anexo), e pergunta, em um tom cada vez mais alto, onde poderia desligar aquele som. Como não sabia, o personagem arranca o fio de maneira ríspida e ao ser questionado por Jura, justifica seu ato pelo fato de “ter acordado com aquele trem”.

Há, então, um deslizamento de sentido da palavra *trem* e Jura, ironicamente, diz que não se trata de trem ou metrô, mas do melhor estilo metal. Chico Bento, por sua vez, retruca dizendo que metal não é para fazer música, mas ferramenta, ferradura, trator. A palavra *trem* é bastante utilizada por pessoas que vivem em Minas Gerais, para designar diversos objetos e situações, como fez Chico Bento naquela situação.

Cabe aqui uma primeira observação sobre a sequência de palavras utilizadas por Chico Bento: *ferramenta/ferradura/trator*. São objetos muito comuns em sua realidade e, portanto, presentes em sua fala. Ele poderia ter citado outros objetos, por exemplo: tesoura, corrente, geladeira, mas não o fez. Observa-se, portanto, que a imagem do sujeito do campo vai sendo construída a partir de marcas linguísticas, que se configuram modos de funcionamento da ideologia que rege a representação do “caipira” nas referidas histórias.

Interessa-nos, sobretudo, o fragmento em destaque pela caracterização de Chico Bento como alguém da roça e apresentado como desconhecedor desses estilos musicais, tipicamente urbanos. A palavra roça aí empregada, se dita por alguém que vive no campo,

como Chico Bento, não teria o mesmo significado. Isso ocorre pelo fato de que tanto palavras como expressões mudam de sentidos de acordo com a posição em que se inscreve o sujeito que a pronuncia, isto é, tomam seus sentidos com base na formação discursiva (FD) na qual se filia o enunciador e, conseqüentemente, na formação ideológica (FI) com que se relaciona essa FD.

Recorte 5

CB: “Tem muita gente aqui! Sei que não se usa chapéu na cidade... mas, de repente, assim fica mais fácil para o primo me achar!”.

Jácomo: [...] Ô louco! Isso é um chapéu de palha? Pensei que fosse coisa de filme!

CB: O que tem meu chapéu? Aqui na cidade não faz Sol, não?

No terminal rodoviário, após o desembarque, Chico Bento aguarda pelo primo Zeca, que mora na cidade. Contudo, Chico Bento percebe que o primo ainda não havia chegado para lhe aguardar, conforme o combinado, e pelo fato de haver muita gente no lugar, Chico Bento resolve utilizar-se do seu chapéu de palha como uma forma de ser identificado: “Tem muita gente aqui! Sei que não se usa chapéu na cidade... mas, de repente, assim fica mais fácil para o primo me achar!”.

A figura do chapéu de palha, utilizado por Chico Bento para que o primo o identifique, está ligada aos já-ditos sobre o homem do campo e pode ser recuperada na figura do Jeca Tatu (personagem de Monteiro Lobato), habitante do espaço rural, matuto, que dentre outras características, utilizava sempre o chapéu de palha, representando o típico caipira. Os efeitos de sentidos podem ser resgatados, ainda, nos personagens de Amácio Mazzaropi, cineasta brasileiro que encontrou no Jeca Tatu e na figura caipira a grande inspiração para seus filmes. Podemos notar que o chapéu é visto como algo bem peculiar ao sujeito que vive no campo.

A justificativa para tal uso está, provavelmente, no fato de este ser um objeto utilizado para proteger-se do Sol. Contudo, há de se concordar que exista um imaginário, discursivo e historicamente construído, o qual instaura esse jogo de sentidos entre o urbano e o rural, que se materializam de diversas formas (inclusive em acessórios utilizados) e que trazem consigo uma memória.

Ainda com relação ao chapéu de palha como peculiar ao homem do campo, outros sentidos podem ser convocados. São discursos disponibilizados pelo interdiscurso, que influenciam no modo como cada sujeito significa em uma dada situação discursiva (ORLANDI, 2012). Ora, tudo o que é dito em relação ao campesino na análise em

questão já fora dito em outro lugar, em algum momento e, por sua vez, estabelece sentido em relação à atitude de Chico Bento em se diferenciar dos cidadãos utilizando um chapéu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, se inserirmos a relação do caipira com a cidade em uma formação discursiva, temos um sentido; se a colocarmos em outra, observaremos outro sentido ali produzido. E essa prática simbólica toca as práticas sociais de tal modo que, no caso dos quadrinhos de Chico Bento Moço, o fato de ser morador do campo afeta a possibilidade, por exemplo, de não ser ignorante, ou seja, de conhecer a cultura urbana ou se identificar com ela. Temos, então, a representação do homem do campo, um segmento social brasileiro, de maneira bem marcada, estereotipada, construída, então, a partir de já-ditos, isto é, de outros discursos já constituídos acerca destes.

De acordo com Milanez (2011, p. 294), “As identidades não são dadas. Elas se constroem na relação entre os sujeitos e sua história.”. Chico Bento, enquanto criança, com seus respectivos hábitos campestres, possuía, enquanto sujeito, uma identidade, a de morador do campo. Ao passo que opta por viver na zona urbana, assume novas posições, como a de estudante universitário, e, desse modo, assume uma nova identidade, o que mostra que os sujeitos, assim como a identidade, não são os mesmos em diferentes momentos e lugares em que se encontrem, como bem pontua Fernandes (2008).

O referido autor salienta ainda que as transformações sofridas nas condições sociais podem ser observadas nas produções discursivas, as quais são constantemente marcadas pelo entrecruzamento de discursos e acontecimentos anteriores. Desse modo, fica evidente a fragmentação do sujeito, bem como a heterogeneidade constitutiva do discurso. O sujeito discursivo é, assim, plural, marcado por muitas vozes e, por isso, sempre inscrito em formações discursivas e ideológicas distintas.

A análise em questão nos permite tecer algumas considerações. Há efeitos de sentidos que evidenciam um duelo entre o campo e a cidade, o qual, do ponto de vista discursivo, resulta em formações discursivas opostas e, portanto, posições ideológicas antagônicas. De um modo geral, a materialidade discursiviza o homem do campo como alguém com dificuldade de se adaptar à cidade, um ser estranho, desconectado do espaço urbano.

Na tentativa de abordar a diversidade linguística em sala de aula, os livros didáticos, dentre outros materiais, costumam abordar a questão da variação criando estereótipos, como se esta, segundo Bagno (2007), só existisse para aquelas pessoas da zona rural e para pessoas não escolarizadas, criando uma falsa ideia de que os falantes da zona

urbana ou escolarizados falam de uma forma mais “correta”, mais próxima da norma-padrão.

Observa-se, portanto, que a imagem do sujeito do campo vai sendo construída, dentre outras maneiras, a partir de marcas linguísticas, que se configuram modos de funcionamento da ideologia que rege a representação do “caipira” nas referidas histórias. Assim, os imaginários que se têm acerca do homem que vive no campo não são aleatórios, antes são construções que surgem a partir de processos discursivos anteriores.

Assim, os gestos de leitura aqui realizados nos permitiram observar que o sujeito morador da cidade, ao enunciar, estava sempre inscrito em uma formação discursiva predominante que concebia o homem do campo como ingênuo, bobo, atrasado no que se refere aos avanços da cidade. A construção da imagem do morador do campo baseada em imaginários sociodiscursivos já cristalizados fez-se notar durante o estudo, bem como a imagem do homem do campo ligada a determinados estereótipos sociais. Tal fato pode ser notado, também, na fala e nas vestes de Chico Bento, que sempre utilizava chapéu, marcando seu segmento social.

Diante da apresentação repetitiva que faz dos modelos culturais, a história em quadrinhos reforça as crenças e os comportamentos apreendidos, como o faz nas HQS de Chico Bento ao exemplificar a variação linguística, por exemplo. Entendemos, pois, que se podem explorar as histórias em quadrinhos, como se faz com qualquer gênero, porém atentando-se para recursos diversos do seu funcionamento. Nas atividades de leitura, a exploração de aspectos vários da produção de sentido é a base das atividades. (ORLANDI, 2011).

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. (1969). In: GADET, Françoise; Hak, Tony. (org). *Por uma análise automática do discurso: uma*

introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

INDURSKY, Freda. *Memória, interdiscurso: limites e contrastes*. (Texto xerocopiado apresentado no IV Seminário de Pesquisa em Análise de Discurso, evento realizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista, junho de 2009).

INDURSKY, Freda. Discurso, língua e ensino; especificidades e interfaces. In: TFOUNI, Leda Verdiani; MONTE-SERRAT, Dionéia Motta; CHIARETTI, Paula (org.). *A análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

MILANEZ, Nilton. O nó discursivo entre corpo e imagem: intericonicidade, brasilidade. In: TFOUNI, Leda Verdiani; MONTE-SERRAT, Dionéia Motta; CHIARETTI, Paula (org.). *A análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6ª ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. 2ª ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2012b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. 9ª ed, São Paulo: Cortez, 2012c.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. A propósito de uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; Hak, Tony. (org). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

SOUSA, Maurício de. *Chico Bento Moço: confusões na cidade grande*. / Vida na república, nº 2/ Setembro de 2013. ISBN 978-85-4260-062-9.

DISCURSO, NARRATIVIDADE E LITERATURA: OS EFEITOS DO ASSOMBRO NO CONTO “ASSOMBRAÇÕES DE AGOSTO”

Maraisa Lopes

Abraão Janderson dos Santos Amaral

Fátima Ingrid Bezerra Bonfim

INTRODUÇÃO

Tal qual a filosofia e a religião, a arte constitui uma das formas através das quais o homem sempre se utilizou para refletir, universalmente, sobre sua realidade subjetiva e objetiva. Ademais, sua especificidade, em relação aos conhecimentos anteriores, subsiste, sobretudo, na capacidade que ela tem de transplantar as problemáticas da realidade para o não-real, materializando-o sob o bojo das linguagens humanas (HESSEM, 2000). É nesse ínterim em que se localizam a literatura, suas estéticas e suas técnicas de escrita verbal.

As linguagens artísticas permitem a expressão de múltiplas reflexões que dizem respeito ao homem e à natureza empírica e social que o circunda. A partir de vários gêneros literários e técnicas linguísticas distintas, autores como Shakespeare, Goethe, Thomas Mann, etc. transcenderam, em sua escrita verbal, a normalidade do ato de comunicação e produziram obras que concebiam, pela linguagem, formas de interpretar não naturalizadas, propondo discussões sobre o ser e sua condição humana.

Isso nos remete à especificidade do texto literário e a sua relação com o real. Apesar de o texto literário estar intimamente ligado à ficção, toda a sua composição é constituída em relação às problemáticas sociais, históricas e culturais de uma determinada comunidade. Em outras palavras, os sentidos de qualquer texto não decorrem de forma espontânea, “a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 2003, p. 25). Desse modo, os usos estéticos trazidos pela literatura retomam sentidos e construtos históricos que permitem refletir sobre a realidade presente, produzindo ao mesmo tempo deslocamentos na estabilidade da memória discursiva.

Uma das temáticas sobre as quais diversos autores da Literatura se propuseram a discutir é a temática do assombro. Presente nos contos de assombração, nas lendas urbanas e nos filmes de terror, o assombro sempre esteve assentado sob diversos locais de produção de sentidos e em momentos históricos distintos, desde aos centros culturais

ocidentais aos orientais; desde Edgar Allan Poe aos filmes de massa contemporâneos.

Decerto, o imaginário que se tem do assombro ainda reverbera sentidos e práticas discursivas na sociedade, ainda que a memória acerca dessa temática tenha sofrido deslocamentos. E é com base no pressuposto de que os sentidos se reatualizam sob diferentes conjunturas que o presente artigo analisa a composição do imaginário do assombro, a partir do conto *Assombrações de Agosto*, do autor Gabriel Garcia, escritor ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1982 e famoso por seus contos de assombração.

Baseando-se no conceito de narratividade e de condições de produção, observa-se como os efeitos de sentido acerca do assombro são constituídos no texto literário de Gabriel García Márquez, e como as práticas discursivas se atrelam aos movimentos de sentido materializados em um texto por meio da literatura, acarretando o pertencimento/existência que permeia o imaginário coletivo de determinada(s) cultura(s). Para tanto, é utilizado o aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso Materialista, através de autores como Pêcheux (2014; 1999; 1997) e Orlandi (2017; 2013; 2005; 2003). Quanto aos objetivos, a pesquisa é de caráter descritivo e interpretativo. Em relação ao objeto, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Quanto à abordagem, as análises são de caráter qualitativo.

ANÁLISE DE DISCURSO, LITERATURA E NARRATIVIDADE

Sem querer definir a arte literária, tomamos aqui o cuidado, com o qual teóricos da própria teoria literária como Compagnon (1999)¹ se muniram de tratar do texto literário a partir de suas características e não no sentido de propor uma definição homogeneizante. Mais que isso, observamos o texto literário em sua discursividade, partindo dos pressupostos da Análise de Discurso (AD), segundo a qual todo gesto de interpretação coloca em jogo práticas discursivas, históricas e ideológicas, sob condições de produção específicas. Antes de traçar essa relação entre a teoria materialista dos processos discursivos e a Literatura, é necessário, entretanto, localizar o campo de atuação da AD e seu objeto de estudo, o discurso.

No decorrer das práticas sociais e de toda produção simbólica de sentidos, somos atravessados pelo que se entende como *discurso*, um ponto de mediação entre a linguagem e sua exterioridade. Consoante Pêcheux (1997), entende-se que as interações humanas não ocorrem através de uma transmissão de informações puramente linguísticas, mas através do discurso, que implica “de modo mais geral, de um

¹ COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). O discurso, como efeito de sentidos entre sujeitos, pressupõe, desse modo, um novo trato com os gestos de interpretação da língua.

As atividades de interação entre sujeitos, com efeito, não são transparentes. Encontram-se, de certo modo, em um estado de evidência para com sua realidade concreta e social, uma vez que a interpretação e a produção de dizeres ocorrem constantemente sob o apagamento de toda a opacidade histórico-ideológica da linguagem. O discurso é, em todo caso, esse lugar onde se materializam os sentidos e a opacidade da linguagem. Isso não seria possível, com efeito, senão pela mediação da *ideologia* e pela materialidade da *história*.

A ideologia se manifesta pelo discurso a partir da dissimulação do caráter material dos sentidos, efetivando uma homogeneização do real, necessária para que haja uma relação simultânea de interações entre sujeitos. Mais do que uma categoria comunicacional, a ideologia diz respeito ao processo simbólico que determina a mediação entre a realidade e o sujeito, na instância de uma determinada sociedade. Conforme Pêcheux (2014),

é a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 2014, p. 146, grifos dos autores)

Dessa forma, pelo viés das práticas ideológicas há não só o apagamento da dimensão política da língua, mas também da dimensão histórica da linguagem, de modo que todo sujeito tenha sempre a impressão de ser a origem dos sentidos. De acordo com Orlandi (2001), os sujeitos, apesar de estarem constantemente fazendo o uso da língua, não são o ponto de constituição dos sentidos, mas sim o ponto sobre o qual recai a materialidade discursiva, “no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali, indiferentemente, mas marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder” (ORLANDI, 2003, p. 32).

De modo geral, a produção de sentidos ocorre a partir de três eixos: a *constituição*, a *formulação* e a *circulação*. Conforme Orlandi (2005), a constituição está no nível histórico-ideológico da linguagem, na origem dos sentidos; a formulação diz respeito à atualização dos sentidos a partir de condições de produção e da situação imediata da materialização linguística (ou produção textual); e a circulação consiste na disseminação de um texto, através das instituições sociais e das próprias atividades de interação. Cada um desses processos implica a

estabilização de determinados sentidos e culmina no estabelecimento de uma determinada memória discursiva.

Tomando as formulações de Pêcheux (1999, p. 52), que define a memória discursiva como “estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização”, entende-se que as práticas discursivas trazem sempre em sua superfície linguística uma memória do passado, a partir da *constituição*, que é, por conseguinte, atualizada sob novas condições de produção, no nível de *formulação*, e posta em *circulação* nas práticas discursivas tomadas entre sujeitos e instituições.

A partir dos três eixos da produção discursiva, Orlandi (2017) elabora o conceito de *narratividade*, definida como a maneira pela qual a memória se atualiza sob a perspectiva do sujeito, como a memória vai se evidenciando no ato discursivo. No limite entre o nível da constituição e o da formulação discursiva, a narratividade seria a forma de ambos os níveis se colocarem em evidência por determinados sujeitos, imersos em uma coletividade própria e estabelecidos em determinadas posições ideológicas. Orlandi (2017) define a narratividade do seguinte modo:

Defino a narratividade como a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas. (ORLANDI, 2017, p. 30)

A narratividade compreende, tal qual exposto, as formas de se retomar uma memória, a partir do processo de identificação dos sujeitos e dos lugares de interpretação nos quais os sujeitos estão inseridos. Em outras palavras, observam-se os deslocamentos de sentido em relação a uma memória, de acordo com sua inserção em *condições de produção* específicas, compreendidas como o contexto sócio-histórico e ideológico e o contexto imediato da prática discursiva.

Nos textos literários, as condições de produção amplas e imediatas se distinguem das outras produções cotidianas. Entendendo-se o texto, consoante Orlandi (2017), como tudo aquilo que produz significados e que permite gestos de interpretações, a arte literária tem a qualidade de propor variadas perspectivas de produção e interpretação textual, instaurando questões metalinguísticas e, ao mesmo tempo, sociais, a partir de um movimento dialético de aproximação/ruptura com a realidade cultural em que se localiza.

Não obstante, apesar de pertencer a uma ordem discursiva correlacionada às práticas cotidianas e institucionais, a Literatura possui também dimensões teóricas e práticas particulares (a teoria literária, a teoria da literatura, os diversos discursos teóricos sobre a

arte literária etc.) e suas próprias instâncias de regularização, homogeneização e produção discursiva (o cânone, a crítica literária, a história da literatura, os termos de dissociação entre tipos de literatura – regional, universal, brasileira, portuguesa etc.). Condições sócio-históricas que afetam os modos de constituição imediata de cada texto literário, seja através das formas do conto, do romance, do poema etc.

Além disso, o texto literário coloca em jogo a problemática da subjetividade, sobretudo, a questão da autoria do texto. Orlandi (2003, p. 40) explica que “em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva)”. Isto é, toda produção discursiva pressupõe posições-sujeito, que projetam lugares específicos a partir dos quais o sujeito se coloca e mobiliza determinados sentidos. No texto literário, as possibilidades de o sujeito do discurso assumir posições-sujeito de variadas espécies são ilimitadas, uma vez que as condições de produção dessa ordem discursiva pressupõem a ficção e o deslocamento da figura da função-autor para os sujeitos que ganham corpo na/pela produção literária.

Segundo Orlandi (2003, p. 75), “o autor é considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência”. No caso da arte literária, a unidade do autor, em detrimento dos constantes deslocamentos das posições-sujeito, torna-se importante e constrói, a partir da junção entre diferentes formações discursivas e formas metalinguísticas, o estilo de autor, a sua coerência. Desse modo, abordar questões de sentido em um determinado autor implica observar como uma memória social é trazida à superfície linguística, a partir de processos de deslocamento, e como determinados fatos significam um imaginário estabelecido sócio e historicamente.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

No livro *Eu, Tu, Ele: discurso e real da história* (2017), a autora Orlandi apresenta o conceito de narratividade a partir da análise de contos de assombração e de lendas urbanas. Nas análises de lendas urbanas, a autora observou que estes se constituem como boatos, pois não se sabe quem é o autor ou a origem deles. Daí seu caráter impessoal, uma vez que os boatos e, também, as lendas urbanas não possuem uma territorialização delimitada. Essas histórias são veiculadas oralmente no meio social, por meio da coletividade de determinadas culturas. Desse modo, pode-se constatar que as condições de produção desses discursos produzem sentidos diferenciados.

No conto analisado, por ser pertencente ao âmbito da produção literária, a posição-sujeito emergente adquire uma nova especificidade, em decorrência do conto estar ancorado nas práticas de uma posição-sujeito autor. Desse modo, a memória ativada pela narratividade com

que é posta a unidade de sentido em torno da figura do autor dá voz a um sujeito ao mesmo tempo narrador e personagem, que põe em circulação os sentidos acerca do relato.

Assim, é crucial relacionarmos o conceito de condições de produção com o texto literário que propomos analisar. Em sentido estrito, o contexto de emergência do discurso que permeia o processo de narratividade se dá, primeiramente, através do gênero textual “conto literário” de assombração, que, de certo, modo inibe a responsabilidade de veracidade do fato narrado, promovendo uma relação de proximidade/distanciamento entre o sujeito-autor e o sujeito-narrador.

Contudo, os textos literários de assombração (assim como filmes, jogos eletrônicos etc.) costumam inserir no interior de suas sistematicidades modelos narrativos, como o boato ou a lenda, para impregnar a obra dos efeitos do assombro. Nesse ínterim, os relatos sempre se ligam a lugares e a contextos culturais com lastros no real, de modo a engendrar na superfície linguística os traços memorialísticos de um espaço possível. É como se o acontecimento tomasse uma espessura realista ao sujeito leitor, ou seja, o perigo e a apreensão inerente à ficção tomam forma no decorrer da identificação do público com os vestígios do real.

Podemos constatar essa configuração discursiva no conto de Gabriel Garcia, *Assombrações de Agosto*, cuja narrativa relata um acontecimento misterioso ocorrido durante a visita de uma família a um castelo renascentista em Arezzo, Itália:

Chegamos a Arezzo pouco antes do meio-dia, e perdemos mais de duas horas buscando o castelo renascentista que o escritor venezuelano Miguel Otero Silva havia comprado naquele rincão idílico da planície toscana. Era um domingo de princípios de agosto, ardente e buliçoso, e não era fácil encontrar alguém que soubesse alguma coisa nas ruas abarrotadas de turistas. (p. 129)

No trecho destacado, percebe-se que o local onde se encontra o mistério e a assombração é o castelo renascentista da cidade, que pertencia a um escritor venezuelano intitulado Miguel Otero Silva. Esse elemento locativo tem grande importância no que tange à construção do processo de narratividade do texto, uma vez que fornece as referências reais e geográficas da narrativa: um conto de terror (e os elementos sobre o terror evocados pela memória discursiva) em um castelo de um escritor venezuelano (a atualização da evidência).

Logo em seguida, é possível presenciar os mesmos efeitos de narratividade inerente às lendas urbanas e aos boatos. Ao fazer o encadeamento dos aspectos teóricos com a forma em que a

narratividade é estruturada no conto, podemos notar a impessoalidade que transcende delimitação territorial e/ou autoria:

Após muitas tentativas inúteis voltamos ao automóvel, abandonamos a cidade por uma trilha de ciprestes sem indicações viárias, e uma velha pastora de gansos indicou-nos com precisão onde estava o castelo. Antes de se despedir, perguntou-nos se pensávamos dormir por lá, e respondemos, pois era o que tínhamos planejado que só íamos almoçar. – Ainda bem – disse ela –, porque a casa é mal assombrada. (p. 129)

Assim como no boato, a memória acerca do assombro é posta em circulação através de um sujeito desconhecido ou impessoal, porém, materialmente fictício (*uma velha pastora de gansos*). Note-se que, a posição-sujeito da personagem, uma simples criadora de aves, produz a projeção do ambiente rústico e popular, atrelado a saberes tradicionais e não propriamente técnicos. É o lugar onde a evidência do sobrenatural, não aceita pela ciência, torna-se palpável (*a casa é mal assombrada*). Dessa forma, a propriedade inerente à expressão “mal assombrada” ganha vida no interior da situação enunciativa e seus efeitos de sentido são evocados: o mal, as sombras, o reverso do bem etc. assola tal casa.

Como pode ser elucidado a partir do excerto acima, não há a evidência de autoria do boato, apenas a alusão à “velha pastora de gansos”, o que corrobora com o “caráter popular sensacionalista, defendido como verdadeiro, embora fantástico” do boato, consoante Orlandi (2017). Segundo os ensinamentos da autora, “o que caracteriza o escrito do assombro é a produção de efeitos de sentidos que trazem medo e curiosidade. O mal atravessa essa narratividade.” (ORLANDI, 2017, p. 50). O trecho que segue faz um diálogo com essa ideia exposta pela autora:

Minha esposa e eu, que não acreditamos em aparições ao meio-dia, debochamos de sua credulidade. Mas nossos dois filhos, de nove e sete anos, ficaram alvoroçados com a ideia de conhecer um fantasma em pessoa. (p. 129)

Por mais que marido e mulher não acreditassem “em aparições ao meio-dia”, há uma certa curiosidade e medo, por parte dos filhos do casal, em desvendar e/ou conhecer a assombração que foi anunciada pela pastora de gansos. Mesmo sem obter uma comprovação de seu dito, tampouco de sua autoria, a curiosidade/espanto em estar diante do imprevisível, do fantástico, do mal, permeia a narrativa. Há sempre a possibilidade do pior acontecer, quanto mais os sujeitos blasfemam, desobedecem, desacreditam e ignoram as consequências mal (e do plano espiritual).

Em contexto lato, a narratividade está relacionada à memória discursiva no que concerne ao assombro, ou seja, a reatualização dos sentidos que envolvem a casa e sua relação com a entidade sobrenatural, que é posta em circulação por meio do conto e é mobilizada pelo efeito de narratividade. Com base nisso, na tessitura do conto, o narrador apresenta ao leitor o fio condutor do assombro através do imaginário do fantasma, individualizado pela história do homem que outrora habitava a casa. Trata-se de uma introdução da narração acerca do fantasma que assombra o castelo de Miguel Otero:

Assim, sem sobrenome: Ludovico, o grande senhor das artes e da guerra, que havia construído aquele castelo de sua desgraça, e de quem Miguel Otero nos falou durante o almoço inteiro. Falou-nos de seu poder imenso, de seu amor contrariado e de sua morte espantosa. Contou-nos como foi que num instante de loucura do coração havia apunhalado sua dama no leito onde tinham acabado de se amar, e depois atizou contra si mesmo seus ferozes cães de guerra que o despedaçaram a dentadas. Garantiu-nos, muito a sério, que a partir da meia-noite o espectro de Ludovico perambulava pela casa em trevas tentando conseguir sossego em seu purgatório de amor.

O castelo, na realidade, era imenso e sombrio. (p. 130)

Assim como nas lendas e boatos, a condição para a condenação eterna do espírito ao local decorre de um ato fora da moralidade e totalmente repreensível – no caso em questão, o assassinato da mulher que amava e, logo depois, sua morte severa causada pelos próprios cães de guerra. Nesse modo de formulação discursiva, a memória do conto resgata não apenas os imaginários de maldições e horrores, mas também outros textos e fábulas antigas, tal qual o clássico de Oscar Wilde, *O fantasma de Canterville*, cuja obra discorre sobre um fantasma fadado ao sofrimento por ter também matado a sua amada. De todo modo, os traços memorialísticos sempre retomam a função e o motivo de prisão do espírito ao plano dos vivos, seja para realizar uma última ação – quanto a isso podemos lembrar o fantasma do pai de Hamlet, que aparece todas as noites ao filho para esclarecer a sua morte – ou para pagar pelos pecados cometidos em vida.

A partir de todos esses elementos consolidados da memória da sociedade, o conto de García constitui sua especificidade, o fantasma de Ludovico, e é nessa atualização que reside o efeito da narratividade. Neste caso, o boato do assombro tem como elemento de referência ou de ancoragem de sentidos a casa ou o castelo, lugar onde o mal se materializa. Assim como nas narrativas comuns, presentes em desenhos, filmes e livros, o local do terror fica em um castelo antigo,

grande e sombrio, características que permitem mobilizar sentidos pré-construídos acerca de um determinado elemento histórico.

Conforme Pêcheux (2014), o pré-construído “remete simultaneamente ‘àquilo que todo mundo sabe’, isto é, aos conteúdos do pensamento do ‘sujeito universal’ suporte da identificação [...]” (PÊCHEUX, 2014, p. 158). No caso do conto, as descrições do castelo renascentista trazem à tona não só as características do local assombrado, mas também a sua estética arcaica, pelo adjetivo “*renascentista*”. É justamente esse caráter antigo da casa que possibilita a preservação do espírito, como se houvesse uma oposição aos elementos modernos. Pautando-se nisso, o autor mobiliza os efeitos de sentido do terror quando a família continua sua visita no castelo e passa pelo quarto de Ludovico:

Os 82 quartos que percorremos sem assombro depois da sesta tinham padecido de todo tipo de mudanças graças aos seus donos sucessivos. Miguel havia restaurado por completo o primeiro andar e tinha construído para si um dormitório moderno com piso de mármore e instalações para sauna e cultura física, e o terraço de flores imensas onde havíamos almoçado. O segundo andar, que tinha sido o mais usado no curso dos séculos, era uma sucessão de quartos sem nenhuma personalidade, com móveis de diferentes épocas abandonados à própria sorte. Mas no último andar era conservado um quarto intacto por onde o tempo tinha esquecido de passar. Era o dormitório de Ludovico. (p. 131)

Em uma análise detalhada, podemos constatar a diferenciação entre a descrição dos 82 quartos restaurados e o enfoque dado ao quarto conservado de Ludovico. Conforme explanado anteriormente, a miscelânea de medo e curiosidade em estar diante do sobrenatural interpela o processo de narratividade, de tal sorte que o sujeito-leitor presente a chegada do perigo através do reconhecimento dos aspectos que constituem o terror – o quarto antigo, o lugar do assassinato etc. Para Orlandi (2017), o efeito de sentido é obtido através do processo de significação entre a posição-sujeito e o Outro. O Outro, neste caso específico de narratividade, pertence ao sobrenatural.

Esse mal está contido nos elementos mais arcaicos da casa, como numa oposição entre arcaico e moderno. Um exemplo disso é que, no começo do trecho, o sujeito lembra que “*Os 82 quartos que percorremos sem assombro depois da sesta tinham padecido de todo tipo de mudanças graças aos seus donos sucessivos*”. Diante do ambiente atualizado e moderno, o sujeito não encontra o assombro e se tranquiliza. Porém, logo após o sujeito enuncia o seguinte: “*mas no último andar era conservado um quarto intacto por onde o tempo tinha esquecido de passar. Era o dormitório de Ludovico*”. Neste caso, o assombro permeia o ambiente arcaico, como se

a manutenção do mesmo ambiente onde ocorreu o crime antigo preservasse o agente do crime e sua vítima.

O trecho seguinte mostra-nos a materialização do efeito de sentido em estar diante de um aposento de algo considerado mal, de uma assombração:

Foi um instante mágico. Lá estava a cama de cortinas bordadas com fios de ouro, e o cobre-leito de prodígios de passamanarias ainda enrugado pelo sangue seco da amante sacrificada. Estava a lareira com as cinzas geladas e o último tronco de lenha convertido em pedra, o armário com suas armas bem escovadas, e o retrato a óleo do cavalheiro pensativo numa moldura de ouro, pintado por algum dos mestres florentinos que não teve a sorte de sobreviver ao seu tempo. No entanto, o que mais me impressionou foi o perfume de morangos recentes que permanecia estancado sem explicação possível no ambiente do dormitório. (p. 131)

Mediante a possível presença do Outro na tessitura do conto por meio do excerto acima, são constituídos os sentidos do assombro, uma vez que a existência material do fantasma Ludovico se encontra no imaginário social das pessoas que habitam aquela região. O imaginário temeroso que, no conto, ganha forma material e constitui-se a partir da relação antiga que os objetos e o lugar estabelecem com a dita assombração.

Enquanto jantávamos, debaixo de um céu de malva com uma única estrela, as crianças acenderam algumas tochas na cozinha e foram explorar as trevas nos andares altos. Da mesa ouvíamos seus galopes de cavalos errantes pelas escadarias, os lamentos das portas, os gritos felizes chamando Ludovico nos quartos tenebrosos. Foi deles a má idéia de ficarmos para dormir. Miguel Otero Silva apoiou-os encantado, e nós não tivemos a coragem civil de dizer que não. (p. 132)

Mais uma vez, ao lermos o excerto acima, temos a convergência entre curiosidade e espanto, crucial para a produção de sentidos acerca do assombro dentro do processo de narratividade. Os filhos do casal, ao chamarem com “gritos felizes” o fantasma Ludovico “nos quartos tenebrosos” elucida essa relação necessária entre essas duas faces. No próximo trecho, que constitui o parágrafo final do conto, está o ápice da narratividade no que concerne à concretização do assombro.

Enquanto tentava conseguir sono contei os doze toques insones do relógio de pêndulo da sala e recordei a advertência pavorosa da pastora de gansos. Mas estávamos tão cansados que dormimos logo, num sono denso e

contínuo, e despertei depois das sete com um sol esplêndido entre as trepadeiras da janela. Ao meu lado, minha esposa navegava no mar aprazível dos inocentes. "Que bobagem", disse a mim mesmo, "alguém continuar acreditando em fantasmas nestes tempos.", Só então estremei com o perfume de morangos recém cortados, e vi a lareira com as cinzas frias e a última lenha convertida em pedra, e o retrato do cavaleiro triste que nos olhava há três séculos por trás na moldura de ouro. Pois não estávamos na alcova do térreo onde havíamos deitado na noite anterior, e sim no dormitório de Ludovico, debaixo do dossel e das cortinas empoeirentas e dos lençóis empapados de sangue ainda quente de sua cama maldita. (p. 132-133)

Nota-se que há a retomada da pastora de gansos dentro do processo de memória discursiva, a qual atribui-se a responsabilidade de levar a lenda de assombração à família de turistas em Arezzo. Por mais que o casal, ao longo do conto, deixe evidente sua incredulidade, a partir de retomadas na memória discursiva se concretiza o assombro. Ainda que eles tenham dormido um "sono denso e contínuo", a memória assustadora do cheiro de morangos cortados do quarto de Ludovico vem à mente do casal, e a presença, mesmo não sendo de forma física, é evidenciada.

Portanto, percebe-se que o processo de narratividade dos sujeitos no conto se dá sem uma relação explícita com o Outro, mas nota-se o efeito de identificação, retomada e atualização de memórias. Assim, através dos boatos e sensações elucidados no decorrer da narrativa, que permeiam os efeitos de memória, a materialização do assombro é realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na subjetividade e nos movimentos de sentido que permeiam a Literatura, o processo de narratividade se faz presente também em textos desse cunho. Por meio de um aparato metodológico pautado nos vieses interpretativo e qualitativo, analisamos, à luz dos postulados da Análise de Discurso, os efeitos de sentido sobre o assombro no conto "Assombrações de Agosto", do escritor colombiano Gabriel García Márquez.

Observa-se que o efeito de memória que compõe o cenário e o imaginário social no conto analisado é o assombro. A narratividade está evidenciada por meio desse efeito. Enquanto narrativa, o conto de assombro é constituinte dos processos de identificação que são postos em funcionamento por meio do discurso. No conto em questão, a reatualização de sentidos é posta a partir da oposição arcaico/moderno, em que o mal e o bem atrelam-se à temporalidade dos objetos.

REFERÊNCIAS

- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Doze contos peregrinos*. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 129-133.
- ORLANDI, Eni. Puccinelli. *Eu, Tu, Ele: discurso e real da história*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e Texto*. 2. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 4. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni. A palavra dança e o mundo roda: Polícia! In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). *Cidade, linguagem e tecnologia: 20 anos de história*. Campinas, SP: LABEURB, 2013. p. 13-31.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise et al (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 61-162.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise et al (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 163-235.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

O DISCURSO DA SEXUALIDADE DO CORPO FEMININO: NAS PROPAGANDAS DE LINGERIE DA DULOREN

Eliane Cristina Ormonde Leitão Mosquezi

Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez

O DISCURSO DO CORPO E DA SEXUALIDADE FEMININA

A história do corpo e da sexualidade feminina é marcada por silenciamentos e controle, uma vez que era negado para a mulher o direito de exercer livremente sua sexualidade, pois a ela era reservado o papel de reprodutora. Assim, sabe-se que a sexualidade feminina ao longo da história foi marcada por preconceitos e tabus, devido aos valores e às normas sociais que foram impostas às mulheres ao longo da história.

Historicamente, a sexualidade feminina foi tratada de forma desigual em relação a do homem, sendo controlada e normatizada sob a tutela do pai e, posteriormente, do marido. Atravessada pela interdição, a sexualidade feminina foi negada e desconstruída ao longo da história. Segundo Trindade e Ferreira (2008):

A mulher, pela sua condição desigual em relação ao homem, por muitos anos viveu sob a sua tutela, em primeira instância do pai e em segunda do marido, com sua sexualidade normatizada pelos padrões Cristãos, legitimada pela instituição do casamento e pelo cumprimento da função reprodutora. (TRINDADE; FERREIRA, 2008, p. 418)

Os elementos abordados sobre a história das mulheres fazem retomar uma memória social de submissão e resistência, uma vez que, ao mesmo tempo em que eram colocadas na posição de inferioridade em relação ao homem, através da repressão familiar e da sociedade que não permitia a sua presença em várias esferas sociais, havia movimentos de resistência a essa submissão, movimentos estes que questionavam a subordinação feminina e reivindicavam espaços de poder e lutas pelo direito das mulheres.

Neste sentido, é necessário falar do feminismo, cuja primeira onda “aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto” (PINTO, 2009, p. 15). Nesse período, as hoje denominadas de sufragetes promoveram grandes manifestações em Londres e uma feminista chamada Emily Davison se atirou na frente do cavalo do rei

durante um famoso evento de corrida de cavalos e terminou morrendo, entrando para a história da luta pelo direito ao voto.

Esse, porém, só foi conquistado na Inglaterra em 1918. No Brasil, as mulheres lideradas por Bertha Lutz, bióloga que comandou um movimento de luta em prol do direito ao voto feminino, também fizeram parte da primeira onda do feminismo no país. No entanto, o direito ao voto no Brasil só foi conquistado em 1932 sob o governo de Getúlio Vargas.

A segunda onda do feminismo ganha força a partir da década de 60. Nesse período, as mulheres passaram a questionar as condições de desigualdade entre homens e mulheres que impediam que estas tivessem autonomia para decidirem sobre suas vidas e seu corpo.

Nesse caso, o caráter libertário do movimento feminista é a tônica na Europa. No Brasil, no entanto, com a instituição da ditadura militar em 1964, as ideias feministas foram reprimidas e somente na década de 70 movimentos de mulheres começaram a se organizar mais abertamente no Brasil na luta pela anistia e na década de 80 o movimento feminista entra em grande efervescência no Brasil com debates de temas como sexualidade, violência doméstica e direito ao trabalho.

Na década de 90, o movimento feminista começa a se reelaborar e surge então a terceira onda. Neste período, as feministas passam a questionar o próprio movimento, reivindicando que questões específicas de classe e raça fossem abordadas dentro do feminismo que, até aquele momento, parecia ser um movimento que considerava as mulheres de modo geral sem estabelecer entre elas diferenças de classe, raça e sexualidade que incidiam sobre as formas de opressão sofridas por elas. Portanto, a terceira onda é marcada pelo reconhecimento da pluralidade feminina e das diversas formas de opressão sofridas pelas mulheres em relação à raça, classe, religião etc.

Assim, as mulheres viveram por muito tempo em silêncio, sem liberdade e nem direitos garantidos, mas conquistaram o seu espaço, de estarem no lugar que desejam e almejam, em diversos meios, inclusive na política, na imprensa e na publicidade. Apesar de toda a luta do movimento feminista, a mulher ainda sofre a opressão, a violência doméstica e ainda precisa lutar pela manutenção de seus direitos. Os modos de representação das mulheres no discurso publicitário, por exemplo, é eivado de diversas nuances, sendo o corpo feminino muitas vezes colocado como um objeto em exposição, pronto para ser consumido e apresentando-se de maneira estereotipicamente sexualizada em diversos comerciais de *lingerie*, bebidas, carros, produtos de beleza etc.

Conforme Sant'anna (2018, p. 9) "o século XX é chamado de o Século das Mulheres devido às transformações que propiciou à experiência feminina ao conseguirem o respeito e garantirem o seu

espaço”, destacando-se, aí, o direito à liberdade de expressão e de frequentar lugares diversificados etc. É nesse período que o corpo feminino passa a ser exposto com maior liberdade, mas, ao mesmo tempo, ainda carrega os sentidos de opressão e controle derivados do patriarcalismo.

Importa-nos agora falar da representação do corpo feminino com base no discurso da sexualidade, apresentada pela sensualidade de diversos corpos vestidos em uma *lingerie* sexy, divulgados nas propagandas de *lingerie* da Duloren, que constituem diferentes sentidos do corpo na e pela história. As propagandas constituirão, aqui neste trabalho, as materialidades para análise e serão observados o corpo como discurso e os modos como este significa nos exemplos que serão analisados.

Segundo Hashiguti (2009, p. 1-2), essa reflexão trata de “marcas no corpo que são entendidas como materialidades significantes no discurso e que posicionam os sujeitos em lugares de fala, criando identificações e determinando sentidos”. Ainda com base em Hashiguti (*Idem*, p. 1- 2), “um corpo pode ser bonito, obeso, magro, normal ou estranho a partir do olhar”. Um corpo perfeito, esbelto ou diferenciado, é sensual e sexy ao olhar daqueles que o veem e o desejam. O corpo, portanto, é fruto da interpretação de um sujeito sobre ele, é um corpo cheio de sentidos.

Partimos do princípio de que o corpo é discurso atravessado pela história, pela memória, por ideologias e que gera sentidos múltiplos, como “materialidade discursiva”, é discursivizado de várias formas. O corpo do sujeito é, nas condições sócio-históricas em que vivemos, parte do corpo social tal como ele está significado na história. (ORLANDI, 2017, p. 93).

Os padrões de beleza são elementos de sentidos que atravessam os corpos, pois, o próprio sentido do que é um corpo belo varia na história. Assim, sendo o corpo-discurso, é preciso atravessar sua opacidade para compreendê-lo como materialidade discursiva, gerando sentidos na história.

Os significados da sexualidade feminina foram manifestados ao longo da história de forma excludente e reprimida, posto que, esses corpos eram vistos como pecadores. E as manifestações sociais sobre a sexualidade feminina foram atribuídas à mulher de maneiras a considerar os corpos femininos como impuros, como tentadores.

Apesar de hoje o corpo feminino ser dotado de uma maior liberdade de exposição, é notável ainda os modos de objetificação desse corpo no discurso publicitário. Segundo Hashiguti (2009, p. 2) “o corpo é, [...] tomado como biológico, natural, segmentável, controlável e transparente, mas na perspectiva discursiva, ele se desloca para o lugar da opacidade, revelando-se como forma material que constitui no-pelo olhar que o discurso possibilita”.

O corpo feminino vestido de *lingerie* exibe a sensualidade, cujo sentido, diante dos dizeres derivados de diferentes posições-sujeito, desliza entre o vulgar e o erótico, mas também significa como um produto exposto à venda no discurso publicitário que, por sua vez, constitui representações identitárias sobre o corpo bonito, belo, sensual.

Assim, o corpo sensual feminino vai sendo atravessado pelo discurso da beleza e da sedução representados no campo publicitário sob este viés. Sobre isso, Sohn (2008, p. 113) afirma que: “A publicidade não demora a se liberar. Desde 1900 ela não hesita em mostrar as mulheres no toalete, usando espartilhos sedutores. Essas propagandas, aliás, contribuíram para a dessacralização do corpo feminino”.

A desmistificação do corpo feminino o fez deixar de ser divino e sagrado e passar a ser sedutor, sensual, circulando pelos meios de comunicação em massa, como jornais, revistas, *outdoors*, propagandas televisivas etc. Corpos revestidos de forma escultural, esbeltos de acordo com o padrão atual das normas impostas por uma sociedade que dita o padrão de beleza como o desejável para que um corpo nele se encaixe, são expostos na cultura de massa.

De acordo com Wolf (1992, p. 12-13), “à medida que as mulheres se liberaram da mística feminina da domesticidade, o mito da beleza invadiu esse terreno perdido, expandindo-se enquanto a mística definhava, para assumir sua tarefa de controle social”. Esse espaço da beleza tornou-se uma forma de controle da mulher e, uma vez que ao serem cobradas pelo cuidado com a estética e beleza, as mulheres terminam se encaixando em padrões que exigem a correção do corpo, técnicas de cuidados com a estética etc.

Segundo Wolf (1992):

Embora evidentemente sempre tenha havido um mito da beleza sob alguma forma desde os primórdios do patriarcado, o mito da beleza em sua forma moderna é uma invenção bem recente. O mito viceja quando ocorre uma perigosa libertação das mulheres de repressões de natureza material. Antes da Revolução Industrial, a mulher comum não poderia ter sentido o que sente a mulher moderna com relação à beleza, já que esta última vivencia o mito como uma contínua comparação com um ideal físico amplamente difundido. (WOLF, 1992, p. 17)

Os discursos sobre a sexualidade feminina nas propagandas de *lingerie* da Duloren, junto com o mito da beleza que impõe padrões ao corpo feminino, incidem sobre o corpo feminino vestido em *lingeries* sensuais de diversas cores, com a finalidade de anunciar o produto *lingerie* exposto para comercialização, ao mesmo tempo em que tornam o corpo um produto a ser consumido e construído diante das práticas de estética. Nesse sentido, Wolf (1992) esclarece:

A revolução sexual propiciou a descoberta da sexualidade. A “pornografia da beleza” — que pela primeira vez na história da mulher liga uma beleza produzida de forma indireta e explícita à sexualidade — está em toda parte, minando o sentido recém-adquirido e vulnerável do amor-próprio sexual. (WOLF, 1992, p. 13)

Assim, um dos modos de circulação desse discurso que coloca o corpo como um objeto a se construir e consumir é o campo publicitário, pois a beleza feminina é apresentada de forma a ressaltar a sensualidade do corpo da mulher nas propagandas, de modo a instituir padrões de corpo belo, este último ligado ao produto anunciado. A Análise de Discurso visa compreender os efeitos que o discurso constituído a partir das materialidades em análise produz e, portanto, será um elemento importante para a nossa análise recorrer aos pressupostos teóricos dessa corrente.

O corpo feminino seminu “vende diversos produtos” em vários âmbitos publicitários: produtos de beleza, de moda íntima, perfumes e bebidas etc. Assim, as propagandas contribuem para a construção das subjetividades femininas a partir da exposição do corpo. Nesse sentido, concordamos com Wolf que diz que, “o que é mais instigante, a nossa identidade deve ter como base a nossa “beleza”, de tal forma que permaneçamos vulneráveis à aprovação externa, trazendo nosso amor-próprio, esse órgão sensível e vital, exposto a todos” (WOLF, 1992, p. 17).

Nesse sentido, algumas áreas publicitárias trabalham com a beleza e a imagem do corpo da mulher de maneira estereotipada e sensual, usando como tática a exposição total do corpo feminino nos anúncios publicitários para comercializarem seus produtos com a aprovação de um público.

Dessa forma, as propagandas favorecem esses modos de utilização da beleza do corpo feminino diante dos padrões sociais exigidos em uma dada conjuntura, para que se alcance objetivos comerciais. Segundo Ferreira (2013, p. 78) [...] “o corpo seria lugar da simbolização onde se marcariam os sintomas sociais e culturais desses equívocos – tanto os da língua quanto os da história”.

O corpo feminino é um corpo simbólico e, como discurso, gera efeito de sentidos que ensejam várias possibilidades de interpretação. De acordo com Orlandi (2017) “não há corpo que não esteja investido de sentidos [...]”.

Nessa perspectiva, esse corpo é atravessado pela “falha, o possível e a incompletude” nele estão inscritas ideologias que indicam sentidos históricos. Em concordância com Hashiguti (2009, p. 6), concordamos que “[...] o corpo, enquanto forma material funciona como condição de produção no discurso no âmbito do visível, ao

mesmo tempo em que é atravessado por diferentes e conflitantes discursos se tornando opaco e contraditório para o sujeito”.

A discursividade da sexualidade produz os efeitos de sentidos que se inscrevem no corpo feminino, trazendo elementos de já ditos, entre a paráfrase e a polissemia. Por isso, Orlandi (2001, p. 36) trata: “E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”.

Os sentidos presentes nas interpretações sobre o corpo feminino seminu constituem nos anúncios de *lingerie* da Duloren, diversos discursos que retomam a construção histórica dos “já ditos” em uma sociedade.

Assim, como afirma Orlandi, “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2001, p. 43). Em concordância com Orlandi, dizemos que o discurso do corpo também faz circular diversas formações discursivas, estabelecendo distintas formas interpretativas para o sujeito, sendo um corpo ora considerado belo, ora feio, ora sensual, ora não sensual, ora puro, ora pecador.

Os recortes temáticos apresentados pelas propagandas da marca Duloren reproduzem representações do corpo feminino de *lingerie* em diversos espaços urbanos, sendo o corpo a manifestação discursiva que as propagandas divulgam para comercializarem seus produtos. Os corpos discursivizados nas propagandas de *lingerie* da Duloren significam e influenciam as mulheres a comprarem e utilizarem *lingeries sexys* e sensuais, com o objetivo de se tornarem também sedutoras na dominação do homem que desejam.

À vista disso, para ter a noção do discurso de corpo como elemento que constrói sentido, deve-se levar em conta o funcionamento da imagem do corpo como simbólico, apresentado nesse discurso como forma significante. Segundo Ferreira (2013, p. 78) “ao pensarmos a noção de corpo, enquanto corpo discursivo, não empírico, não biológico, não orgânico, o estamos propondo como objeto discursivo, como materialidade que se constrói pelo discurso, se configura em torno de limites e submete à falha”.

Ao retratar a ideia de corpo feminino *sexy* como discurso, é possível perceber nele a inscrição de uma memória e a materialização de ideologias. Conforme Orlandi (2017, p. 85), “Enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo que é um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso”.

Desse modo, falar do corpo da mulher em vários períodos históricos retoma a memória discursiva de uma dada conjuntura. Por isso, o movimento contínuo da história propicia diversos sentidos que

têm atravessado o corpo feminino ao longo do tempo e que permite diversas interpretações. Segundo Wolf (1992, p. 17), “as qualidades que um determinado período considera belas nas mulheres são apenas símbolos do comportamento feminino que aquele período julga ser desejável”.

Historicamente, o corpo da mulher constitui-se nos processos de significação através do padrão de beleza que se relaciona às ideologias da classe dominante e, através da memória discursiva, retomam-se esses estereótipos de beleza no imaginário atual, gerando efeitos de sentidos, textualizando-se de modo diferente. Nesse sentido, tomamos a ideia de Orlandi (2017, p. 86) que ressalta “que passou a observar como os corpos investidos de sentidos, na materialidade dos sujeitos, textualizavam-se”.

Conforme Orlandi (2017, p. 85) cita, “é a materialidade do sujeito que nos interessa neste momento para pensarmos essa relação entre corpo e sujeito”, observando “[...] o corpo em sua materialidade significativa enquanto corpo de um sujeito”, posto que as materialidades das propagandas da marca Duloren representam as formas de beleza e os estereótipos de um corpo discursivo, pois produz efeitos ideológicos.

A comercialização dos corpos femininos na primeira metade do século XX se deu através de um vetor dominante pornográfico com filmes e revistas com teor de mulheres nuas, segundo Sohn (2008, p. 113), “em que a imagem se torna, com efeito, o principal vetor da pornografia”.

No entanto, esse corpo pornográfico desloca-se e passa a ser o corpo sexualizado e estampado em propagandas. Os corpos são comercializados até os dias atuais nas campanhas publicitárias que trazem a mulher de diversas maneiras, com “corpo espacializado, falado, olhado, simbólico, opaco, contraditório, impossível de ser apreendido discursivamente em uma totalidade lógica, tal qual a língua” (HASHIGUTI, 2009, p. 6), num deslizamento do sentido pornográfico para o sentido do sensual.

Os sentidos do corpo feminino nas materialidades das propagandas se relacionam com os modos de interpretação do consumidor perante o anúncio divulgado em que a sensualidade do corpo produz sentidos por meio dos modos como estes são exibidos. Dessa maneira, “a propaganda movimenta uma composição de linguagem implícita e imagens [...] a mulher se transforma em produto e se negocia, se vende, vende um tipo de serviço [...]” (SANTOS, 2017, p. 54-57).

As regularidades apresentadas por esses anúncios criam uma estratégia política de retratar o sentido de um corpo belo, sensual e sexy, mas não é qualquer corpo que tem essas características. Portanto, se faz pertinente apresentar imagens das propagandas de *lingerie* da

Duloren, em que o corpo *sexy* e sensual representa o lugar de discurso. Observemos:

Figura 1: Mamãe Noel dominadora



Fonte: Remake Duloren (2019)

A imagem apresentada no anúncio remete à festa de Natal com a substituição do enunciado “meu corpo, minhas regras” por “meu trenó, minhas regras”. Na imagem, a mulher vestindo uma *lingerie* vermelha bordada, aparece à frente sentada numa cadeira e os homens vestindo cuecas, presos por uma corda atrás e com gorros de Papai Noel. O cenário da propaganda faz retomar o trenó de Papai Noel, quando o bom velhinho dirige as renas, no entanto, no caso do anúncio em análise, há um deslocamento, uma vez que quem dirige agora é a mulher e, no lugar das renas, estão os homens. Em consonância com Wolf (1992, p. 91) é possível dizer que essa propaganda, “[...] ressalta a ambição feminina e seu apetite erótico; [...], e tem a finalidade de simbolizar a liberação sexual da mulher”.

Pelo viés da teoria materialista do discurso, retomamos a *lingerie* vermelha que representa o comando, ação, força, determinação, desejo, paixão e amor, remetendo à ideia de sedução e à sexualidade. Assim, esse corpo sensual que tem suas próprias regras é o produto que é vendido junto com a *lingerie* anunciada. A ideia de sedução a partir da *lingerie* vermelha faz retomar o sentido do interdiscurso de que a mulher sedutora é considerada pecadora, mas tal sentido, ao mesmo

tempo, é deslocado, instituindo outro lugar de significação, na retomada e rompimento, na paráfrase e polissemia.

À vista disso, ao mesmo tempo em que a modelo possui o controle e o desejo pelos homens, impõe regras a serem cumpridas e seguidas diante as suas ações: seu trenó, suas regras. A mulher representada como tendo liberdade sexual, domina a cena, tendo os homens sob comando.

Nessa perspectiva, com base em Orlandi (2017, p. 194) concordamos que “[...], nessas condições de significação, o alcance da publicidade que também funciona pela quantidade e concentração: [...] no espaço urbano”. Esse espaço divulga as campanhas de *lingerie* da Duloren, como o caso dessa propaganda, em que esse corpo textualiza a sensualidade. Esse corpo sensual que comanda os homens não é qualquer corpo. Ao contrário, é um corpo branco, magro, sem marcas de celulite ou estrias, um corpo considerado belo que constitui subjetividades femininas.

Segundo Kellner (2001), a propaganda:

Apresenta uma imagem utópica de novidade, sedução, sucesso e prestígio mediante a compra de certos bens. Oferece magicamente uma autotransformação e uma nova identidade, associando as mudanças de comportamento, modo de vestir e aparência do consumidor com uma metamorfose em nova pessoa. (KELLNER, 2001, p. 322)

A propaganda, portanto, vende o corpo perfeito, a capacidade de sedução e a liberdade sexual, e a *lingerie* proporcionará que a consumidora adquira, utopicamente, essas características.

Observemos a próxima materialidade.

Figura 2: Curtir X Compartilhar



Fonte: Voxnews (2012)

No anúncio dessa campanha, a modelo apresenta-se ao lado de um homem completamente nu e de costas, numa posição em que está sendo controlado, pois a roupa de Papai Noel que estava trajando provavelmente tenha sido despida pela modelo que obtinha o controle da situação e que passou a usar esse corpo sexualmente. Ao lado da imagem, há o enunciado: “já curti, agora vou compartilhar”, esse enunciado se complementa pela imagem da mulher chutando o homem, numa expressão de poder e controle sobre seus desejos.

O enunciado “já curti, agora vou compartilhar” desliza e se desloca das redes sociais para a propaganda, dando uma ideia de um relacionamento fugaz, para satisfazer o prazer sexual dos sujeitos envolvidos. Pela paráfrase, mais uma vez a mulher aparece no comando de seu corpo e de seu desejo, sendo esta característica vendida pela propaganda e “adquirida” utopicamente juntamente com o produto anunciado.

“O mito da beleza mantém um espaço de fantasia entre homens e mulheres. Esse espaço é feito de espelhos; nenhuma lei da natureza lhe dá sustentação.”, (WOLF, 1992, p. 190). Logo, o corpo que será compartilhado é um estereótipo esbelto, magro, de acordo com os padrões sociais de que um corpo deva ser apresentável, visto como objeto de desejo e transação.

Nesse sentido, a propaganda tem a finalidade de divulgar os seus produtos para que aconteça a “cultura do consumismo”. “A cultura do consumo recebe melhor apoio de mercados compostos de clones sexuais, homens que desejam objetos e mulheres que desejam ser objetos, enquanto o objeto desejado é sempre mutante, descartável e determinado pelo mercado” (WOLF, *idem*, p. 190).

O corpo feminino e o masculino, representados na propaganda, são reproduções de um objeto sexual de desejo, mas o da mulher é representado como o corpo que comanda e controla, trazendo outro espaço de dizer que rompe com a formação discursiva patriarcal. Esse corpo nu aí representado é o corpo que desfruta da sexualidade de maneira livre, que é repleto de desejos. No entanto, também não é qualquer corpo, mas um corpo inscrito nos padrões de belo e sensual construídos pela propaganda.

Assim, percebem-se os diversos efeitos de sentidos que produzem nesse anúncio, diante o silêncio que fica evidente, com o implícito e o recuo para significar, e que se encontra tanto na enunciação e na imagem: os modos que a modelo utiliza a sua expressão corporal, com a atitude de retirar de cena o corpo masculino com um chute no bumbum, passando esse corpo que foi usado como objeto sexual de desejo à frente.

A propaganda rompe com os sentidos da formação discursiva patriarcal que negava a sexualidade feminina, controlando-a, uma vez

que agora é a mulher que aparece no controle pela polissemia, na regularidade com a propaganda anteriormente analisada.

Assim, como diz Wolf (1992, p. 193) que “como o sexo se tornou refém da “beleza”, o mito já não fica mais à flor da-pele, mas age profundamente”. Essas ações são constituídas pelos discursos publicitários de *lingerie*, que expõem os corpos de forma estandardizada e *sexy* como produtos de negociação.

A ideia de corpo como materialidade significativa faz retomar Hashiguti (2009, p. 1-2), uma vez que “trata de marcas no corpo que são entendidas como materialidades significantes no discurso e que posicionam os sujeitos em lugares de fala, criando identificações e determinando sentidos”.

O corpo é um discurso atravessado por formações ideológicas e constituído historicamente. Desse modo, os estereótipos de beleza em geral apresentam características influentes de padrão básico, que determinam a representação desse corpo em tais espaços, como o da propaganda, produzindo práticas sociais diversas. O corpo do sujeito é construído sócio-historicamente e, por isso, carrega sentidos que não são transparentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível compreender o funcionamento do corpo no espaço de interação do sujeito. Um corpo composto por ideologias que faz retomar a memória histórica trazendo sentidos através do movimento de paráfrase e polissemia a partir da representação do feminino. Esse movimento do corpo feminino se caracteriza pela repetição, mas também pelo rompimento dos dizeres preexistentes sobre o corpo da mulher a partir do corpo belo, branco e magro, mas de um corpo sensual, que seduz e que tem desejos.

Assim, a publicidade retoma algo que já foi dito em outro lugar e em outro tempo para produzir efeitos de sentidos de uma historicidade constituída pelo sujeito com o funcionamento da memória discursiva que constitui o corpo belo, *sexy* e sensual revestido no discurso publicitário. Diante disso, os acontecimentos existentes da propaganda da Duloren retomam os discursos sobre as mulheres e o seu corpo, diante da imagem não verbal na sua publicação e utilizam a memória para dizer e significar produzindo efeitos de sentidos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *O corpo como materialidade discursiva*. Redisco: Vitória da Conquista, vol. 2, 2013. p. 77-8.

- HASHIGUTI, R Magalhães. *O corpo como materialidade do/no discurso*. São Carlos: 2009.
- KELLNER, D. *A cultura da mídia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccineli. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. Campinas, SP. Pontes Editores, 2017.
- PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 18, nº 36, Jun. 2010.
- RIOS, Agnelo Pacheco. *Remake Duloren*. Disponível em: <<https://garotasdepropaganda.wordpress.com/2010/03/17/remake-duloren/>>. Acesso em: 06 ago.2019.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Sempre bela. In.: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 105-125.
- SANTOS, Mônica Oliveira. Imagem, memória e espaços enunciativos – a publicidade e o mercado como espaços de enunciação da/sobre a mulher. In: FONTANA, Mônica G. Zoppi; FERRARI, Ana Josefina. *Mulheres em discurso: identificações de gênero e práticas de resistência*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p. 43-63.
- TRINDADE, Wânia Ribeiro; FERREIRA, Márcia de Assunção. *Sexualidade feminina: questões do cotidiano das mulheres*. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008 Jul-Set; 17(3): 417-26.
- SOHN, Marie Anne. O corpo sexuado. In.: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do corpo: As mutações do olhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 109-142.
- VOXNEWS. *Bailarina do Faustão em campanha de Natal da Duloren*. Disponível em: <https://voxnews.com.br/bailarina-do-faustao-em-campanha-de-natal-da-duloren/>. Acesso em 06. ago. 2019.
- WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Disponível em: <http://bibliopreta.com/wp-content/uploads/2018/01/O-mito-da-beleza-como-as-imagens-de-beleza-s%C3%A3o-sadas-contras-as-mulheres-1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

O DISCURSO E A RESISTÊNCIA: EIS O FAZER DA ANÁLISE DE DISCURSO

Anderson de Almeida Santos

PARA SITUAR O LEITOR

O presente texto situa-se no âmbito das noções basilares da Análise de Discurso (AD), dita de orientação francesa com cunho materialista, sob os postulados do filósofo Michel Pêcheux e seu grupo. Essa teoria é ancorada na releitura da obra do filósofo Louis Althusser, na Psicanálise de Jacques Lacan, e na Linguística estruturalista de Ferdinand Saussure, “três empreendimentos que dominam, nesse momento, a cena intelectual” (MAINGUENEAU, 2015, p. 19), na segunda metade do século XX, em 1969, na França.

Por essa teoria, entende-se que é nas fissuras do discurso que encontramos o confronto ideológico, que concebe o sujeito como clivado e assujeitado à ideologia, afetado pelo inconsciente, e submetido às circunstâncias sócio-histórica, que resulta na compreensão dos processos de significação.

Atualmente, a Análise de Discurso é uma área constituída e difundida nas teorias que se apropriam da linguagem e esses estudos têm importância tanto no campo acadêmico como no campo social. As pesquisas desenvolvidas com base nessa teoria se desdobram em diferentes *corpora*, em que os estudos da linguagem em funcionamento estão presentes nas modalidades verbais e imagéticas, como:

Os escritos, as imagens, os ditos, as novas tecnologias, fotos, o silêncio e muitos outros, cada qual com suas especificidades, seus dispositivos analíticos e sua contribuição para a compreensão dos processos de significação. (ORLANDI, 2015, p. 19)

Uma das redes sociais mais utilizadas no Brasil é o *Instagram*. As postagens presentes nessa rede social são, pelo olhar discursivo, materialidades discursivas que contribuem para a construção de sentidos outros, presentes no dia-a-dia dos sujeitos que usam o aplicativo.

Desse modo, as redes sociais são os novos meios de comunicação, divulgação e informação presentes na sociedade a partir da união entre texto verbal e imagético, vídeos, *gifs*, dentre outros meios de interação entre seus usuários. Propagadas nessas redes, as postagens possibilitam fazer circular novos sentidos, em diferentes condições de produção, sendo elementos relevantes para o estudo do discurso.

As postagens da rede social *Instagram* são compostas por imagens, portanto, segundo Devallon (2015, p. 25), a imagem é uma representação da realidade. Assim, o analista deve produzir significação, em que “esse estado de coisas abre, como, aliás, insistem em nos fazer observar, a uma liberdade de interpretação” (DEVALLON, 2015, p. 26), ou seja, a imagem representa e produz sentido, pois, por ser incompleta, é discurso. E sobre as imagens, por ser discurso, estão marcados aspectos históricos e ideológicos que fazem com que ela se abra à interpretação.

Se a imagem é discurso, ela reatualiza a memória para retomar o já-dito. Assim, “a imagem seria um operador de memória social, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, percurso escrito discursivamente em outro lugar” (PÊCHEUX, 2015, p. 45). Interessa-nos compreender e interpretar as imagens, compartilhadas na rede social *Instagram*, como discursos que operam memória e historicidade sobre relacionamentos homoafetivos.

Os recortes das postagens selecionadas para análise elencam histórias de uniões homoafetivas. Assim, referem-se ao ativismo digital, que proporciona espaços de representatividade e discussão sobre as questões relacionadas ao grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e casais homoafetivos, e são postagens de resistência e desconstrução de abordagens negativas sobre tais uniões.

Nesta perspectiva, a escolha pelo público LGBT das postagens selecionadas é relevante para analisar os efeitos de sentidos que circulam sobre família, produzidos pela linguagem verbal e imagética, estabelecendo relações interdiscursivas que asseguram posicionamentos de sujeitos homoafetivos e retomam efeitos de sentidos preestabelecidos, uma vez que estas postagens funcionam como elementos que fazem circular ideologias.

Ao retomar a Análise de Discurso Materialista, pretende-se analisar como os sentidos de família são construídos nas postagens selecionadas da rede social *Instagram*. E cada análise questionará as materialidades discursivas de modo muito específico, levantando questões próprias, em que o dispositivo analítico será sempre compreendido, interpretado e construído de forma diferenciada por cada analista.

O trabalho buscará refletir, tendo como ideia inicial, que a posição ocupada pelos sujeitos, que tem algo a dizer e falam a partir do grupo LGBT, faz com que o que eles falam sobre família e casamento signifique de forma diferente, indicando um deslizamento e um rompimento de sentido com a ideologia dominante.

Pretende-se, também, analisar o corpo como objeto discursivo, como produtor de discurso, pois, diz Ferreira (2013, p. 77), “corpo e discurso andam próximos no campo teórico da análise do discurso”.

Sendo o corpo, muito mais do que um elemento biológico, mas um corpo discursivo, inscrito na história e funcionando pela história, na linguagem e pela linguagem, afetado pelo inconsciente e assujeitado à ideologia.

E pelo fato dos sentidos estarem à deriva, faz-se necessário abordar a nomenclatura dessa disciplina constituída do e no entremeio das contradições das outras disciplinas, bem como com a finalidade de não adjetivar a teoria ou territorializá-la e nem especificar determinada análise do discurso, estamos a trabalhar com a análise de discurso que, para Orlandi (2019, p. 82), o uso do “‘de’ torna geral o alcance da análise” e, assim, constitui os efeitos de sentidos mobilizados pela interpretação do sujeito analista.

Sigamos a resistir...

O CORPO É DISCURSO. O DISCURSO É RESISTÊNCIA

O corpo configura-se como lugar de subjetivação dos sujeitos, pois “a inscrição do sujeito no mundo se faz através do corpo. Como não há corpo sem sujeito e como não há sujeito sem ideologia” (FERREIRA, 2019, p. 22), assim, corpo e sujeito são interpelados ideologicamente, sendo assujeitado à novas discursivizações.

O corpo é uma materialidade discursiva, pois além de ser composição orgânica e biológica, é constituído de ideologias que significam simbolicamente, sendo um corpo que fala e sendo um corpo que também falta. Isso tudo, porque o corpo comporta, assim como a língua, equívocos e incompletudes, que constroem efeitos de sentidos.

Nosso propósito, portanto, de trabalhar o *corpo como estrutura discursiva* – entre sujeito e língua – vai considerar que o mesmo, como materialidade discursiva, encontra na *língua* a sua forma de simbolizar e, assim, falar do *sujeito*. Ainda que isso não seja sempre possível, já que as palavras sempre faltam e o sujeito não chega nunca a se mostrar por inteiro. Portanto, para falar do corpo desse lugar de entremeio, é preciso levar em conta que *tudo não se diz, todo não se é...* (FERREIRA, 2011, p. 99, grifos da autora)

O corpo é “lugar onde o sujeito se sente mais vulnerável” (Ferreira, 2019, p. 19), portanto, o sujeito homossexual resiste no corpo e pelo corpo. Assim, o corpo homossexual é atravessado pela linguagem e, por esse atravessamento, o corpo resulta na produção de sentidos em determinada condição de produção, que possibilita sentidos outros, rompendo com os sentidos estabilizados, pela ideologia dominante, da sociedade heteronormativa.

Alvarez (2020, p. 81) retomando as ideias do antropólogo Marcel Mauss, ressalta que:

Segundo o antropólogo Mauss (1974), o corpo é um constructo cultural, tendo dois aspectos indissociáveis: é matéria prima e ferramenta da cultura. Portanto, pode-se afirmar que o corpo, seus gestos, suas formas de apresentação, os modos de andar e sentar, por exemplo, nada têm de natural, mas, ao contrário, representam uma corporalidade fabricada por normas culturais coletivas. Desse modo, numa cultura onde o corpo deve ser mostrado, tê-lo descoberto torna-se algo necessário e natural, sem causar estranhamento, ao contrário do que ocorre numa cultura em que o corpo deve ser coberto, escondido, reprimido, por exemplo.

O corpo homossexual é constituído pelo silêncio e pela negação. Durante muito tempo na história este corpo foi silenciado, negado, revestindo-se de sentidos que o consideravam como não natural, como estranho, diferente da normalidade e, às vezes, também um corpo doente.

Diante das questões apontadas até aqui, procederemos à análise de dados. Para isso, foi selecionada uma postagem retirada do Instagram, que traz a representação dos corpos de casais homoafetivos.

Pretendemos analisar como os corpos aí representados geram sentidos. A postagem traz, em primeiro plano da imagem, um casal de duas mulheres indígenas dando um beijo, com as pinturas corporais indígenas feitas nos rostos e uma delas está enrolada com a bandeira das cores que representa os LGBT's. No segundo plano da imagem, mostra uma via pública, com pessoas andando.

Vejamos:

Figura 01: O corpo



Fonte: Instagram

Os corpos aí focados são corpos homossexuais, mas também corpos indígenas, uma vez que as duas mulheres são parte do coletivo indígena LGBT representados, segundo a postagem, por membros das seguintes etnias: Terena, Tupinikim, Tuxá, Boe Bororo e Guajara.

No exemplo, os corpos se constituem ao mesmo tempo como indígenas e LGBT's, sendo corpos, portanto, que carregam sentidos historicamente estabelecidos sobre ser homossexual e ser indígena. Sabe-se que os sentidos provenientes da ideologia dominante que constituíram historicamente estes corpos são eivados de preconceitos e silenciamentos.

Estes sentidos consideram tais corpos como estranhos, selvagens, não naturais, não normais. No entanto, os corpos aí colocados, reivindicando o direito de amar e de beijar em uma via pública, resistem ao que determina a ideologia dominante, significando de outro modo: como resistência.

Assim, esses corpos significam pela resistência ao silenciamento e estranhamento, reivindicando um lugar de direitos e visibilidade, constituindo-se, a partir da falha da ideologia dominante, como corpos que resistem, que existem e que querem ser reconhecidos como normais e naturais.

Há nesses corpos, também, a presença significativa do silêncio de interdição que, na esteira das reivindicações por espaço e lugar de visibilidade, são rompidos nessas condições de produção.

No entanto, não se trata "da oposição entre sentido verdadeiro e sentido falso" (ORLANDI, 2007, p. 109), trata-se do corpo que resiste e mostra a contradição do sujeito, os efeitos de sentidos que são dados como evidentes.

Na materialidade discursiva, compreendemos as contradições da produção de sentidos e podemos dizer que os corpos duplamente constituídos pela sua condição de indígena e LGBT, instauram outros sentidos rompendo com "já-dito, ao dito em outro lugar" (PÊCHEUX, 2015a, p. 146) que se inscrevem no interdiscurso. É através do discurso presente nesses corpos que saberes de uma memória discursiva historicizam sentidos, ao longo do tempo, como os corpos visibilizados que reivindicam um lugar de respeito.

Segundo Orlandi (2007, p. 111) "censura e resistência trabalham a mesma região de sentidos", por isso, esse silenciamento sobre o corpo censura sentidos outros, impedindo que esses sentidos ecoem na história.

Podemos dizer que o discurso de resistência, dessa materialidade discursiva, é concebido por sujeitos interpelados ideologicamente, que enunciam da posição sujeito contrária à da formação discursiva (FD) opressora, indicando que os corpos homoafetivos podem constituir o respeito por sua condição de indígenas e LGTBs.

Ao se oporem ao que é dito por sujeitos inscritos na FD opressora, os sujeitos da FD homoafetiva firmam a contradição que constitui o sujeito do discurso, sendo sujeito ao mesmo tempo interpelado pela ideologia e sujeito da resistência. A contradição

ideológica se manifesta no sujeito que resiste, e este por sua vez, se materializa na resistência da língua.

Na perspectiva da Análise de Discurso Materialista, o discurso dos sujeitos é discurso de resistência, pois “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2014, p. 281), visto que há falhas, fissuras, na interpelação ideológica.

A resistência instaura-se no discurso a partir da língua uma vez que, segundo a AD, é também o lugar do deslocamento, da possibilidade, do sentido outro. Ainda segundo Pêcheux (1990, p. 09), o espaço revolucionário pressupõe a existência de “um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história”. Assim, não se pode pensar em resistência sem levar em conta a historicidade que constitui o discurso, a língua e o sujeito.

O processo de resistência se relaciona ao modo como o sujeito interpelado pela ideologia se movimenta dentro do discurso, no processo de subjetivação deslocando-se da identificação para a desidentificação e constituindo-se a partir da complexa relação com a ideologia. Ou seja, o discurso de resistência é definido em uma FD oposta a outra FD, e aí se dá, pela contradição e equívoco, o processo de desidentificação e identificação em dada formação discursiva.

Desta maneira, a FD homoafetiva rompe com os sentidos estabilizados pela FD heteronormativa. Portanto, entende-se aqui por resistência, retomando o que nos diz Pêcheux:

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido. (PÊCHEUX, 1990, p. 17)

Pêcheux trabalha a resistência pela e na contradição da dominação ideológica, que se dá pelos furos e falhas da interpelação ideológica, que resulta no rompimento de sentidos reproduzidos nos discursos de dominação dos sujeitos da ideologia dominante.

“É PRECISO OUSAR SE REVOLTAR”

Em conformidade com Pêcheux, é preciso ocupar-nos com:

as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados

políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido. (PÊCHEUX, 2015b, p. 49)

Em esse “ordinário do sentido”, que nos traz Pêcheux, são os efeitos de sentidos produzidos no processo de resistência do sujeito ao marcar sentidos outros nas postagens, que são lugares de contradição, portanto, de resistência.

Ao tomar como exemplo a materialidade abaixo, analisaremos um trecho do discurso de resistência presente em uma das postagens no *Instagram*, em que um casal composto de dois homens narra e descreve o nascimento prematuro de seus filhos adotivos, que desencadeou complicações na saúde de um dos recém-nascidos, como 05 pneumonias e 02 paradas cardíacas e o processo de adoção de seus filhos gêmeos:

Quadro 01: Os gêmeos

“Nossos bebês gêmeos receberam o não de 16 famílias [formadas por casais heterossexuais] até nosso telefone tocar.”

Fonte: Instagram

Pela análise da materialidade discursiva, temos uma formação discursiva bem definida, que chamaremos de afetiva, a qual o sujeito adere para negar o discurso do outro, que aqui chamaremos de formação discursiva heteronormativa. Ao nos atentarmos à marca linguística do advérbio de negação, o “não”, é visível a contradição constitutiva do sujeito do discurso.

A formação discursiva heteronormativa nega a adoção, por parte de dezesseis famílias, dos recém-nascidos, por um dos gêmeos ter sofrido complicações de saúde no seu nascimento, que poderia resultar em dificuldades financeiras e complexidades emocionais (caso falecesse) para os casais heterossexuais, negando, assim, uma composição familiar.

Podemos dizer que o discurso de resistência, dessa materialidade discursiva, é concebido por sujeitos interpelados ideologicamente, inseridos na formação discursiva homoafetiva ao negarem o discurso heteronormativo, ao enunciarem “até nosso telefone tocar”, colocando como ponto afirmativo a adoção antes negada. Assim, ao opor-se ao que é dito por sujeitos inscritos na FD heteronormativa, os sujeitos da FD afetiva firmam a contradição que constitui o sujeito do discurso, sendo sujeito ao mesmo tempo interpelado pela ideologia e sujeito da resistência.

A contradição ideológica se manifesta no sujeito que resiste e este, por sua vez, se materializa na resistência da língua. Deste modo, há um deslocamento de sentido na noção de família, num movimento

do sujeito do discurso que rompe com a formação discursiva heteronormativa, com o que já foi dito pela ideologia dominante, afetado pelo equívoco da língua, pela contradição da ideologia e do inconsciente, em que a família era considerada apenas aquela composta por um homem, uma mulher e filhos, evidenciando a incompletude da língua.

Ao deslocar o sentido, em “até nosso telefone tocar”, há um novo acontecimento discursivo, já que rompe com saberes da FD heteronormativa, possibilitando uma nova discursivização dos sentidos sobre a noção de família. Portanto, ao assumir uma posição ideológica no interior de uma FD, sujeito e sentido se constituem e, nesse caso, resistem ao concretizar essa nova formação familiar, composta por “quatro iguais”.

Ainda podemos analisar o corpo, que é uma materialidade discursiva, como já foi dito, constituída de ideologia, com falhas, e que por isso produz resistência, pela teoria materialista do discurso, que significa o local de equívoco e que carrega presença na falta. Assim, o corpo é discurso e é resistência.

Observemos:

Quadro 02: O corpo resistente

“Nasceram prematuros. Um deles ficou hospitalizado desde o nascimento até vir para nossa casa. Passou por 5 pneumonias seguidas de entubação. 2 paradas cardíacas e ficou parado 14 minutos. Isso fez com que ele tivesse uma paralisia cerebral, que resultou em algumas limitações e sequelas ainda não dimensionadas.”

Fonte: Instagram

Na materialidade discursiva, em que compreendemos as contradições da produção de sentidos, podemos dizer que o corpo doente carrega a falta da saúde. É através do discurso presente nesse corpo, que saberes de uma memória discursiva historiciza sentidos, ao longo do tempo, como aquele corpo frágil dos recém-nascidos, que não suportam enfermidades.

Para compor uma família, inserida na formação discursiva heteronormativa, o recém-nascido que será adotado, reprimido por uma ideologia dominante, deverá ter boas condições de saúde. O corpo resiste e mostra a contradição do sujeito, mostrando os efeitos de sentidos que são dados como evidentes. Há nesse corpo, também, a presença significativa do silêncio.

Para Pêcheux (2014a, p. 83, grifos do autor) a língua serve para a comunicação e a *não comunicação*. Assim, se o que o sujeito diz tem significância, o que não se diz também, e muitas vezes, esse silêncio diz mais do que já foi dito, pois, na AD, pensando o sujeito e o sentido, o silêncio é simbólico e histórico.

Segundo Orlandi (2012, p. 127), é preciso introduzir a noção de silêncio para compreender bem como se constituem, como são formulados, e como circulam os sentidos. O silêncio significa (ORLANDI, 2015a, p. 81), é a própria condição de produção, é a constituição da linguagem, pois só há linguagem se o silêncio vier antes, ele é fundador, e assim,

isso tudo nos faz compreender que estar no sentido com palavras e estar no sentido em silêncio são modos absolutamente diferentes entre si. E isso faz parte da nossa forma de significar, de nos relacionarmos com o mundo, com as coisas e com as pessoas. (ORLANDI, 2007, p. 24)

O silenciamento, o não dito, significa no dito das palavras, assim, podemos considerar o não dito significando no dito pelo corpo, e, portanto, podemos dizer que o silêncio é resistência, uma vez que "rastros do silêncio nos mostram a resistência funcionando" (LAGAZZI; MEDEIROS, 2019, p. 85), assim como o discurso e o corpo.

É pelo silêncio, que não se diz para que se digam outras palavras, e é pelo silenciamento do corpo, este que está fragilizado e doente, que se diz outro corpo, este, por sua vez, com vitalidade e saúde. Esse silenciamento sobre o corpo censura sentidos outros, impedindo desses sentidos ecoarem na história. O corpo silenciado pelo o que não se pode dizer.

PARA SENTIDOS OUTROS...

Assim, os movimentos homossexuais opõem-se às ideologias das classes dominantes, em que os LGBT sustentam-se em discursos que vão contra os discursos da ideologia patriarcal e religiosa. Há, aqui, o movimento¹ de resistência da língua, a resistência da ideologia e a resistência do sujeito.

Os movimentos homossexuais, que lutam por direito e igualdades, entre outras causas, protestam contra o discurso patriarcal, religioso e opressor, a fim de desestruturar os efeitos de sentidos provenientes de uma formação discursiva opressora, que insiste e persiste na sociedade, para outra formação discursiva que o sujeito se identifica, rompendo, pelo equívoco e deslizamento de sentidos, com o estável.

É pelo funcionamento da linguagem, nos processos discursivos, que a resistência se faz presente, pois, o discurso funciona como objeto de materialização da ideologia na língua, e assim, materializa-se,

¹ Entende-se por movimento, o mover simbólico: "a resistência constitui o sujeito na sua possibilidade de se mover no simbólico" (LAGAZZI; MEDEIROS, 2019, p. 91).

também, a contradição ideológica, o equívoco, que resulta na incompletude do discurso.

Dessa forma, “é preciso ter bem presente que a incompletude é a própria condição de existência da linguagem e que, portanto, não se pode pretender dizer tudo” (FERREIRA, 1996, p. 43). Há, no entanto, que considerar que em todo dizer há presença da falta, sendo sujeito e discursos incompletos e sentido opaco.

Ao se inscrever na linguagem, o sujeito, que é ideologicamente interpelado, é elemento chave da resistência. O sujeito resiste a partir do equívoco da ideologia, uma vez marcada pela contradição e resiste na e pela língua, através da incompletude da linguagem. Portanto, o discurso das materialidades aqui analisadas, pelo processo discursivo, é responsável por produzir efeitos de sentidos que mostram os espaços do equívoco, da contradição.

Deste modo, “ser revolucionário, resistir, não se submeter à opressão está no DNA dos analistas de discurso da vertente pecheuxiana” (FERREIRA, 2019, p. 19), pois fazer Análise do Discurso e ser analista do discurso, principalmente no Brasil, é resistência.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Palmira Virginia Bahia Heine. *Mulheres em revista: a discursivização da mulher na revista Jornal das Moças da década de 1950*. São Paulo: Pedro e João Editores, 2020.
- DEVALLON, Jean. A Imagem, uma Arte de Memória. In: ACHARD, Pierre. (org.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 2015.
- FERREIRA, Maria C.L. O estatuto da equivocidade da língua. In: GUEDES & LIMA (orgs.). *Estudos da Linguagem*. Porto Alegre, CPG Letras/UFRGS. Col. Ensaio, 10, 1996, p. 39-50.
- FERREIRA, Maria C. L. O discurso do corpo. In: SANSEVERINO & MITTMANN (orgs.). *Trilhas de investigação: A pesquisa no I.L. em sua diversidade constitutiva*. Porto Alegre, Instituto de Letras/UFRGS, 2011, p. 89-102.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *O corpo como materialidade discursiva*. Vitória da Conquista: Redisco, 2013.
- FERREIRA, Maria C. L. O mal-estar do sujeito contemporâneo: político, cultura e arte. In: GRIGOLETTO, Evandra. DE NARDI, Fabiele Stockmans. SOBRINHO, Helson Flavio da Silva (orgs.). *Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 19-35.

- LAGAZZI, Suzy. MEDEIROS, Vanise. Resistência e Ética em tempos difíceis: a política no esquecimento em *Esse Viver Ninguém Me Tira*. In: In: GRIGOLETTO, Evandra. DE NARDI, Fabiele Stockmans. SOBRINHO, Helson Flavio da Silva (orgs.). *Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 77-92.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e Análise do Discurso*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: Formulação e Circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2012.
- ORLANDI, Eni P. Ler Michel Pêcheux Hoje. In: *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Pontes Editora: Campinas – SP, 2015.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2015a.
- ORLANDI, Eni P. Entrevista com Eni Orlandi: “Penso que toda história intelectual começa muito antes de começar”. In: OLIVEIRA, Guilherme Adorno. NOGUEIRA, Luciana (org). *Encontros na análise de discurso: efeitos de sentidos entre continentes*. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2019.
- PÊCHEUX, M. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Cadernos de Estudos Linguísticos, no. 19, Campinas, SP, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenzo Chacon J. Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise. HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Traduzido por Bethania S. Mariani [et al.], 5ª ed. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2014a.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre. (org.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Pontes Editora: Campinas – SP, 2015a.

PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi, Campinas, São Paulo: Pontes, 2015b.

POR UMA ESTÉTICA DO ESPAÇO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA DO NORDESTE BRASILEIRO

Livia Dias de Azevedo

INTRODUÇÃO

Ao longo deste artigo reconheceremos que a língua é um sistema com suas próprias ordens, e considerá-la discursivamente é inscrevê-la na história e na geografia, bem como nas redes ideológicas que as constituem. Não existe discurso sem ideologia porque não existe sujeito que não seja assujeitado ideologicamente. Essa, inclusive, é a noção primeira da definição de discurso: efeito de sentidos entre interlocutores ou, dito de outra forma, efeito de sentidos entre sujeitos em posições ideologicamente marcadas. Dessa definição, várias outras foram puxadas no fio do discurso aqui proposto, como formação discursiva e memória discursiva. O fio do discurso se desenrola e se associa a outros tantos fios a partir do que propomos considerar como novo mestre: a região Nordeste do Brasil e os sentidos que produzem sua estética.

O termo estética aqui se inspira em Marc Jimenez (1999, 2004) para o qual a estética também se funda no reconhecimento das identidades, particularismos e diferenças culturais. Entendemos que a estética possibilita formas de ver que regula pensamentos e comportamentos, por isso é experiência coletiva. Jimenez explica que, para além da questão artística, a estética é essencialmente política. Acreditamos que a estética nordestina marca semelhanças, cria homogeneizações artísticas, culturais, espaciais, mas, sobretudo, políticas e discursivas. A estética define regras que orientam pensamentos e comportamentos definidores de olhares, pensares, sentires. Mas, para além dessa estética homogeneizadora, é possível pensar em uma estética da resistência, da transformação e/ou da insurgência, da dissidência.

À vista disso, este artigo pretende refletir sobre a construção imagético-discursiva da região Nordeste, considerando seu processo histórico e geográfico na produção de discursos, sentidos e significados que se atualizam e se (re)produzem forjando modos de ver, ouvir, sentir e considerar o Nordeste. Para isso, utilizamos os aportes teóricos-metodológicos da Análise de Discurso franco-brasileira (AD), a partir dos postulados de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Jean Jacques Courtine. Durval Muniz Albuquerque Júnior e Iná de Castro foram importantes interlocutores na História e na Geografia, respectivamente.

Propomos uma reflexão que se localiza no entremeio entre a Geografia, História e a Análise do Discurso. Em trabalhos anteriores ligados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História e Geografia analisamos a performance do corpo nordestino, assim como a inscrição neste corpo de memórias, histórias e geografias. Neste artigo, lemos e analisamos diferentes materialidades como, por exemplo, recortes de jornais e mapas constituintes do *corpus* de análise em AD.

Para além desta introdução, o primeiro subitem discute a construção imagético-discursiva da região Nordeste, considerando as primeiras divisões territoriais, como a descrita na Bula papal *Inter Caetera*, as Capitânicas Hereditárias e as sesmarias e propõe que estas divisões produzem politicamente e discursivamente o recorte territorial Nordeste brasileiro. O segundo subitem reflete sobre as formas do discurso, considerando os dispositivos da AD franco brasileira, sobretudo nos constructos sobre Formação discursiva e Memória discursiva que, embora atravessem todo o artigo neste item, ganha forma e conteúdo, aprofundando a leitura ora provocada.

A CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA DA REGIÃO NORDESTE BRASILEIRA

A Região Nordeste do Brasil é um espaço de múltiplos olhares, discursos e imagens, que provocam uma série de sentimentos contraditórios: ora de solidariedade e comoção, ora de repulsão e animosidade. Quando se ouve, fala, cheira, pensa, sente e escreve sobre o Nordeste, se mobiliza uma série de imagens, músicas, literaturas e filmes que dão conta de inscrevê-lo discursivamente no imaginário social. Não há tempo para uma reflexão mais cuidadosa porque somos tomados de sentidos prontos. O Nordeste está saturado de sentidos estabelecidos, cristalizados e conformados.

O Nordeste como um espaço delimitado do ponto de vista físico, material, geográfico e discursivo é relativamente recente. A primeira regionalização do território brasileiro foi realizada no século XV a partir da Bula papal *Inter Caetera* que dividiu o “novo mundo” ou o “Mar Oceano” entre Portugal e Espanha, através de um meridiano situado a 370 léguas a oeste do arquipélago do Cabo Verde: o que estivesse a oeste do meridiano seria espanhol, e o que estivesse a leste, português. Esta bula tinha efeito de doação, concessão e dotação perpétua aos reis e seus herdeiros e sucessores para as terras conhecidas e desconhecidas (COUTO; D’OCA, 2013).

Albuquerque Júnior (2017) a respeito da construção de um campo discursivo, literário e figurativo do Norte no final do século XIX explica que:

Tanto no texto do romance, como no texto da carta que lhe serve de prefácio, Távora arrola algumas imagens, algumas figuras que (...) deveriam figurar como imagens e figuras icônicas, como uma espécie de balizas e marcos figurativos que serviriam para desenhar esse espaço literário específico e que deveriam, portanto, se fazer presentes nos textos que viessem a pretender ocupar esse espaço conceitual. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017, p. 229)

Havia, nesse sentido, um desejo em agregar um conjunto imagético-discursivo que orbitasse em torno da literatura que daria a ver o Norte brasileiro. Para que este campo literário ganhasse força, era necessário afinar o discurso desse/neste espaço-tempo Norte. Existia um projeto político compreendido, inicialmente por Franklin Távora, escritor cearense, para formulação, seleção e difusão de imagens e narrativas sobre o Ceará e o Norte.

De acordo com Albuquerque Júnior (2017), a literatura de Távora se encontra num lugar fronteiro entre o campo da memória, do testemunho e do documento. Essa literatura é interessante porque ganha respeito social e, na medida em que transforma os arquivos em registros, Távora afasta o caráter ficcional, fantasioso e imaginativo dos seus textos, ou seja, os tornam registros “reais” de uma realidade sofrida.

O mais conhecido romance de Távora, “O Cabeleira” foi adaptado para a linguagem fílmica por um dos maiores serviços de streaming por assinatura do mundo, a Netflix, em 2017, e está disponível em sua plataforma digital com o título de “O matador”. O filme, inclusive, reforça o sentido de violência, selvageria, agressividade e animalidade que os homens expostos ao sertão desenvolvem, ou são tão “naturais”, selvagens (não civilizados) que esses seriam impulsos próprios do homem nordestino, mais especificamente, do interior do Nordeste, afastado do litoral, no sertão profundo.

Essa discussão nos motiva a pensar que as histórias sobre o sertão nordestino, sobretudo as chamadas literaturas regionalistas e as literaturas da seca, ainda têm força na memória coletiva/social e no imaginário coletivo brasileiro e se atualizam como representantes de um recorte social historicamente, geograficamente e discursivamente (re)construído, (re)contado, (re)memorado e (re)experenciado.

Neste artigo, a memória é compreendida pelo ponto de vista discursivo e, nesse sentido, para Pêcheux (1999)

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos

transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

A memória discursiva se estabelece e se impõe pela sua ausência, ou seja, é o que já está lá, faz parte da nossa história, mas só a acessamos quando somos afetados por alguma necessidade. Ou, como esclarece Orlandi (1996, 2015), a memória discursiva é constituída pelo esquecimento. Portanto, a memória discursiva é também uma construção histórico-social. É justamente a memória discursiva que nos permite ler um acontecimento. Um geógrafo só consegue ler um fenômeno geográfico porque existe uma memória discursiva que permite a ele fazer as relações necessárias para a leitura do fenômeno. Para fazer uma leitura sobre o clima do Nordeste, por exemplo, é necessário acessar uma série de imagens, concepções, ideias, conceitos. Uma série de pré-construídos, de implícitos que constroem e organizam a nossa memória discursiva sobre este clima. Segundo Pêcheux (1999), memória discursiva é o já-dito que torna possível todo dizer. Há um significado anterior, que ampara e dá sentido aos fenômenos, acontecimentos, símbolos.

Do ponto de vista histórico, é apenas entre as décadas de 30 e 40 que aparece a palavra Nordeste, como parte da porção leste do Brasil. Nesse período há um amplo debate sobre a construção da nacionalidade, sobre uma memória patrimonial social. Nessa conjuntura política, cultural e econômica, têm-se dois processos que acontecem concomitantemente: junto à divisão física, material e espacial, é forjada também uma divisão ideológica dos espaços, em especial, o do Nordeste.

Ainda na década de 50-60 era comum, como foi identificado em levantamento realizado de jornais como O Estado de São Paulo - Estadão e a Folha do Estado de São Paulo, matérias como a seguinte:

Figura 02: Recorte do Jornal Folha de São Paulo, 19.03.1953



Fonte: Acervo do Jornal Folha de São Paulo (19.03.1953)

Na figura 02, do recorte de jornal da Folha de São Paulo de 1953, há uma matéria sobre a entrega de doação da Folha para a aquisição de

medicamentos e roupas para os flagelados do Nordeste. Esse sema, “flagelados”, circulou pelos jornais da época quando se referia à população da região Nordeste, associado a temas como desnutrição, fome, miséria, epidemias, doenças. Havia uma mobilização nacional para ajudar a população “flagelada nordestina”, embora o Nordeste como Nordeste tivesse pouco tempo de formação físico-espacial.

Nesse sentido, Regina Duarte, ao revisitar a obra “Nordeste” de 1937, de Gilberto Freyre, descreve que

A referência aos gregos não é certamente aleatória ou pouco importante nas páginas de Nordeste. É ao vigor da civilização helênica que Freyre compara a força da nordestina. Convida o leitor a levantar a vista dos pobres canaviais do Nordeste patriarcal para as oliveiras das terras onde se desenvolveu uma sociedade “também mórbida segundo os padrões de saúde social em vigor entre os modernos” e, entretanto, “estranhamente criadora de valores (...) muito mais criadora desses valores do que as civilizações mais saudáveis que ainda se utilizam da herança grega”. (DUARTE, 2004, p. 129-130)

Este recorte de texto mescla a fala da autora e a de Freyre. É possível perceber significações que estão presentes no discurso sobre o Nordeste, tais como a força nordestina, o patriarcado e o que nos interessa mais de perto, os padrões de saúde, como sociedade mórbida. A sociedade nordestina é mórbida. Esta palavra tem uma conotação bastante negativa, porque sugere doença, inércia, insalubridade, patologia, debilidade e uma espécie de doença crônica, duradoura. Freyre contrapõe a doença à criação de valores e associa a morbidade nordestina a uma sociedade não civilizada, contraditoriamente comparada à civilização helênica, reconhecida pela difusão da cultura grega pelo Mediterrâneo, parte da Europa, Ásia e Oriente. Nos recortes a seguir do jornal “O Estado de São Paulo” de 1958, palavras como assistência, ajuda, desespero, fome, inanição, miséria, epidemia e sobrevivência são destaques por informarem um conjunto de sentidos atribuídos e fixados sobre a região Nordeste.

Figura 03. Recortes do Jornal “O Estado de São Paulo” em 22.03.1958

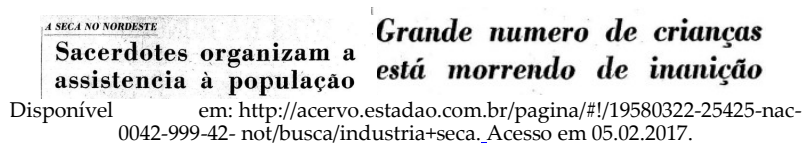


Figura 04: Recorte do Jornal “O Estado de São Paulo” em 13.05.1958



Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19580513-25467-nac-0001-999-1-not>>. Acesso em 05.02.2017.

Nesse outro recorte de jornal de 1958 (figura 04), observamos que era uma preocupação controlar as epidemias dos flagelados pela seca. Chama atenção o caráter de limpeza que é evocado, profilático. Epidemia, flagelado, seca e mal alimentados parecem identificar a região no cenário nacional. Corrobora a esta discussão a ampla pesquisa de Iná Elias de Castro (1991) sobre os discursos políticos de parlamentares nordestinos a respeito da seca no Nordeste. O trecho do discurso a seguir nos indica como as formulações a respeito do Nordeste são coincidentes e que a abrangência da circulação se dá por diferentes espaços e tempos:

O pronunciamento do Deputado Furtado Leite do Ceará é ilustrativo. Ele denunciou: "estado de calamidade pública no interior do Ceará onde multidões (...) estão invadindo cidades; trens são assaltados por flagelados (...). como consequência da estiagem. (...) os agricultores lamentam a destruição parcial de suas lavouras e há ainda o perigo iminente do extermínio total do gado daquela Região se não ocorrerem chuvas o quanto antes". (CASTRO, 1991, p. 67)

Calamidade, multidão, invasão, flagelado e lamento são significantes que reiteradamente estão colados a esta região e evocam efeitos de sentidos tanto por nordestinos quanto por não nordestinos. Mas essa imagem, como nos conta Albuquerque Júnior (2017), é muito anterior à década de 50-60 e remonta a meados do século XVIII.

O referido autor, a respeito da narrativa de Rodolfo Teófilo, escritor de “A fome”, explica que “Entre 1878-1879, Rodolfo Teófilo assistira impotente atrás do balcão de sua farmácia a verdadeira hecatombe provocada pela varíola, que descreve em traços bastante fortes” (Neto, 1999). Teófilo “o farmacêutico que, à revelia da ajuda dos poderes públicos, da desconfiança e perseguição dos poderosos da província, se dedicaria, no início da República, após a publicação de seu romance, em 1890, à vacinação da população de retirantes acometidos pela epidemia de varíola na seca de 1902” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017, p. 245). Já que a vacinação poderia controlar a epidemia e

imunizar os ainda sadios, duas questões se destacam: Por que o poder público não apoiava a vacinação dos retirantes? E por que os poderosos o perseguiram por isso?

Dessa forma, se “inicia” um processo de construção da imagem e memória da região Nordeste de quando o Nordeste sequer existia como Nordeste, mais ainda fragmentado entre o Norte e o Oriental. O Nordeste “nasce” e se organiza já inserido numa ordem imagético-discursiva que impõe a ele um sentido ideológico-político-social.

AS FORMAS DO DISCURSO

Os processos de migração nordestina são apresentados por uma série de filmes, mapas, narrativas de viagem, fotografias que compõem o imaginário social desses deslocamentos. O livro “Morte e vida Severina”, do escritor pernambucano João Cabral de Melo Neto de 1956, posteriormente adaptado para o teatro (1965), e depois para outras linguagens como cinema (1977), série de tevê (1981), desenho animado (2009) e, com certa frequência, está nas listas de obras literárias que os estudantes precisam ler para prestar os exames vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio, é um clássico nacional das questões concernentes ao clima, a terra, a política e a migração nordestina.

Entre 1908 a 1970 houve muitas mudanças no desenho da regionalização brasileira, optamos por destacar as temporalidades descritas acima como estratégia para nos ajudar a pensar a construção histórico-imagético-discursiva do Nordeste enquanto região. Esse processo envolveu tão logo a constituição e emergência das outras quatro (Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) regiões que formam o território brasileiro. É um processo que se realiza ao longo de um espaço-tempo da Geografia e História do Brasil. É importante pontuar que várias propostas alternativas às regionalizações oficiais do IBGE foram dispostas e discutidas por autores e pesquisadores brasileiros. Já em 1980, Goiás ainda não havia sido dividido, o que só aconteceu em 1988, com a criação do Estado do Tocantins, sendo incorporado à região Norte.

Palavras como “combate” e “ações contra a seca”, fazem parte de um conjunto de significação que se associa a nomeação Nordeste. A seca e os fenômenos naturais, via de regra, são vistos como inimigos, como alguma “coisa” que precisa ser combatida. Mas não há guerra, porque a natureza tem sua dinâmica própria que independe do ser humano. A seca como fenômeno climático natural é recorrente pelo próprio ciclo da natureza, dessa forma, não haveria combate, mas ações de convivência, de adaptação, de melhoramento científico e tecnológico.

A questão da migração nordestina é muito forte nos livros didáticos, nos programas de tevê e nas músicas, mas se esquece e se silencia que os fluxos migratórios no Brasil acontecem em diversas direções e não somente do Nordeste para o Sudeste. O contrário também acontece, assim como do Sul para o Nordeste, como as migrações para o Oeste da Bahia para o trabalho com a plantação da soja, na década de 1980. Esta década foi especialmente importante nas mudanças dos movimentos migratórios no Brasil, seja pela expansão ou consolidação da indústria em outros Estados e regiões, seja pela abertura de novas fronteiras agrícolas.

Quanto ao Nordeste, parece que há uma seleção de alguns elementos da sua organização social para construir uma imagem da região. Observamos em diversas materialidades como matérias de jornais, como as quais já mencionamos, recortes de livros didáticos e questões de exames vestibulares que a unidade de significação “bolsão de pobreza” está fortemente atrelada ao Nordeste. A palavra “bolsão”, também dá relevo e contorno à pobreza no Brasil. E o Nordeste se sobressai como um espaço recortado pela pobreza, sendo esta inclusive, a causa da migração. Outras palavras que circularam com bastante frequência nas décadas de 1980 e 1990 destacam a pobreza, a subnutrição e o analfabetismo naquela região.

Para nos ajudar a compreender esse funcionamento discursivo trazemos à discussão Pêcheux, Haroche, Henry (2011) para quem a formação discursiva pode ser compreendida da seguinte forma:

o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra. (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2011, p. 27-28)

Isso quer dizer, em linhas gerais, que não é a palavra em si que é regularmente utilizada pelos jornais, livros de literatura, discursos políticos, livros didáticos e questões de vestibulares que define em qual formação discursiva operam, mas o sentido utilizado, o sentido inferido e a memória discursiva que sustenta esse dizer. Porque a pobreza em outra formação discursiva pode ser utilizada justamente para criticar esse discurso hegemônico instituído. Inclusive, operando noutra formação discursiva, a pobreza poderia ser questionada para identificar uma região tão extensa e complexa. Ou seja, as formações discursivas jogam com a linguagem, e partir de seu uso, ancoram-se em sentidos, os quais estão colados a uma memória discursiva, que neste

caso também é hegemônica. Diante disso, Pêcheux (2014) também nos ajuda e esclarece que é

próprio de toda formação discursiva dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (2014, p. 150)

Desse modo, a formação discursiva dissimula a transparência do sentido e o discurso imprime uma identidade ao Nordeste. É como se as materialidades (livros, revistas, matérias de jornais impressos e de tevê) nos dissessem: é obvio, é claro e é evidente que o Nordeste é uma região pobre, subdesenvolvida e dependente economicamente, politicamente, culturalmente e tecnologicamente. Há aí a operação de três funcionamentos diferentes, mas combinados entre si, a formação discursiva, a formação ideológica e a memória discursiva que dissimulam padrões de transparência dos sentidos. Ou ainda como encontramos em algumas fontes: o Nordeste é o que é. É o que sempre foi.

Essas divisões do território brasileiro não acontecem apenas para fins teóricos, metodológicos, administrativos e institucionais. São muito mais políticas que físicas e culturais, por exemplo. Nesse jogo de poder, que inclui a História e a Geografia, era preciso unir o país, a partir de sua fragmentação, sob a ideia de unidades regionais. Nesse jogo são forjados discursos sobre as regiões e o Brasil. Regionalizar é construir, sob o fundamento teórico, imagético e discursivo, uma região.

Nesse sentido, Albuquerque Júnior (2011, p. 25), analisa a região da seguinte forma:

Ela nos põe diante de uma política de saber, de um recorte espacial das relações de poder. Pode-se dizer que ela é um ponto de concentração de relações que procuram traçar uma linha divisória entre elas e o vasto campo do diagrama de forças operantes num dado espaço. Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência. A região é produto de uma batalha, é uma segmentação

surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço.

É preciso considerar que a região não é definida naturalmente, ou seja, que o espaço já estaria, a priori, dividido pela natureza. Ao contrário, a região é uma produção social diretamente associada às relações de poder, políticas e ideológicas.

Pêcheux (2010) nos ajuda a entender que para além da administração do saber e do poder há “a divisão social do trabalho de leitura” que institui divisões na sociedade de quem está autorizado a ler e qual tipo de leitura. Dentro de uma sociedade dividida em classes, ler e interpretar também é poder e aquele que pode interpretar administra também o saber e o poder dizer:

não é um simples acidente: [...] recobre (mascarando essa leitura de arquivo) uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações” [...]. (PÊCHEUX, [1994] 2010, p. 52, grifos do autor)

Dessa forma, existe uma hierarquia do trabalho de leitura, na qual a alguns é permitido o gesto de interpretação e a outros se reserva o lugar da repetição, de um gesto de leitura quase mecânico. Nesse jogo, há uma forma de ler o Nordeste e os nordestinos, como há também uma forma de ler a natureza e os sujeitos a ela ligados.

Os discursos relacionados à natureza no Brasil sempre foram sensíveis. Desde 1500 a natureza e os sujeitos vinculados a ela foram destaque para pensar estratégias de controle, poder, gestão e organização do espaço. Albuquerque Júnior (2011, p. 53) pondera que “no Brasil, a guerra vai contribuir para a ruína progressiva da sensibilidade da *belle époque*, que olhava para o espaço brasileiro como natureza e tropicalidade exótica e que colocava o meio ao lado da raça, como fatores determinantes para o atraso da sociedade e da cultura brasileira” Embora, o autor se remeta ao Brasil de modo geral, é possível pensar, de forma particular, que tradicionalmente o Nordeste do Brasil tem sido entendido nessa articulação natureza, homem e atraso. É como se a natureza fosse a responsável pelo atraso e a falta de civilidade da região. Aí se tem um apagamento de dispositivos que são essenciais para pensar o Nordeste, a política, a História, a Geografia e o poder.

Ainda de acordo com Duarte (2004) e Albuquerque Júnior (2011) os fenômenos naturais, ou a própria natureza, mantém uma relação de

constituição do sujeito nordestino, cabendo a estes sucessivos períodos de adaptação, porque dela depende a vida. A vida do homem nordestino é determinada pela natureza, pelos ciclos naturais, é como se fosse seu próprio ciclo. O homem é quase objetificado na sua relação com a natureza, que daí resultaria, inclusive, seu estado de incivilizado. Parece romântico, poético, bucólico, mas a questão é: quais as implicações políticas, sociais, culturais e econômicas que estão presentes nessa imagem do sujeito nordestino? Afinal, “o nordestino, é antes de tudo, um forte”! Os sentidos que cabem em “forte” são muitos: povo sofrido, mas que transforma a dor em esperança, a fome em força, a tristeza em esperança, a desilusão em resiliência, o sofrimento em fé.

A nomenclatura “Nordeste” produz diferentes efeitos de sentidos, que são definidos pelo contexto que é informado, e significa de diferentes formas de acordo ao seu uso, ao suporte utilizado e por onde circula.

A construção do Nordeste, seja física, espacial, imaginária, discursiva e imagética, parece que sempre esteve associada ao clima e seus fenômenos correlatos: a estiagem, a seca, as altas temperaturas, a vegetação de caatinga. O clima é tomado como causa fundante, primeira e última do flagelo, da falta, do atraso, é ele quem maltrata o corpo que o faz definir, sofrer, secar. O corpo seca, tão qual a terra. É a natureza a causadora de tudo isso, e o clima o seu instrumento, quanto a um e outro não há como recorrer.

Por outro lado, o Nordeste também é conhecido pela sua natureza abundante e bela, pelas praias de águas mornas e cristalinas de areia branca e fina, que compõem um cenário de paraíso tropical. Aí o sol, as altas temperaturas não maltratam o corpo, pelo contrário, dão cor, vitalidade, saúde, traz bem-estar, os rostos são felizes, vivos e belos. A vegetação exuberante, verde, serve de pausa, de pouso. Nesse Nordeste a natureza é generosa, dadivosa, sensível, abundante, bondosa, farta, fértil. O Nordeste do turismo é o da mercadoria, da geração de emprego e renda, é vendável; o outro da seca é o gasto, do prejuízo. O clima é saudado, reverenciado, sagrado, nada se aproxima da feiura é só beleza e paz. O espaço mais uma vez se divide, agora entre o sertão e o litoral. São outros Nordestes, outros efeitos de sentido.

Os jornais, a literatura, as telenovelas, o cinema, a fotografia, as figuras, o fotojornalismo, o telejornalismo, a tevê, a *internet*, os livros didáticos ajudam a forjar um imaginário social do Brasil e do Nordeste que vão fazer parte do pensamento nacional. Esses veículos têm grande representatividade no cenário nacional. Existem duas imagens de Nordeste, que embora contraditórias, não são excludentes. Esses Nordestes marcam uma diferença social, política, econômica, imagética, histórica, cultural e espacial entre o sertão e o

litoral, ambos fortemente marcados pelo clima e seus fenômenos correlatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Nordeste se constitui e se apresenta como um lugar complexo de reflexão. Como produção discursiva é profundamente contraditória, sendo, inclusive, constituída discursivamente mesmo antes da sua existência físico-material-espacial. Nas ciências humanas e sociais há uma produção muito significativa sobre esta região; na literatura não é diferente, portanto, podemos dizer que existe uma construção imagético- discursiva consistente e potente sobre esta região brasileira. Essa construção circula por diversos meios e espaços-tempo.

Pudemos refletir ao longo deste artigo que a inscrição da região Nordeste e seu clima como acontecimento discursivo instauram uma série de discursividades que produzem efeitos de sentidos que o localizam num pretense lugar de inferioridade em relação ao Brasil. Consideramos estar claro que existe um sentido dominante, hegemônico, legitimado pelos discursos jornalístico, midiático, científico, político que produz um apagamento da construção da história e da geografia do Nordeste, seja como região física/natural, seja como processo imagético-discursivo implicado pela ideologia. Esse apagamento produz uma série de outros apagamentos e silenciamentos que produzem um sentido de que a região Nordeste “sempre foi assim”, “é o que é”: improdutiva, árida, carente, doente, pobre. Nesta formação discursiva se apaga os três séculos de franca produção, pujança, riqueza, modernização e geração de divisas para o país, ainda que ancorado em um processo colonizador-escravocrata.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e início do século XX. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 225-251, jan/abr 2017.
- CASTRO, Iná Elias. *Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste*. In: Rozendahl, Corrêa, R. L.. (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 103-133.
- CASTRO, Iná Elias. *Imaginário político e realidade econômica*. O marketing da seca nordestina. *Nova Economia (UFMG)*, Belo Horizonte, v. 2, p. 53-75, 1991.

- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.
- COUTO, Mateus de Oliveira; D'OCA, Fernando Rodrigues Montes. Francisco de Vitória: Negócios Ibéricos, Poder papal e Direitos dos índios americanos. In: *Seara Filosófica*. Pelotas, n^o 6, Inverno, 2013, pp.85-105.
- DUARTE, Regina Horta. "Com açúcar, com afeto": impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, n^o 19, pp. 125-147.
- HAROCHE, C. PÊCHEUX, M. HENRY, P. A Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise de Discurso: Apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. 2ed. revisada e ampliada. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. 292p.
- JIMENEZ, Marc. *A estética como resistência*. MÉTIS: história & cultura – v. 3, n. 6, p. 11- 16, jul./dez. 2004.
- JIMENEZ, Marc. *O que é estética?* São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1999.
- ORLANDI, Eni. P. *Discurso e Leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Pontes Editores, Campinas, São Paulo, 2015.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Trad. Bethania S. Mariani. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

SUJEITO E POSIÇÃO SOCIAL: ENTRE O QUE PODE E O QUE NÃO PODE SER DITO

Marcos Antônio da Silva

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando a importância que os conceitos de sujeito e formação discursiva (FD) desempenham no interior do campo teórico denominado de Análise do Discurso (AD), campo este que percebe que os discursos não são produzidos no vazio, mas estão situados historicamente, e que esses discursos são apresentados por sujeitos que ocupam uma determinada posição social, este trabalho tem sua importância à medida que pretende contribuir com os outros diversos estudos existentes que abordam a temática dos conceitos inerentes à AD, nos gêneros textuais os mais diversos.

Assim, este artigo intenta apresentar alguns comentários acerca dos conceitos de sujeito e formação discursiva, bem como fazer uma análise - com base nesses conceitos, e outros pertencentes ao campo da AD - da posição do sujeito, enquanto sujeitos sociais, a partir dos discursos produzidos por esses sujeitos.

Os enunciados aqui analisados foram coletados em jornais impressos e em sites/blogs da internet, conforme indicação abaixo de cada texto. Foram analisados três enunciados produzidos em momentos distintos da nossa História, sendo duas charges que dialogam com enunciados anteriormente apresentados. O primeiro enunciado diz respeito ao caso do *forró de plástico*, enunciado proferido pelo Secretário de Cultura do Estado da Paraíba, Chico César; o segundo, pronunciado pela Ministra Marta Suplicy, faz referência ao *relaxa e goza* e o terceiro, *Ou o Brasil acaba com os Sem-Terras ou os Sem-Terras acabam com o Brasil*, que foi pronunciado pelo promotor de justiça Tarcisio Leite Matos.

Antes, é preciso tecer algumas considerações a respeito do marco teórico, isto é, situar teoricamente os conceitos analisados por nós, a partir de uma rápida exposição sobre a fundação e percurso da AD.

SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO: ALGUMAS PALAVRAS

A Análise do Discurso de linha Francesa, doravante AD, tem como fundador o teórico Michel Pêcheux. Na verdade, de fato, a AD tem uma dupla fundação: Pêcheux e Dubois. O ano é 1969.

O projeto da AD nasce em um contexto em que há um grande interesse pelas teses marxistas e do momento de crise na Linguística,

pois essa estava ocupando um espaço de uma ciência piloto, alcançado por Saussure (1916).

Como todo campo de saber precisa de revisões, com a AD não seria diferente. Assim, o campo teórico passa por algumas épocas, ao todo três. Inicialmente, o objeto da AD era o discurso político, daí a denominação Análise do Discurso. Esse fato se deve à questão de Pêcheux (1969) ter pensando o discurso como algo homogêneo, sendo possível de ser analisado por meio de uma máquina discursiva. Isso significa dizer que, nessa primeira época, o objeto da AD eram os discursos “estabilizados”, institucionais.

Em um segundo momento, ou seja, no início da segunda época, a noção de máquina discursiva começa a explodir. O autor toma emprestado de Foucault o conceito de formação discursiva e reestrutura a concepção de seu objeto de estudo. Uma formação discursiva é definida por Foucault (1986, p. 136) como um “[...] conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

Pode-se, então, perceber que uma formação discursiva é quem determina o que pode e o que deve ser dito, por um sujeito social, a partir da posição social que ele ocupa. Ou seja, nossos dizeres não são livres, nem nós o somos para dizer tudo o que queremos dizer em qualquer lugar e a qualquer hora.

Ainda na segunda época, mas já com a máquina discursiva desconstruída, ao projeto da AD é inserida a noção de interdiscurso. Pêcheux (1983) percebe, então, que os discursos que perpassam uma FD não são independentes, mas que se formam se relacionando uma com as outras, ou seja, há uma regularidade entre os discursos. Assim, serão essas relações entre os discursos que irão dar base às FDs.

A noção de interdiscurso está relacionada com a “exterioridade” determinante da construção do discurso e dos sentidos e, como afirma Pêcheux (1990, p. 314), “[...] é introduzida para designar “[...] o exterior específico” de uma FD [...]”. Logo, é possível entender que uma FD não deve ser entendida como um lugar fechado ou “definitivamente estabilizada”, nas palavras de Gregolin (2006), mas como um lugar que é atravessado por outras FDs, conforme Foucault (1986), daí ser possível pensar na questão da “dispersão” nas FDs.

Sobre o interdiscurso, Pêcheux (2009, p. 154) afirma que:

o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em cena em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. (Grifos do autor)

Com base nas palavras de Pêcheux, observamos que há uma relação direta entre os múltiplos discursos que sustentam uma formação discursiva, e esses vários discursos podem pertencer a outras FDs e, para além disso, que os sujeitos, responsáveis pela produção dos discursos, estão assujeitados às formações discursivas.

Vale ressaltar aqui que, no final da primeira fase, Pêcheux, percebendo, pois, que os discursos não eram homogêneos, o que ocasionou a quebra definitiva da máquina discursiva, amplia o objeto de análise da AD. Passam a lhe interessar não apenas o discurso político, mas também os discursos “ordinários das massas, especialmente (aqueles produzidos) em período de crise [...] as escutas das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido”, Pêcheux (1990, p. 48).

Quanto à terceira época, o que marca essa fase é a abertura de horizontes teóricos. Pode-se dizer, ainda, que essa terceira época é o momento de encontro de Pêcheux e grandes nomes como Foucault e Bakhtin. Àquele, Pêcheux chega por intermédio de Jean Jacques Courtine e a este último por meio de releituras outras. Outro encontro relevante é o de Pêcheux com alguns escritores da Nova História como, Le Goff e Michel de Certeau.

Nessa fase da AD, Pêcheux, por meio de Jacqueline Authier-Revuz, aproxima-se das ideias bakhtinianas através da noção de heterogeneidade discursiva. Como o próprio Pêcheux (1990, p. 315) apresenta como alguns fragmentos das novas construções desse campo, a AD, o “[...] primado teórico do *outro* sobre o *mesmo*” revela-se já como uma influência da noção de heterogeneidade discursiva. Assim, a noção de discurso, como aponta Baracuhy (2008b, p. 4) é “[...] pensado sob o signo da heterogeneidade”, o que nos faz pensar na inexistência de um discurso puro e original, visto que ele é sempre atravessado por outro/s discurso/s.

Ainda nessa terceira época há a revisão/retificação e ampliação da noção de formação discursiva e esta passa a ser vista não como um lugar fechado, mas como um espaço no qual outros discursos, vindos outras diversas formações, se encontram e se repetem. Observamos, então, nessa noção, a influência do outro sobre ele.

Outros conceitos como polifonia e dialogismo, inicialmente apresentados por Bakhtin, por exemplo, terão importância para essa fase da AD. No entanto, não abordaremos tais questões, até mesmo por sua complexidade e disponibilidade de uma discussão mais ampla.

Conforme pontua Gregolin (2006, p. 60), “[...] os embates, as reconstruções, as retificações operadas na constituição do campo teórico da análise do discurso francesa [...]” revelam uma evolução teórica ao longo da composição da AD e, para além disso, é preciso salientar que esse movimento é completamente compreensível e justificável, pois o campo do saber que é a AD se interessa pelo

discurso, e este, por sua vez, está relacionado ao sujeito, à História e à língua, fatores esses que não são estanques.

Destacamos ainda, mesmo sabendo que não é nosso objetivo realizar um estudo intenso das questões concernentes à construção da AD, que esse campo teórico foi idealizado com base, também, em relações com diferentes áreas dos estudos sociais. Há, dessa forma, influências de Marx, (relido por Althusser), Freud (relido por Lacan) e Saussure, relido pelo próprio Pêcheux. Isso demonstra que o campo da AD é extremamente vasto, rico e complexo.

ACERCA DAS NOÇÕES DE SUJEITO E FORMAÇÃO DISCURSIVA

A noção de sujeito, central para/na AD, sofre algumas mudanças ao longo das três épocas apresentadas por Pêcheux (1990).

Inicialmente, o sujeito é visto como duplamente assujeitado/determinado. Para Pêcheux (2009, p. 123), esse duplo assujeitamento funciona por meio do inconsciente (no sentido lacaniano) e pela ideologia (no sentido empregado por Althusser).

Ainda sobre essa questão do sujeito, Pêcheux (2009, p. 123) trata da “[...] ilusão de autonomia constitutiva do sujeito”. Consoante ainda esse autor, há duas ilusões relacionadas ao sujeito: a ilusão de ser livre e a de ser origem do seu discurso, quando, na verdade, o que há é uma aparente unicidade do discurso apresentado pelo sujeito (ou pela FD), já que o sujeito fala de um lugar social; e uma ilusão de que aquilo que é dito pelo sujeito é transparente. Mas, na verdade, o sujeito só se constitui com/pelo outro e, para além disso, seu discurso está no nível dos já-ditos.

Sobre essa ilusão de ser livre e dono do que diz, Pêcheux (1990, p. 311) chega inclusive a afirmar que “[...] os sujeitos acreditam que “utilizam” seus discursos quando na verdade são seus servos assujeitados, seus suportes”. Esse sujeito assujeitado será percebido por Pêcheux como “forma-sujeito”.

No tocante à relação do sujeito e a formação discursiva, Pêcheux (2009, p. 163) assevera que “[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. A formação discursiva deixa de ser um lugar fechado, como já visto anteriormente, para se configurar como o espaço no qual os discursos oriundos de diversas outras formações se relacionam.

Com a identificação e a inserção das ideias sobre heterogeneidade, a questão da descentralização do sujeito será solidificada. Assim, uma vez que é considerado como um indivíduo disperso, o sujeito passa a ser visto como aquele que pode desempenhar diversos papéis (cantor, professor, pai, artista plástico, político etc.), e, além disso, o fato de ser disperso está relacionado à questão de, ainda,

ser incompleto, completando-se, assim, com a voz do outro. Logo, seu discurso é heterogêneo. No entanto, ainda que seja disperso e se complete a partir do outro, e exerça diferentes papéis sociais, daí a expressão sujeito social, ou posição sujeito, esse sujeito não é totalmente livre, já que ele é regulado pela FD que determina aquilo que pode e deve ser dito.

Sobre a questão da heterogeneidade do sujeito, conforme Authier Revuz (1982), Pêcheux percebe, então, que se o discurso, como já fora entendido anteriormente, é heterogêneo e esse discurso é produzido por um sujeito, logo esse sujeito também seria heterogêneo.

Após essas breves considerações sobre as noções de formação discursiva e sujeito, partamos, pois, para as nossas análises.

NOSSAS ANÁLISES: UM OLHAR SOBRE TRÊS CASOS

Nossas análises estão divididas em três pontos, pois serão vistos três enunciados diferentes. O *corpus* aqui observado foi recolhido em meios diferentes e serão mais bem detalhados, metodologicamente falando, ao longo da cada análise. Sobre a questão da análise aqui empreendida, destacamos que se trata de um texto analítico-descritivo, sem qualquer pretensão de quantificar dados, mas tão somente de observar a materialidade dos discursos aqui apresentados e suas repercussões.

a) O caso do forró de plástico

No dia 12 de abril de 2011, durante uma entrevista em uma emissora de TV de João Pessoa, quando indagado sobre a programação cultural dos festejos juninos na capital paraibana, o Secretário de Cultura do Estado, durante esse período, Chico César, respondeu que o Governo não iria patrocinar forró de plástico para a diversão do povo.

A justificativa do Secretário para tal decisão estaria no fato de que a prefeitura estaria buscando propor políticas que valorizassem a cultura local/regional e que fossem características das terras paraibanas. De acordo com o Secretário em questão, as bandas estilizadas “de plástico” e sertanejas não estariam nos planos de contratação da prefeitura para já referidos festejos juninos.

Claro que coube à mídia dar um maior destaque apenas ao forró de plástico, porque talvez a justificativa não fosse tão interessante de ser divulgada. As opiniões foram as mais diversas, alguns críticos se declararam contra e outros a favor do Secretário/cantor.

O jornal do dia 24 de abril do mesmo ano publicou dois posicionamentos de leitores sobre a polêmica do forró de plástico.

Vejamos apenas um que nos chamou a atenção sobre um aspecto que, embora não venha a ser tratado aqui, nos pareceu muito pertinente em ser comentado:

O que é banda de forró de plástico? Não se trata de uma classificação pejorativa? Pode o governo decidir o que a população vai assistir na festa, já que se trata de um investimento do Estado? E como fica o gosto popular? (Blog *Mente Aberta*, da revista *Época*) (Correio da Paraíba, Caderno 2, C1, abril de 2011)

O que podemos inferir com base na leitura do excerto acima é que nos parece que estamos frente a uma questão de sociedade disciplinar, apontada por Foucault (2010), na qual o estado vigia, controla e decide o que o conjunto de indivíduos deve consumir.

Mas, voltando ao nosso ponto focal, a posição do sujeito e o que pode e deve ser dito por esse sujeito, partamos, pois, para uma análise do discurso produzido pelo Secretário na tentativa de explicar o porquê desse discurso ter causado tanta polêmica e até ter reverberado em outras materialidades linguísticas, como textos de opinião (que não veremos aqui) e a charge, objeto do próximo ponto da análise.

Como visto anteriormente na seção teórica, o sujeito, segundo apontamentos de Pêcheux, é um ser disperso, incompleto, clivado e interpelado pelo inconsciente e pela ideologia. Por ser inconsciente, o sujeito, que ocupa a posição social de Secretário, é ao mesmo tempo disperso, uma vez que ocupa vários papéis na sociedade, a saber: é cantor, compositor, poeta, secretário de cultura/político e, em algum momento, confunde o lugar social de onde fala. Ou seja, é atravessado por esses diversos papéis que assume.

O que observamos no caso do *forró de plástico* é que o Secretário de Cultura do Estado, enquanto sujeito que ocupa uma posição reconhecida pela/na sociedade, “não poderia” dizer o que disse. Isto é, considerando a formação discursiva na qual estava inserido o Secretário não poderia ter dito o que disse, isso enquanto sujeito social na função de representante do Governo. Daí o motivo de todo estardalhaço que seu enunciado causou.

Enquanto representante oficial do Governo, o posicionamento do Secretário apresenta-se, de certa forma, preconceituoso, pois, como se sabe, esse órgão deve atuar de forma laica, porque é assim que o Estado, na figura do Secretário, deve se apresentar frente ao seu povo. Portanto, não caberia ao Secretário de Cultura determinar o estilo musical que a população deveria ouvir nas festas públicas destinadas às pessoas, ainda que tais eventos fossem organizados pelo Estado.

No entanto, enquanto cantor, compositor, pai, poeta ou outros papéis sociais que o Secretário viesse ocupar, seu discurso talvez não tivesse tanta repercussão, uma vez que é possível afirmar que entre

alguns artistas ditos da MPB há uma grande recusa em relação às bandas de forró, sobretudo aquelas que se utilizam de letra de duplo sentido, ou até mesmo com palavras de baixo calão. Logo, pensando dessa forma, e sabendo que o Secretário, enquanto cantor, está inserido nesse grupo de artistas mais intelectuais, há a explicação para a preocupação de uma preservação cultural. Assim, percebemos que essas questões só ratificam a ideia do sujeito disperso e inconsciente.

Vejamos outro discurso, agora no gênero charge, produzido a partir daquele proferido pelo Secretário, à época:



Fonte: Disponível em: <http://www.chargesnarua.com>. Acesso em abril de 2021.

O texto apresenta o Secretário sentado e sendo atingido por alguns instrumentos musicais, jogados (nele) por sua Man-Man África. Lembrando que o escrito no chapéu da mulher (simbolicamente, mãe do Secretário) faz alusão ao título de uma música escrita pelo Secretário/compositor.

A charge joga com as expressões *forró de plástico* e *reciclar*. Há aí jogo entre o linguístico e o visual, entre o que é dito e os não-ditos. Sendo, pois, o *plástico*, objeto/produto/material que pode ser reciclado, assim como os instrumentos atirados ao Secretário, já que se encontram quebrados, conforme uma possível leitura da charge – lembrando que leitura aqui é entendida enquanto produção de sentidos – é hora/momento de reciclar aquilo que fora dito pelo Secretário. Ou seja, a charge dialoga justamente com o que está presente na estrutura do texto e o que precisa ser ativado pela memória do leitor.

A expressão *Agora é melhor reciclar* remete a duas posições/tomadas de atitude por parte do Secretário: retificar aquilo que ele disse à sociedade e/ou reciclar os instrumentos quebrados, e instrumentos aqui podem ser percebidos como a relação que liga Cantor/Público e Secretário/Sociedade.

Talvez com uma leitura um pouco “forçosa” (mas por que não possível?), a *Man-Man África* esteja representando uma formação

Outro ponto que pode ser observado, agora no tocante ao plano linguístico, é no enunciado “Atenção passageiros: voo 269 atrasado”, presente na charge. É importante destacar que o numeral 269 está em negrito, e isso significa que este numeral deve receber mais destaque por parte do leitor. Os dois últimos números, ou seja, 69, remetem, por sua vez, também ao universo sexual, a uma posição sexual, daí o destaque em negrito. Observa-se que em momento algum o enunciado “relaxa e goza” se faz presente na estrutura do texto, no entanto, diante da historicidade do enunciado, o acontecimento histórico, ou seja, quando da leitura desse texto, é preciso por parte do leitor uma busca na memória social, pois apenas com base no que está presente no texto/charge não seria possível buscar sentidos, pois conforme postula Pêcheux (1990), discurso é estrutura e acontecimento. Este é da ordem da história e aquela da ordem linguística. O sentido do texto, ou os efeitos de sentidos, é visto/percebido aqui conforme postulações de Pêcheux (2009, p. 146), quando afirma que:

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (Grifos do autor)

Assim, os sentidos ou efeitos de sentidos são produzidos nas relações entre os diversos discursos e as posições ideológicas postas em cena. Isso significa dizer que não basta a estrutura linguística para a produção de sentidos e que os sentidos são, por sua vez, opacos.

Além disso, vale ressaltar que há uma memória social que ativa/possibilita o conhecimento de que Marta Suplicy, ministra do Turismo à época, é ainda sexóloga, ou seja, ocupa também essa posição sujeito. Esse fato nos leva a fazer essas possíveis associações das cores, forma de sentar, número 269 e a todo um campo que diz respeito à sexualidade.

Ressaltamos, aqui, que o objetivo em trazer esse enunciado da ministra Marta Suplicy está ancorado na intenção de mostrar que ela, enquanto sujeito que ocupava à época, as posições sociais de ministra e sexóloga, poderia dizer o que disse, mas o que ocorreu, de fato, e o que fez com que toda uma cadeia de charges e textos sobre esse acontecimento circulasse, foi o fato da mídia, grande detentora do poder de persuasão, ter feito com que circulasse apenas esse recorte do enunciado total produzido pela ministra.

Mas esse enunciado da Ministra mostra, assim como aquele produzido pelo Secretário de Cultura do Estado, que o sujeito não é dono do que diz, que o seu discurso é atravessado por outros discursos

pertencentes a outras formações discursivas. Como vimos, o discurso político da Ministra é atravessado pelo discurso da sexóloga (discurso sexual), e o do Secretário, pelo discurso musical, por um ponto de vista individual de compositor.

c) O caso dos Sem-Terras

“Ou o Brasil acaba com os Sem-Terras ou os Sem-Terras acabam com o Brasil!”.
--

Esse terceiro caso foi produzido por um promotor de justiça e representante do Ministério Público/RD, em 26 de agosto de 2001. Mais uma vez ele vem para ratificar o que vimos falando ao longo deste breve artigo sobre a questão da dispersão do sujeito, dada sua posição social, conseqüentemente a/s formação/ções discursivas que lhe determinam.

O que observamos no discurso do promotor Tarcísio Leite Matos é que, enquanto promotor de justiça, seu discurso não revela essa posição. Embora seja, talvez, um senso comum entre os brasileiros o fato de que os sem-terras possam acabar com o Brasil, em um sentido figurado, quando o que eles acabam mesmo é com algumas propriedades rurais, o promotor foi infeliz ao pronunciar tal enunciado.

Assim, a posição social dele não permitia que ele assim o fizesse. O que observamos é que há uma dispersão da posição social de sujeito ocupada pelo promotor de justiça, sendo o tal discurso ora atravessado pelo papel de promotor/representa do Ministério Público, ora pela posição de cidadão comum.

Lembrando que nossos discursos estão condicionados/controlados e não é em qualquer lugar que qualquer coisa pode ser dita, uma vez que a formação discursiva na qual estava inserido o promotor não permitia que ele produzisse esse enunciado, muito menos em um tribunal de júri, como ocorreu.

A fala do promotor revela, pois, um posicionamento, não mais de promotor dentro da ordem do que pode ser dito, mas de um sujeito social que apresenta um discurso do mundo empresarial (talvez) envolvido em questões agrárias.

¹ Enunciado retirado de Baronas (2001). Embora apresente este enunciado, o autor trata da questão da autoria.

CONSIDERAÇÕES (QUASE) FINAIS

Considerar que os sujeitos sociais são totalmente assujeitados é considerá-los máquinas. Mas isso eles não são. No entanto, é preciso perceber também que os sujeitos não são livres para dizer tudo o que querem e que seus discursos são extremamente controlados, prova disso é que quando os sujeitos saem da ordem daquilo que pode ser dito, esses discursos são percebidos, sobretudo pela mídia, como objeto de polêmica.

Nesse texto, nossa intenção foi a de analisar a posição do sujeito a partir dos discursos por ele produzidos e, ao longo dessas análises, percebemos que os sujeitos habitam dois polos da AD: o psíquico e o social. Isso nos permite pensar, comprovando as teses postuladas e apresentadas por Pêcheux, no duplo assujeitamento, enquanto sujeito interpelado e enquanto sujeito inconsciente.

Nossas reflexões aqui postas permitem-nos ainda pensar que quando o sujeito diz algo, ou seja, quando enuncia, ele o faz deixando marcas, registros, vestígios do lugar social que ele ocupa, da formação discursiva na qual está inserido, pois esse dito/discurso é marcado por três instâncias, a saber: social, histórica e ideológica.

REFERÊNCIAS

- BARACUHY, R. Relaxa e goza: enunciado, memória e poder nas lentes da mídia. In: *Anais do III SEMAD: Sujeito e subjetividade*. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 720-728.
- BARONAS, R. L. Da prisão à liberdade condicionada: breves notas sobre autoria. In: GREGOLIN et al (Orgs.) *Análise do discurso: entornos do sentido*. Araraquara, São Paulo: Laboratório Editorial/Acadêmica, 2001.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Unicamp, 2004.
- FERNANDES, C. A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Paulo: Claraluz, 2008.
- FERNANDES, C. A. & ALVES JUNIOR, J. A. Mutações da noção-conceito de sujeito na análise do discurso. In: *Linguística in Focus: Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas*. São Paulo: 2009.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.
- GREGOLIN, M. R. *Análise do discurso: os sentidos e suas movências*. In: GREGOLIN et al (Orgs.) *Análise do discurso: entornos do sentido*. São Paulo: Laboratório Editorial Acadêmica, 2001.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. São Paulo: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Unicamp, 2009.
- PÊCHEUX, M. *A análise do discurso: três épocas (1983)*. In: GADET, F. & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO SOBRE O “FAZER” DOS APARELHOS REPRESSIVOS DO ESTADO

Filipe Siqueira Fermino

INTRODUÇÃO

Com o aumento da crise econômica e social, temos visto em nossa sociedade o aumento do número de manifestações, ocupações e greves de jovens e trabalhadores em busca de melhores condições de vida. Muitas vezes, seja pela radicalidade do ato, seja pela intransigência dos governantes, esses processos de luta social são duramente reprimidos pelos aparelhos repressivos do Estado, em especial, a Polícia Militar. Como consequência, variados discursos emergem dos diversos aparelhos ideológicos (família, igreja, trabalho etc.) para apresentarem interpretações sobre esses fatos que os sujeitos localizados nessas instâncias devem reproduzir sobre esses processos de luta. Um discurso específico, no entanto, parece-nos merecer especial atenção: o discurso midiático.

Os meios de comunicação como jornal, televisão, rádio, internet, fazem parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 2007), que são instrumentos por meio dos quais são propagadas as ideologias que reforçam os interesses das classes dominantes, numa disputa de hegemonia social:

Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas. (...)

O aparelho de informação embutindo, através da imprensa, da rádio, da televisão, em todos os ‘cidadãos’, doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc. (ALTHUSSER, 2007, p. 63)

Já a noção de Aparelho Repressivo do Estado é apresentada por Althusser, a partir das suas leituras de Marx, Engels e Lênin, como o próprio Aparelho do Estado “como força de execução e intervenção repressiva ‘a serviço das classes dominantes’ na luta de classes travada pela burguesia e pelos seus aliados contra o proletariado” (Idem, p. 32). E mais à frente, buscando distinguir a noção de Estado e Aparelho Repressivo de Estado, Althusser complementa: “o Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a **Polícia**, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado” (Idem, p. 43, destaque nosso).

Porque partilhamos da perspectiva de Althusser de que vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais, nas quais os seus conflitos e desigualdades são resultado dessa contradição, buscamos verificar como os meios de comunicação veiculam a ação do aparelho repressivo diante de conflitos sociais, como nos casos de manifestações estudantis contra o aumento do preço do transporte público.

Nesta pesquisa, buscamos identificar as estratégias discursivas do jornal A Tribuna ao relatar o “fazer” da Polícia Militar durante manifestações estudantis ocorridas em 02 de Junho de 2011 em Vitória - ES e os efeitos de sentidos resultantes das estratégias adotadas. Interessava-nos também identificar quais recursos linguísticos foram utilizados no processo de produção desses sentidos, que permitissem identificar tanto as relações de interpelação dos sujeitos, como revelar as formações ideológicas que fundavam esses discursos.

DOS CONCEITOS DA ANÁLISE DO DISCURSO ADOTADOS NESTE ESTUDO

A base teórica desta pesquisa é o que chamamos de Análise Materialista do Discurso (doravante AMD), elaborada por Michel Pêcheux (GADEK & HAK, 1993; PÊCHEUX, 1995). Esta teoria foi muito influenciada pela perspectiva materialista de Louis Althusser e pela perspectiva de sujeito da psicanálise lacaniana.

Na obra *Semântica e Discurso*, Pêcheux reuniu os principais conceitos da AMD que vamos adotar neste estudo. Um deles é a distinção entre Ideologia em geral (omni-histórica) e ideologias em específico, mais especificamente “formações ideológicas historicamente concretas”, esta segunda ainda se diferenciando da chamada “ideologia dominante”. É partindo da Ideologia que Pêcheux entende o homem como um “animal ideológico”, sempre atravessado por alguma ideologia.

Partindo das formulações de Althusser, Pêcheux mantém a tese de que o sujeito é interpelado pela ideologia. Essa interpelação ideológica seria a forma pela qual acreditamos que os sentidos são evidentes, como sabemos dizer “com certeza” (evidência de sentido) o que é um estudante ou um policial ou um jornalista e as diferenças dos papéis de cada um. No entanto, Pêcheux trabalha com uma articulação entre ideologia e a noção de inconsciente (na perspectiva da psicanálise) para buscar explicar como ocorrem as produções/reproduções/transformações dos “efeitos de sentido” ideológicos a partir do discurso (PÊCHEUX, 1995).

Justamente porque partimos do pressuposto de que o sujeito não é plenamente consciente de seu dizer que à AMD não interessa a intenção de quem fala, e sim a forma como foi produzido o texto, os lapsos, os equívocos, as omissões e as expressões que permitiram a

produção de determinado sentido e não de outro, bem como o resultado que essas “escolhas” causam sobre os efeitos de sentido diante do leitor. A AMD, interessa identificar a que formações discursivas estão filiados ou influenciados esses discursos, ainda que o autor não as reconheça ou as assuma.

A interpelação, portanto, faz com que o sujeito ao enunciar sempre o faça interpelado pela ideologia dominante da formação discursiva na qual está inscrito, reproduzindo-a, ou rompendo com ela. Mas mesmo esse romper, não liberta o sujeito, mas apenas o desloca para outra formação discursiva concorrente. Nesse sentido, o sujeito é atravessado pelo inconsciente (no sentido lacaniano) e sem perceber está sempre falando e ouvindo (e produzindo) de um lugar ideológico (formação ideológica) pré-definido que limita e molda o sentido que este é capaz de produzir a partir de cada enunciado (como efeito do processo de interpelação ideológica).

Enfim, é a partir desse ponto de vista elaborado por Pêcheux, articulado com o conceito de Aparelhos Ideológicos e Aparelhos Repressivos de Estado, desenvolvido por Althusser, que nos lançamos o desafio de aplicar junto a um texto real, inscrito numa situação política específica, histórica e concreta, sua metodologia e buscar verificar em que medida, de fato ocorre a interpelação ideológica e os efeitos de sentidos produzidos pelo aparelho ideológico em favor (ou desfavor) do aparelho repressivo.

ENFIM, AO TEXTO

O *corpus* analisado foi a edição do jornal A Tribuna de 3 de junho de 2011, a qual reportou em mais de 10 páginas um dia de manifestações duramente reprimidas pela Polícia Militar do Espírito Santo, ocorridas na cidade de Vitória - ES, em virtude do aumento da passagem de ônibus.

Ao analisar o discurso do jornal A Tribuna, pudemos observar a preocupação do jornal em se referir à manifestação estudantil com uma seleção lexical que em si já produz um sentido pejorativo, como na chamada “*Baderna* complica vida de mais de um milhão” (Grifo nosso)¹ na capa da edição do jornal (foto 1). O léxico “*baderna*” ao invés de “manifestação” ou “protesto” expressa sem disfarçar o objetivo em relatar o fato (a manifestação) a partir de uma versão ruim, de algo que não deveria acontecer. Há outro elemento nessa frase, no aspecto interpelativo, pois o complemento “complica a vida de mais de um milhão” interpela o leitor não participante da manifestação a se sentir prejudicado por esta.

¹ As marcações em itálico deste artigo são marcas de destaque deste autor.

Foto 1 - Fonte: (A Tribuna, 2011, p. 1)



Essa primeira impressão nos levou a analisar as condições de produção do jornal. Não é possível considerar que se trata de um texto de natureza opinativa do jornalista, e sim de uma produção que atende aos interesses de classe do veículo, que é financiado via anúncios por empresas, inclusive do sistema de transporte², e da classe possuidora num sentido maior, de modo que, se manifestações radicais ganhassem simpatia popular, poderiam ocorrer com mais frequência e afetar a estabilidade social necessária à reprodução das condições de acumulação da riqueza pelos capitalistas em nossa sociedade.

Portanto, não podemos entender um jornal como A Tribuna apenas como uma reunião de jornalistas que reportam ou emitem sua opinião sobre os fatos, mas como agentes (conscientes ou não) de um veículo que atua na sociedade para reproduzir determinada formação discursiva que busca convencer os trabalhadores de que manifestações são apenas baderna, que greve acaba em depredação e que quem se envolve com isso pode acabar sendo preso ou sofrer com a “ação policial”.

A essa parte, inclusive, concentramos nossa análise de fato. Ao observar os trechos da referida edição do jornal, nas partes em que se relata a ação policial, identificamos diversas características peculiares que demonstram o caráter de classe do jornal e a necessidade de

² Dentre as principais empresas capixabas do ramo do transporte no ES, podemos citar a GV-Bus, o SETPES (ambos sindicatos de empresas de transporte), e a Águia Branca (maior do ramo no ES).

minimizar a violência da ação da polícia enquanto dá destaque à agressividade dos manifestantes.

Foto 2



POLICIAIS usaram bombas de gás para obrigar manifestantes a liberarem avenida no centro de Vitória. Vinte e oito jovens foram detidos. Alguns líderes são ligados ao partido político Psol

Fonte: (A Tribuna, 2011, p. 1)

Foto 3



RAPAZ atira pedra contra os policiais, no outro lado da avenida no Centro

Fonte: (A Tribuna, 2011, p. 2)

Ainda na capa, a legenda da foto principal (foto 2) diz que “Policiais *usaram* bombas de gás para obrigar manifestantes a liberarem avenida no centro de Vitória. Vinte e oito jovens foram detidos. Alguns líderes são ligados ao partido político Psol”. Interessa-nos, na primeira frase, o efeito de sentido do emprego do verbo “*usar*”. Se o compararmos com a legenda da página 2 (foto 3), da mesma edição, onde colocam uma foto de um manifestante “*usando*” uma pedra, percebemos a diferença de tratamento. Na referida legenda temos “Rapaz *atira* pedra contra os policiais (...)”. A nosso ver, a seleção lexical “*usaram*” (quando a ação é do aparelho repressivo) ao invés de “*atiraram*” ou “*lançaram*” bombas de gás é uma maneira sutil de colocar a polícia como mais civilizada que os manifestantes, afinal a PM *usa* bomba, enquanto os manifestantes *atiram* pedras. Ainda que seja, praticamente, o mesmo ato (embora haja uma importante diferença entre usar/atirar uma bomba ou uma pedra), a seleção lexical produz efeitos distintos no leitor.

Ainda sobre esse trecho, é notória também a diferença provocada pelo uso da oração “para obrigar manifestantes a liberarem avenida no centro de Vitória”, na legenda da foto 2, quando comparado ao não uso

de oração desse tipo na legenda da foto 3. É como se a oração na legenda da foto 2 justificasse a ação truculenta dos policiais que jogaram as bombas. Já a ação do rapaz na foto 3 não teria justificativa: nada é apresentado pelo jornal como justificativa para a ação do rapaz. Poderia ser "atira pedra para se defender dos ataques da polícia", por exemplo.

Ocorre nesses trechos também outro processo interpelativo, pois havia até aqui três nomeações distintas para os manifestantes: na capa, os sujeitos agentes da "baderna" são um "grupo de estudantes"; na frase abaixo da foto da capa, eles são mencionados como "manifestantes" e "jovens"; Já na foto 3, o manifestante que "atira pedra" é referido como "rapaz". Entendemos que essas nomeações genéricas como "jovens" e "rapaz" produzem efeitos de sentido muito distintos da expressão "estudantes", em que se espera um nível de proteção maior do Estado e da sociedade.

Outro elemento que identificamos na legenda da foto da capa é que a frase "Vinte e oito jovens foram detidos" foi escrita na voz passiva. Isto é, o sujeito agente da ação de prender os vinte e oito jovens foi ocultado. Poderíamos dizer que isso ocorreu para não repetir o termo "policiais", porém sabemos que o uso de sinônimos seria possível, como "A PM deteve vinte e oito jovens". Para a AMD, a omissão (o não-dito, o silêncio) é também uma forma de produzir sentido, pois da forma que foi publicada a frase, a detenção dos jovens foi apenas consequência da baderna, depredação do patrimônio ou obstrução das vias. E a polícia, no entanto, sequer é ativa (e, portanto, responsabilizada) pela detenção realizada. Destacamos, ainda que o verbo *detido* no particípio, poderia ser outro como "foram presos", produzindo um sentido mais explícito em relação à repressão e ao emprego da violência pelo Estado. Neste caso, bem como no caso do emprego do verbo "usar", o efeito de amenizar a violência do aparelho repressivo do estado está ativo.

Polícia Militar justifica reação

“Não houve alternativa senão o uso da ação militar.” Foi dessa forma que uma nota enviada à redação de **A Tribuna** pela assessoria de comunicação da Polícia Militar no início da noite de ontem justificou a ação dos militares durante a manifestação de estudantes nas ruas de Vitória.

Segundo a PM, os manifestantes não aceitaram, em nenhum momento, negociar com as autoridades e agir obstruindo o trânsito, impedindo o direito de ir e vir da população, além de depredar o patrimônio público e desacatar autoridades policiais que tentavam conter a ação.

Durante toda a manifestação, os estudantes revidaram com pedradas e foi preciso que a PM utilizasse bombas de efeito moral para dispersá-los e liberar as vias públicas, segundo a corporação.

“Mesmo com a oferta de diálogo por parte do governo do Estado, os

manifestantes continuaram a obstruir o trânsito de Vitória e se dirigiram para a avenida Fernando Ferrari, onde os manifestantes passaram a atirar pedras, e os policiais tiveram que se defender”, relatou a nota enviada pela PM.

O número de manifestantes que foram presos durante o protesto de ontem não foi informado pela Polícia Militar e nem mesmo pelo

governo do Estado, mas segundo informações extraoficiais, até o início da noite de ontem 28 manifestantes haviam sido detidos pela polícia.

A quantidade de feridos por balas de borracha e o efetivo de militares que fizeram parte da operação durante todo o dia de ontem também não foram informados pela assessoria da Polícia Militar.

POLICIAIS
atiram contra manifestantes na avenida Fernando Ferrari: corporação diz que foi única alternativa para conter protesto



Fonte: (A Tribuna, 2011, p. 8)

Na página 8 do jornal, há outra matéria de título “Polícia Militar justifica reação” e em seu texto temos diversas justificativas para demonstrar que o uso da força foi proporcional, conforme estabelece a portaria Interministerial nº 4.226 de 31 de dezembro de 2010³ (Brasil, 2010). A matéria inicia com uma fala da assessoria de comunicação da PM na qual afirma “Não houve alternativa senão o uso da ação militar”. De início, podemos perceber que a expressão **reação** no título já indica a preocupação de demonstrar que os policiais não “chegaram agredindo”, e sim, reagiram à manifestação violenta. A seleção lexical novamente fica demonstrada nesse trecho.

Faremos uma pausa na análise, para trazer as reflexões que Pêcheux e Fuchs (in GADET; HAK, 1990) fizeram ao criticar a concepção idealista de enunciação da época e apresentar o conceito de esquecimento nº 2:

“A dificuldade atual das teorias da enunciação reside no fato de que estas teorias refletem na maioria das vezes a ilusão necessária construtora do sujeito, isto é, que elas se contentam em *reproduzir no nível teórico esta ilusão do sujeito*,

³ Princípio da Proporcionalidade: O nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente de segurança pública.

através da ideia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções, decisões etc. na tradição de Bally, Jakobson, Benveniste (...)” (p. 175)

Isto é, Pêcheux e Fuchs rejeitam a ideia de intencionalidade tal qual ela era pensada pelos autores citados, pois ela reforça apenas a necessidade de construção de um (efeito-) sujeito dono pleno de seu dizer. E prosseguem

Diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não-dito’. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é ‘selecionado’ e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o ‘universo do discurso’), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de ‘tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)’ ou o campo de ‘tudo a que se opõe o que o sujeito disse’. Esta zona do ‘rejeitado’ pode estar mais ou menos próxima da consciência. (p. 175-176)

É nessa perspectiva que mencionamos a ‘seleção lexical’, entendendo que essas ‘escolhas’ estão condicionadas a uma série de determinações sucessivas, e cada dito, pressupõe um não-dito, algo que poderia ter sido dito no lugar deste, mas não foi. Interessa-nos esse fenômeno, pois é justamente nele que evidenciamos os efeitos de sentido provocados pela interpelação ideológica seja naquele que enuncia, seja naquele que lê o texto.

Seguindo nossa análise, na expressão “ação militar” identificamos o uso da figura de linguagem *eufemismo*, que é empregada para amenizar a violência policial. Nesse sentido, a frase “Não houve alternativa senão o uso da ação militar” poderia ser escrita de várias outras maneiras, utilizando no lugar do termo genérico *ação*, por exemplo, violência, força, equipamentos. No entanto, a evidência de sentido (provocada pela interpelação ideológica) faz com que qualquer leitor saiba muito bem o que significa a “ação militar” sem que seja preciso descrevê-lo.

O texto segue afirmando que “os manifestantes não aceitaram, em nenhum momento, negociar com as autoridades e agiram obstruindo o trânsito, impedindo o direito de ir e vir da população, além de depredar o patrimônio e desacatar autoridades policiais que tentavam conter a ação.”, segundo a PM. Nesse trecho temos toda a argumentação jurídica que pode ser utilizada em defesa do “uso proporcional da força policial” que foi reproduzida com bastante cuidado pelo jornal, ainda que esteja em citação indireta. Não fica explícito no texto como ocorreram as tentativas de diálogo com os manifestantes (novamente a

omissão), e ocorre outra vez o eufemismo do fazer policial ao afirmar que eles “tentavam conter” os manifestantes.

Segundo Pecheux “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc (...)” (1995, p. 160). O leitor, portanto, em razão do efeito ideológico da interpelação, sabe o que é um policial militar, como ocorre uma ação militar, como um policial tenta conter alguém, pois está sob o efeito da formação discursiva dominante dos Aparelhos Repressivos do Estado.

No parágrafo que segue, temos um novo trecho em que a diferença de construção sintática coloca os manifestantes na ofensiva enquanto a polícia sofre a ação: “Durante toda a manifestação, os estudantes *revidaram* com pedradas e *foi preciso* que a PM *utilizasse* bombas de efeito moral para *dispersá-los* e *liberar* as vias públicas, segundo a corporação”. A expressão “revidaram” atribuída aos manifestantes revela uma contradição, pois quem revida, revida a uma ação anterior, mas se os policiais estão justificando sua reação, afinal quem começou? No entanto, a locução verbal “foi preciso” coloca novamente a PM num lugar de sujeito passivo, que foi obrigado a “utilizar” bombas (novamente o emprego do verbo usar). Repetimos: os manifestantes revidaram com pedradas e a situação “obrigou” os policiais a “utilizarem” bombas. Mais uma vez, a seleção lexical coloca os manifestantes num lugar de agente violento e a polícia como vítima dessa violência, por isso, precisava reagir.

Com um contexto como esse, é evidente (no sentido discursivo) que está justificado o uso progressivo da força por parte da PM, e todos sabemos o que significa o “uso” progressivo da força.

Para concluir esse trecho, a PM enviou nota ao jornal, que reproduziu literalmente o seguinte trecho: “Mesmo com a oferta do diálogo por parte do governo do Estado, os manifestantes continuaram a obstruir o trânsito de Vitória e se dirigiram para a avenida Fernando Ferrari, onde os manifestantes *passaram a atirar* pedras, e os policiais *tiveram que se defender*”. Essa nota resume plenamente a versão da PM, que foi reproduzida na íntegra pelo jornal. Não há, nessa página, a voz dos manifestantes em nenhum trecho. A omissão da voz daqueles que sofreram as consequências da “ação” da PM também contribuiu para a construção da versão em que os manifestantes são violentos e não querem dialogar, enquanto a PM apenas “agiu” para se defender e “liberar” as vias.

O silêncio e a omissão são também importantes instrumentos para a produção de sentido em favor de determinada posição ideológica. Quando está em jogo a disputa de narrativa dos fatos sociais, como pudemos ver com detalhes nos trechos selecionados, não só a voz, mas a falta dela são instrumentos para a essa construção de narrativa em favor de interesses de classe.

Outras análises sobre diversos outros trechos da referida edição também foram realizados, no entanto, consideramos que esses exemplos são suficientes para ilustrar as conclusões que essa pesquisa conseguiu alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este breve estudo, acreditamos que é possível afirmar que os aparelhos ideológicos de massas, como o jornal impresso, são instrumentos para a construção de versões parciais (que revelam posições de classe) dos processos de conflito social, de modo a reforçar as formações discursivas nas quais se entende errado fazer manifestações, piquetes, greves, que as pessoas que se envolvem nesses conflitos não querem diálogo, apenas fazer baderna, e que é tarefa da Polícia Militar usar da força para impedir que isso ocorra.

Da mesma forma, identificamos que há uma articulação e divisão de tarefas entre o aparelho repressivo e o aparelho ideológico do Estado, de modo que o aparelho repressivo pode usar da força contra manifestações populares porque tem a garantia de que a versão dos fatos que será publicada para as massas será construída de modo a minimizar sua violência, quando não os colocarem no lugar de vítimas.

Chegar a essas conclusões, para nós, foi importante porque demonstram a validade da utilização da Análise Materialista do Discurso e dos conceitos de Aparelho Repressivo e Aparelho Ideológico de Estado ainda hoje, e que mesmo diante de fatos novos, essa teoria ainda se mantém útil para explicar processos que ultrapassam a obviedade com que se é tratada a informação jornalística.

Como já concluía Pablo de Moura Nunes de Oliveira, no artigo *A 'Guerra' e a 'Paz' no discurso midiático sobre segurança na cidade do Rio de Janeiro* (2012), a ênfase e o destaque que a mídia dava à imagem e às ações da UPP em detrimento das ações da polícia comunitária, apontavam qual modelo os meios de comunicação queriam que fossem seguidos. Oliveira conclui seu artigo ainda destacando que “o discurso orienta a leitura do mundo, e um jornal de grande circulação atinge um considerável número de pessoas, que de certa forma serão atingidas por essa lógica de ordenamento da realidade” (p. 81).

Consideramos, no entanto, que se trata aqui de uma pesquisa inicial, da qual devemos derivar outras análises de outras matérias e em outros contextos para verificarmos se há um padrão de matérias assim, quando se trata de manifestações populares e o “fazer” da polícia.

A pouca existência de pesquisas semelhantes nos colocou na obrigação de tratar de uma análise ainda superficial, que poderá ser aprofundada em pesquisas futuras. O máximo que encontramos de semelhanças em artigos similares eram análises do discurso midiático

em relação a manifestações e movimentos sociais, ou análise do discurso midiático com relação à violência policial em outros contextos. A interseção discurso midiático, manifestações e aparelhos repressivos foi, até onde conseguimos apurar, uma tentativa com certo grau de ineditismo.

Os fatos mais recentes, como a chacina do Jacarezinho no dia 6 de maio de 2021 e a forma como parte da mídia e o governo tratam o fazer da Polícia Militar (e Civil), são, infelizmente, provas da importância de pesquisas como esta.

A hipótese que trabalhávamos do uso de eufemismos, omissões e seleção lexical se demonstrou satisfatória para demonstrar as estratégias dos aparelhos ideológicos de construir uma versão que reforçasse as formações discursivas que sustentam tais aparelhos.

REFERÊNCIAS

- A TRIBUNA, Vitória, 3 jun. 2011. *Capa e Reportagem Especial*, p.1 a 11.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- BRASIL. *Portaria Interministerial N° 4.226*, de 31 de dezembro de 2010. Brasília, 2010. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial>>. Último acesso em 21/05/2021.
- OLIVEIRA, Pablo Nunes de. *A “Guerra” e a “Paz” no discurso midiático sobre segurança pública na cidade do Rio de Janeiro*. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 25 (Dez/2012), pp. 68 – 82.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

A VOZ COMO EFEITO DO REAL DA LÍNGUA¹

Teodulino Mangueira Rosendo

INTRODUÇÃO

Erik Porge no texto *Voz do Eco* (2014) traz reflexões sobre a concepção lacaniana da voz enquanto objeto pulsional e os elementos que a compõem, propondo pensar em um estádio do eco, ao que esclarece: “Falar de um estádio do eco é uma forma de reagrupar fatos já conhecidos e de estabelecer laços entre eles, a fim de fazer que sejam entendidos de outro modo” (PORGE, 2014, p. 21). O autor apresenta e classifica os objetos da demanda (seio e fezes) e os objetos de desejos (olhar e a voz), citando a pulsão invocante como primordial à prática psicanalítica que se dá pelo processo de escuta e de silêncio do analista e a fala do analisante.

Nesse sentido, importante destacar que a voz (objeto vocal) é individual, é única e sua sonoridade se caracteriza como um resto, sendo separada da pulsão invocante com a qual tem relação. Assim, enquanto sobra ela é, segundo Maliska (2017, p. 214), “um dejetto corporal, é o gás carbônico inutilizado pelo corpo”, e cada vez que falamos perdemos a voz, do contrário ganharíamos a voz ficando calados, todavia nessa relação o movimento de perder a voz é produtivo por que nos faz desejar, acrescentaria nos faz sujeito no social e no histórico. “Então a voz é um dejetto do corpo, essa letra que, por vezes, atrapalha o sujeito quando este pretende falar, e que por vezes, pode servir-lhe como suporte material para a fala, mas para este último acontecer ela tem que ser dejetata, para dar lugar à fala” (MALISKA, 2017, p. 214-215).

Convém pontuar que a voz não se reduz e não se dá ao significante, ela é aquilo que sai do corpo, igualmente ela é um corpo que se desprende para o outro. Porge (2014) sobre a promoção da voz ao objeto a (objeto do desejo) menciona: [...] “Ela é um resto não redutível ao significante, mas essencial à sua articulação como o que lhe sustenta a passagem. A voz não está ainda isolada como objeto a, mas já toma um lugar particular em função do significante, mas sem se reduzir a ele” (PORGE, 2014, p. 48).

Dessa forma, a voz é corpo porque é produzida no aparelho fonador, também concebida como uma linguagem, um substrato da fala. “A voz vem no lugar do que, do sujeito, é indizível, seu mais de

¹ Novas considerações a partir de um trabalho de pesquisa com a temática da voz, publicado, com apoio da Agetec (Unisul-SC) e acompanhado pelo Prof. Dr. Maurício Eugênio Maliska.

gozar” (PORGE, 2014, p. 56). Em que gozar é a busca por um prazer sem fim, algo que não se alcança.

Observa-se que os estudos da voz na Psicanálise ocupam um lugar incomum, se colocando na clínica como um instrumento, um canal. Então, a voz é tomada como um corpo que se lança em direção ao outro, assumindo, por vezes, a condição de [...] “corpo silêncio que suscita a voz do outro” (PORGE, 2014, p. 112). Citando Lacan, o autor, nessa mesma obra, traz o silêncio, a voz e o grito como parte de um nó, numa relação intrínseca em que o grito assume a condição de abismo e provoca o silêncio, uma tríade que desde o nascimento carregamos conosco.

Avançando por outros mares em que a voz sobressai como um corpo que se legitima no social, no artigo *Para além das Vidas Secas, resistência: Linguagem-Poder* (2017) discutimos os confrontos propiciados pela linguagem em seu contexto social, quando diferencia e classifica os indivíduos revelando que na sua estrutura o poder se articula alternando relações de mando e obediência. Nesse sentido, afirmávamos que, desde a sua fundação, a sociedade é política e originalmente fracionada, ou bipolarizada em classes (dominantes e dominados), exprimindo a constante luta entre os que detêm os meios de produção e os que vendem sua força de trabalho, conforme a visão marxista.

Retomamos Aristóteles quando admite na obra *Política* que o homem é um animal político por que tem voz na polis, afirmação que favorece a reflexão sobre o mundo seccionado: de um lado os que têm “voz” e, do outro, os que não têm “voz”. Nessa perspectiva, falam aqueles que podem dizer o certo e o errado em contraponto àqueles cuja fala não tem “sentido”, ou legitimidade.

Desse lugar da voz, objeto da psicanálise e da voz como condição de poder dizer e ter seu sentido legitimado podemos perscrutar, a voz à luz da análise de discurso. Evidentemente, constatando que ainda são precários os estudos nesse campo e assumindo que pairam sobre essa temática divergências e dúvidas que nos obrigam ao aproximar, também distanciar para que se marque cada disciplina com o seu devido arcabouço teórico.

Pelo exposto, algumas questões provocativas sobre a voz extrapolando o campo da psicanálise nascem nas fendas dessa enunciação e reverberam o que estamos propondo com esse debate: Qual a relação entre a voz na psicanálise e a “voz” social balizada pelas relações de poder que permeiam a linguagem? Como pensar, *à priori*, a voz no liame da análise de discurso? Há relação entre a voz, corpo simbólico, e o silêncio significador que instaura os sentidos?

Assim, para alcançamos nossos objetivos pretendemos averiguar que escutas teóricas são possíveis, aprofundando essa discussão nas seguintes seções: Pressupostos Teóricos; Metodologia; Alguns

Resultados e Conclusão. Perseguindo a via dos sentidos e dos seus efeitos, desejamos que a leitura desse artigo seja produtiva, seja provocativa.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Conforme já apontamos na introdução a voz exerce grande significação na prática clínica da psicanálise, ocupando um lugar de expressivo relevo na constituição do sujeito — este por sua vez é clivado pela condição do inconsciente, constituindo-se como um não senhor do seu dizer. Nas palavras de Maliska (2017, p. 211) esse fato determina a não unicidade do sujeito, o hiato entre o que ele diz o que ele pensa, ou almeja dizer, há sempre nessa esfera imaginária totalitária, um equívoco que é a própria dimensão da linguagem, não transparente e não representável.

Assevera o autor que - “A Psicanálise e a Análise de Discurso sempre souberam disso e construíram seus edifícios teóricos a partir dessa opacidade da linguagem” (MALISKA, 2017, p. 211). Evidentemente, nesse modelo que aproxima as duas disciplinas a linguagem é tomada não como código, ou transmissão de informação e o sujeito não é efetivamente consciente, tampouco de uma soberania concreta que não permitiria sua oscilação, ou duplicidade, sua falha, efeitos de sentidos outros sempre sendo tecidos em um constante processo discursivo.

Tratando do ato falho, como exemplificação dessa oscilação entre o eu e a consciência, afirma Maliska (2017):

Por ser falho, este ato mostra a divisão do sujeito enquanto cindido pela lei da linguagem. Ser falho é estar no campo da linguagem que constitui o sujeito. Por estar no campo da linguagem, o ato falho está submetido às falácias, aos desencontros, as falhas da linguagem que mostram sua incompletude e a opacidade que o produz. (MALISKA, 2017, p. 212)

Concebendo a voz como um objeto da pulsão invocante e, de acordo com Lacan (1988, p. 102), “[...] a pulsão invocante é a mais próxima da experiência inconsciente”, ela, então, tem aproximação com o trabalho freudiano sobre esta “linguagem estruturada” (inconsciente), nos termos de Lacan (2003 [1972] p. 492). Nesse sentido, **ela é uma marca que se faz corpo**, que presentifica “um ato político que não está no discurso, está no corpo produzindo efeitos no discurso” (MALISKA, 2017, p. 2017, destaque nosso), e nessa linguagem em que também reside a língua o sujeito aí está posto na obrigação do inconsciente.

Assim, como CORPO, a voz na condição de objeto a, abriga também o real, “o Real do corpo como o lugar em que a linguagem não acessa, onde o significante não se inscreve” [...] (MALISKA, 2017, p. 213); ela rompe com a inscrição delimitadora do corpo imaginário, tratado por Lacan, 1998 [1949], no *Estádio do Espelho*. Esse corpo em questão é uma projeção, ilusão que vem do outro especular, e em que “o eu se identifica como uma imagem [...] imagem do corpo e, conseqüentemente, do eu” (MALISKA, 2017, p. 213).

Igualmente, esse corpo é também simbólico, vem do Outro, da linguagem, rompe com a evidência especular da imago. É [...] “aquele das inscrições significantes, das marcas que o simbolizam e fazem com que este corpo fale submetido a um discurso que o constitui” (MALISKA, 2017, p. 213).

Desse modo, como afirma Maliska (2017) à voz é um resto, um dejetivo, então, ela é sempre um estilhaço, não se dá como totalitária, mas como parcial. E, pelo que precede temos os elementos da queda desse objeto, do desprendimento desse corpo, da não unidade que ele possa compor, desse ganhar em se perder (eis o produtivo da voz), habitando sobre este corpo a falta, que representa o desejo, portanto a voz na psicanálise é a causa.

O próprio sujeito é um ser de desejo e de falta designação lacaniana que nos permite pensar em furos, em falhas. Ora, essas marcações se materializam, no nível do discurso, como um encontro de furos: o da linguagem, reproduzido pelo equívoco; o da ideologia, pela contradição, e o do inconsciente, como exemplo os atos falhos.

Avançando na nossa compreensão, pensar, nesse viés, a voz como um corpo simbólico nos aproxima de Orlandi (2012, p. 86) ao tratar de um corpo que significa e que traz marcas materiais quando interpelado em sujeito. Reitera a autora que: “Por exemplo, um sujeito, pego em silêncio, muda imediatamente sua postura corporal [...] se apresenta com um corpo que significa seu silêncio e se significa nesse silêncio.” O silêncio também constitui esse corpo na medida em que ele o marca como ausência.

Na problemática que visibilizamos, buscando a relação da voz com a linguagem estruturada pela condição do poder, expomos a classificação gerada pelo pensamento aristotélico e a naturalização/banalização das coisas, inclusive dos rótulos que se vão construindo por esta linguagem, tornando manifesto que há um grupo que pede, e reclama pela voz (direito pelos seus sentidos). E, a voz negada se transforma em prisão da fala e do próprio sujeito que se desfigura pela imposição do silêncio em seu contexto ditatorial, um braço mais forte que se ergue e barra a voz, barrando também o sujeito, comprometendo a sua existência cidadã.

Nesse contexto, sem a “voz” o indivíduo perde a sua condição de sujeito, os seus direitos são calar, intimados pela ordem social, e

acatar o que do outro lhe vem como verdade, como certo, como voz legitimada. Assim, se têm a exclusão da voz e a sentença de morte que impede a palavra, a razão, à possibilidade de ser senhor, e reforça a caricatura do não humano, àquele que não tem voz, tampouco fala e, portanto, é submisso, feito para o trabalho, para o silêncio.

Segundo Rancière (1996) a inferência sobre as qualidades do animal lógico e do político esconde a falha do útil e do justo, havendo uma separação do corpo social a que pertence os dois. Essa relação deixa transparecer o caráter de dominação, tencionando a luta de classes como pano de fundo, igualmente o não reconhecimento dos outros seres falantes que, 'sem a necessária competência', são responsabilizados pela desordem causada no logos.

O autor ainda aponta para o fato de a contradição entre animais políticos e fônicos não formarem a base fundadora da sociedade política, mas um jogo de interesses presente na própria constituição da política. Nesse sentido, menciona que [...] inversamente "povo" é o nome, a forma da subjetivação, desse dano imemorial [...] pelo qual a ordem social se simboliza rejeitando a maioria dos seres falantes para a noite do silêncio ou o barulho animal das vozes que exprimem satisfação, ou sofrimento. (RANCIÈRE, 1996, p. 36, grifos do autor).

Para estes sem nome, sem voz, sem fala há na tríade citada por Lacan à condição do grito, que aqui tomamos como o desejo de superação desse contexto e de relocação no espaço (lugar) social. Pelos caminhos da linguagem é factível a tomada de decisão (grito) que rompa o laço escravagista de guardiã do silêncio, laço que intercepta e emudece a voz. É pelo ato de revolta de se perceber espectador da própria palavra, é pelo desejo de sair da clandestinidade e se fazer ouvir que o grito, como gesto de resistência, descerra os lábios e deixa a voz, resto que se forma no corpo, ser expelida e produzir efeitos pela fala.

A voz que traz a fala eleva os indivíduos à condição de sujeitos, de protagonistas nos espaços sociais e nas relações de sentidos estabelecidas com o outro por meio da linguagem. Assim, mesmo diante da injunção da sentença de morte que proíbe e aniquila o direito à voz, o indivíduo têm na/pela linguagem a condição de quebrar todo estigma e por ela se expor, pronunciar o seu dizer, "ver" e "sentir" o mundo e os objetos que o cercam, se constituindo sujeito do seu discurso, senhor da sua voz.

Parafraseando Deleuze e Guattari (2011) interpelamos: Mas como escapar dessa sentença de morte que a palavra silenciada envolve? Ainda, como desenvolver a potência de fuga? Como livrar-se do aprisionamento desse silêncio quando ele é censura? Como destacar a potencialidade revolucionária de uma palavra de ordem? Para tantas perguntas, propomos a voz/fala como posição política, reflexão-ação-reflexão, condições de por meio do devir menor construir lugares de

“potência”, para agir por meio de um posicionamento crítico e subversivo contra a lógica hegemônica.

Segundo Orlandi (2012) o silêncio assume formas e se distingue em Silêncio Fundador e Política do Silêncio:

[...] Silêncio fundador, aquele que é necessário aos sentidos: sem silêncio não há sentido (haveria o muito cheio de linguagem). É o silêncio que existe nas palavras, que as atravessa, que significa o não-dito e que dá um espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar. [...] Políticas do Silêncio [...] Silêncio constitutivo, que indica que para dizer é preciso não dizer, outras palavras, todo dizer apaga necessariamente outras palavras produzindo um silêncio sobre os outros sentidos e [...] Silêncios Local, ou Censura, que remete propriamente à interdição: apagamento de sentidos possíveis mas proibidos, aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura. (ORLANDI, 2012, p. 128)

Pelo exposto, verifica-se que há uma oposição latente entre as formas do silêncio. O fato de permanecer em silêncio com as palavras que nos cercam ainda notabilizam a condição de estarmos no sentido, um sentido que se vai constituindo no não dito (diferentemente de implícito) em que o sentido está sempre lá, mas justamente pela imposição da linguagem ao dizermos silenciarmos obrigatoriamente, afinal não é possível dizer tudo, essa marcação não se dá pela falta da linguagem, mas pelo seu excesso.

Na questão em pauta nesse artigo, a política do silêncio parece fazer mais sentido, sobretudo na classificação que faz Orlandi (2012) do Silêncio Censura atrelada a proibição do dizer, ou, o não acesso a legitimação de uma voz que em uma dada situação social-histórica, é negada. De fato, o silêncio para Orlandi (2012) não fala, mas significa, produz seus efeitos e não está numa relação de falta de vocábulos, mostrando a complexa relação do sujeito, seu lugar social de origem e os sentidos que lhes são possibilitados reproduzirem, a nosso ver reforçando o sentido de uma não voz, de uma não fala, de um silenciamento repressor.

Então, é conveniente pontuar ainda que essas relações se travam dentro do poder (não existe uma exterioridade), e a batalha é se permitir, se liberar à ser sujeito com “nó na garganta”, romper com a injunção que proíbe a voz, em seu trajeto, de expor a fala, quebrar o silêncio pelo corpo da voz; voz necessária para que este sujeito possa ser enxergado, possa ter direito as palavras e aos seus sentidos particulares. No alto dessa visibilidade, a linguagem com seus desdobramentos e encadeamentos revela a estrutura do seu poder, poder original que nasce com o homem, poder ideológico, poder de

atravessar as fronteiras das prisões e num gesto transgressor se fazer som, se criar voz, se manifestar como fala e se inscrever na prática política.

METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa [...] “considerando a ideia de processo, de visão sistêmica, de significações” [...] (SANTOS; CANDELORO, 2006, p. 72). Sendo de cunho bibliográfico, cujos conceitos a serem investigados têm origem nas teorias do discurso, mais exatamente, na Análise de Discurso de linha francesa e na Psicanálise freud-laciana.

Desta forma, Freud, Lacan, são dois autores cujas bases sustentam o nosso dizer no campo da Psicanálise, assim como Pêcheux e Orlandi serão os nossos referenciais teóricos na perspectiva da Análise de Discurso. Reiteramos ser extremamente necessária essa consulta aos fundadores desses campos de estudo.

Para o levantamento de dados, inicialmente, trabalhamos a noção de voz nos desdobramentos, e leituras das fontes já citadas mais também da leitura da obra – A Voz do eco, de Erick Porge (2014), no texto – A voz: um corpo que não engana, Maurício Maliska (2017), bem como o texto – A voz e o ritmo nas sus relações com o inconsciente (Maliska, 2008). Nos estudos em Análise de Discurso, preorizaremos Pêcheux (2011, 1997, 1969) e Orlandi (2015, 2012, 1978), ainda o artigo - Para além das Vidas secas, resistência: Linguagem-Poder (2017, de nossa autoria). Os conceitos da voz na Psicanálise e em uma possível aproximação com a Análise de discurso serão, então, tomados a partir da delimitação estabelecida por essa base teórica.

Dessa forma, diante dela faremos um recorte pela via dos questionamentos que esse material demandou como dúvida e motivação para a produção desta reflexão nos entremeios da Psicanálise e da Análise de Discurso, mobilizando no processo analítico as noções de voz, linguagem, silêncio etc. Nossa intenção é compreender: Qual a relação entre a voz na psicanálise e a “voz” social balizada pelas relações de poder que permeiam a linguagem? Como pensar, *à priori*, a voz no liame da análise de discurso? Voz, corpo simbólico, quando negada socialmente, gerando a exclusão e a luta de classes pode ser associada, discursivamente, com o silêncio significador que instaura os sentidos?

Para a construção de sentidos que nos levem a possíveis resultados, mesmo na forma de outras provocações enquanto sujeito analista, nos posicionarmos frente às materialidades acima descritas, observando os sentidos construídos na relação político-ideológico que marca o nosso lugar de pesquisador, nosso acento social.

ALGUNS RESULTADOS

Pontuamos, inicialmente, que a voz tem se apresentado como um objeto de pesquisa, permeando inúmeras áreas do conhecimento científico, desde as áreas biológicas as áreas humanas, como a Linguística, a Psicanálise, a Literatura, dentre outras. Observa-se que, no tocante a psicanálise, Freud trabalhando com a hipnose a destaca numa acepção de comando com efeitos sugestivos sobre o sintoma, o que para Bastos (2014): “Trata-se dos poderes diretivos da voz, que funciona imperativamente. Contra a mestria da voz que ordena, o discurso e o dispositivo que inaugurou deram-lhe um lugar *sui generis*, que permite ao analista situá-la não como emissão sonora sobre um fundo de silêncio, mas como silêncio ao qual que a fala reveste”.

Aqui, destacamos o termo voz imperativa para associá-la ao que estamos defendendo nesse artigo, a luta social de classes pelo direito a voz, afirmando que há na nossa sociedade uma voz comando, uma voz ordem que legisla sob o fundamento de um sentido único e universal, legisla pela falsa noção de neutralidade e objetividade da linguagem, das palavras e expressões. Essa voz comando não possui os mesmos efeitos que na clínica psicanalítica, mas encobre os outros tons e significados, desqualificam a verdadeira luta, como diz Pêcheux (2011, p. 273) “no terreno da linguagem, a luta de classes ideológicas é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história”.

Se na Psicanálise o lugar diferenciado do tratamento da voz na clínica, é tomá-la como um instrumento, um canal, ou como um corpo que se lança em direção ao outro, nos aproximamos desse caminho quando pensamos no direito social à voz fazendo chegar ao coletivo desse social uma fala carregada de sentidos; sentidos daqueles homens e mulheres historicamente silenciados. Aqui, na nossa posição, a voz é materialidade que reflete o sujeito, sua ideologia, sua língua, sua resistência sob determinadas condições de produção.

Dessa forma, o efeito da voz na ótica daquilo que Pêcheux (1997) trabalha, ou seja, o discurso viria como o real da língua. Ela (a língua) se inscreve na categoria de letra, elemento inflexível, que escapa aos efeitos de significação, revelando numa prática discursiva a incompletude desse processo, a voz que se corporifica e se nos apresenta como um corpo simbólico parte constitutiva de um discurso reflete, de acordo com Orlandi (2012), o sujeito que ao dizer se significa e significa o próprio mundo. “Nessa perspectiva é que consideramos que a linguagem é uma prática. Não no sentido de realizar atos, mas porque prática sentidos, ação simbólica que intervém no real” (ORLANDI, 2012, p. 44).

Filiamo-nos ao posicionamento da análise do discurso, com Orlandi (2012) sobre o silêncio local, censuramento que se instaura na/pela língua recortando alguns sentidos e manobrando outros. Desse modo, silêncio está também na base fundante dos sentidos, e todas as palavras possuem esta face, uma face que significa aquilo que não foi dito (não no sentido de implícito). (Contraditoriamente) Hoje alguns ainda pedem por este silêncio, pedem pela perpetuação, de uma “não voz”. Na perspectiva discursiva de que estamos tratando, nos posicionamos no palco da ideologia, travando uma dura luta de classes; a luta entre dominantes (detém os “sentidos legítimos”) e dominados (reivindicam legitimidade, voz que transborde e seja também fala).

O que explode nessa tentativa de alcançarmos respostas para as indagações desse artigo é à potência das palavras, expressões e enunciados, que impõem o silenciamento materializando filiações de sentidos localizadas na dominação, e apontando que para além de uma questão de escolha consciente “por ter voz”, “por ter fala” o que está em debate é o vínculo dos sujeitos com uma posição discursiva, com um lugar social marcado historicamente, e desse lugar os “sentidos verdadeiros”, o direito a voz é cedido ou negado [...] Uma mesma palavra, na mesma língua [...] ela vai [...] significar diferentemente, dependendo da posição do sujeito (ORLANDI, 2015, p. 58).

Assim, reforçamos Segundo Pêcheux (2012) que a luta de classes é pelos sentidos das palavras. Esta assertiva pechetiana reclama pela desnaturalização da linguagem e das narrativas construídas pela História; narrativas sempre escritas na ótica dos vencedores, sob os vencidos, ou dos dominantes sob os dominados e, nesse processo vozes são sempre não autorizadas, caladas, apagadas, silenciadas em nome da verdade daqueles (as) que tem autoridade para cristalizar um sentido em detrimento de tantos outros possíveis.

Destarte, concordando com Maliska (2008) a voz, portanto,

[...] irá oscilar entre o puro som, o corpo no qual ela é levada a um tempo mítico de caos e indefinição, sem ordem nem lei, em que impera o real sonoro, por um lado; e na sua articulação com a ordem significante, com a fala, com a lei, em que impera a língua, a fala, o discurso e a ordem, por outro. Entre essas duas polarizações, a voz desponta como aquilo que está no princípio e no fim, aquilo que marca o sujeito nos primórdios da sua constituição subjetiva. (MALISKA, 2008, p. 17)

Importante destacar nessas polarizações que a voz está alinhada com o significante, com o código e por eles os sentidos serão alcançados, na/pela linguagem, no/pelo simbólico. Então, asseveramos com Orlandi (1987) que no estudo da linguagem e na articulação social entre interlocutores o processo de subjetivação produz a falsa noção no

sujeito de que ele é a fonte exclusiva do seu discurso, “palavra em movimento” (Orlandi 2015), quando na verdade ele retoma sempre formas já estabelecidas.

Finalmente, queremos com Maliska (2008) sustentar o caráter interdisciplinar, heteróclita da voz. E, assim, compreender que há nela uma excentricidade que concerne unicamente ao seu próprio ser, mas também de extravagante, que transborda para o exterior, para fora de si, — e, por mais que as ciências tentem dar conta desse objeto, há algo na voz de inapreensível, de indizível, algo que escapa a qualquer teorização.

EFEITO-CONCLUSÃO

A voz, no caminho pelo qual traçamos nesse trabalho, se move de um polo em que se apresenta com um mero som, a outro polo do qual ela se faz corpo e na sua aproximação ‘com a ordem significante’ com a fala sob a condição da língua a possibilidade da matéria simbólica do discurso. Entre esses dois polos aproximações e distanciamento podem ser operacionalizados, trazendo para as distintas disciplinas (Análise Discurso e Psicanálise) avanços.

Defendemos, no recorte que estabelecemos que a “voz social” seria o direito pelo qual os sujeitos sem legitimidade discursivizarem, na exclusão, o ideológico e o político. Assim, debruçados sob as narrativas históricas sempre “ditas” na ótica dos vencedores, percebemos que vozes são caladas, apagadas, silenciadas em nome da verdade daqueles (as) que tem autoridade/poder para cristalizarem um sentido em detrimento a outros possíveis.

Pelo que precede, a voz como um corpo simbólico que reside no real da língua que não se deixa aprisionar pela significação, e, ou pela representação é nas palavras de Maliska (2017, p. 217) um ato político, ela imprime uma marca que não está no discurso, mas como corpo produz efeitos no discurso. Ora, para Pêcheux (1969) discurso é efeito de sentidos entre interlocutores, sentidos que se constituem na relação com o sujeito e sua dimensão histórica, social, política.

Esse corpo voz, que pode ser materializado pelo significante, produz então seus efeitos sobre o discurso, em um processo pelo qual essa o sujeito se inscreve na linguagem, cujas estruturas são de poder, e nessa a língua na possibilidade do equívoco e da contradição, da incompletude faz transbordar pelo inconsciente desses sujeitos sentidos diversos. Diz Orlandi (1987, p. 26) que a Análise do Discurso é privilegiada porque o discurso é [...] “a instanciação do modo de se produzir linguagem, isto é no processo discursivo se explica o modo de existência da linguagem que é social”.

A voz social pela viabilidade da linguagem como trabalho aponta para a existência de falhas, de lapsos no ritual, conforme

Orlandi (2012) e o que outrora retumba como um não-sentido, passa a ser na pluralidade um outro sentido, um lugar de resistência. Dessa forma, chegamos também a compreensão de que essa voz-direito, por meio de uma posição discursiva, traz a possibilidade de estruturação de um discurso de RESISTÊNCIA, discurso de ruptura, não voluntarista, ou espontaneísta, mas trabalhado nos entremeios do silêncio, do poder, da voz materialidade, corpo significador.

Logo, essa resistência é a definição de um lugar social de ‘empoderamento’, como força que marca um tempo de transformação (repetimos) na/pela linguagem e exige de nós uma responsabilização sobre a forma de como estamos produzindo, ou reproduzindo discursos (na voz/silêncio) e neles palavras e expressões aparentemente neutras cristalizando conceitos estabelecidos pelos (as) que se rotulam donos (as) dos “autênticos” sentidos. E, ancorados em Modesto (2014, p. 158) entendemos que essa resistência se dá através de um trabalho com o real, o real da língua – o equívoco e o real da história- a contradição, por ela o furo da ideologia.

É nessa divisão da linguagem, nesse recorte social, em que a voz social não é permitida (uma espécie de silêncio censura) a todos os sujeitos, que sobressai a luta de classes e estes lugares de resistência de onde incessantemente parcelas de indivíduos tentam se engajar buscando o direito ao exercício da palavra e a se constituírem por meio dela como ser humano, inscritos na ordem do político. Não deixando de marcar, o contraponto dessa negação, desse silêncio censura, com Orlandi (2012, p. 128) ao afirmar que em todo processo discursivo o silêncio existente nas palavras significa o não-dito e abre espaço de recuo significante produzindo condições para significar, sem ele haveria ao muito cheio de linguagem.

Destarte, **longe da ingenuidade permissiva que nos faria vislumbrar a solução dessa problemática**, reiteramos que em nossa sociedade, historicamente, um grito não cansa de ecoar:

- Dá-nos a voz!

-Concede-nos a fala!

E nesse eco o desejo escondido de “liberdade” e de “igualdade” se visibiliza.

REFERÊNCIAS:

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução: Pedro Constatin Tolens. São Paulo: Martins Claret, 2001.

BARTHES, Roland. “Da ciência á literatura”; “A guerra das linguagens”; “ A divisão das linguagens”. In: *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Ed. Cultix, 1996.
- BASTOS, Angélica. *A voz na experiência psicanalítica*. Rio de Janeiro. *Àgora* (Rio J.) Vol. 17, nº 1, jan/jun 2014.
- DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2*. São Paulo: Ed. 54, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- FREUD, Sigmund. *O inconsciente* (1915). In: Edição: Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. V. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- LACAN, Jacques. *O aturdido* (1972). *Livro 20. Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LACAN, Jacques. *O Estádio do Espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- MALISKA, Maurício E. *A voz: um corpo que não engana?* Apresentação no SEDISC 2016. In *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. FLORES, Giovanna [et al]. Campinas- SP: Pontes Editora, 2017.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas. Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ª. ed. ver. aum. Campinas-SP: Pontes, 1987.
- PÊCHEUX, Michel. *As massas populares são um objeto inanimado?* In: ORLANDI, Eni (Org). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, 2011.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. *Analyse Automatique du Discours*, Dunod, Paris, 1969.
- PORGE, Erik. *Voz do eco*. Tradução: Viviane Veras. Campinas-SP: Ed. Mercado de Letras, 2014.

RANCIÈRE, Jaques. "O dano: política e polícia". In: *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SANTOS, V. dos; CANDELORO, R. J. Trabalhos acadêmicos uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: Editora Age, 2006.

O PROFESSOR INDÍGENA E O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: *DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS NA RELAÇÃO TEXTO IMAGÉTICO E TEXTO VERBAL*

Aldrin da Costa Cruz

Gláucia Maria Costa Trinchão

INTRODUÇÃO

Este capítulo é fruto de uma dissertação de mestrado na área de Educação, no contexto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)¹, que teve como objeto de estudo a prática docente de quatro professores indígenas da comunidade Pataxó que lecionaram ou lecionam a disciplina História, no processo de construção ou desconstrução de representações do índio no livro didático, a partir da análise da relação entre os textos verbais e os textos imagéticos no livro didático.

No manuseio dos livros em sala de aula fica perceptível que alguns pontos ainda precisam ser investigados e trabalhados não só no campo da educação. O preconceito em relação à própria temática indígena, o espaço restrito que os povos indígenas e suas culturas ocupam nos livros didáticos, principalmente os de História, são notórios. As comunidades tradicionais indígenas são citadas quase sempre no contexto da colonização e quando em outros períodos históricos são sempre apagadas ou suas individualidades culturais são organizadas de forma confusa e desconexa na relação entre textos escritos e imagéticos, desrespeitando as individualidades culturais de suas tribos.

O livro didático faz parte da cultura material escolar, é um instrumento produzido pelo governo e utilizado no Ensino Básico nacional. Estudar as políticas públicas para o livro didático, a relação de imagem e narrativas e como o professor constrói ou desconstrói equívocos que podem gerar preconceitos ou reforçar estereótipos é um ato político de preservação do direito constitucional à educação laica e de qualidade, também de combate ao preconceito, ao racismo e à construção de estereótipos nas escolas pública e privada.

Essas questões se consolidam como ações necessárias, principalmente, em se tratando de escolas em comunidades

¹ Objeto esse que foi publicado no seguinte livro: *O Índio no Livro Didático de História e a (Des)construção de representações pelo professor indígena Pataxó* (CRUZ, 2018).

tradicionais, como é o caso da escola indígena Pataxó Coroa Vermelha de Ensino Fundamental, localizada no município de Santa Cruz Cabrália, na Bahia, espaço de pesquisa deste estudo. Os povos indígenas possuem escolas em suas aldeias, espaços escolares que possuem características próprias e singulares, mas ainda adotam materiais e livros didáticos elaborados pelo Estado.

Sendo, portanto, um objeto complexo e de difícil conceituação, mas significativo na condução e escolha pelo poder dos conteúdos a serem ensinados nas escolas de Ensino Básico, o livro didático pode se caracterizar como uma mercadoria relacionado ao sistema capitalista, além de se constituir em um suporte pedagógico disponibilizando métodos, conteúdos e currículos escolares, sendo percebido, também, como um meio que viabiliza valores, ideologias, representações dentre outras mensagens subliminares. Como todo produto cultural, ele possui uma história e não escapa às políticas educacionais de cada período.

Diante desta complexidade, este estudo trata da relação professor indígena e o livro didático de História *Saber e Fazer História do 7º ano, dos autores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2012)*, tendo como referência o discurso de quatro professores do Ensino Fundamental que ministram ou ministraram a disciplina História na escola indígena Pataxó Coroa Vermelha. A investigação buscou perceber como eles lidam pedagogicamente com as imagens inseridas nos livros didáticos, mais especificamente, identificar se e como os referidos professores de História desentrem as representações do índio presentes nas imagens dos livros, analisando o discurso de quatro sujeitos que participaram de entrevistas semiestruturadas.

Neste sentido, alguns dos fundamentos teórico-metodológicos da análise do discurso de linha francesa, formação discursiva, ideologia e interdiscurso, guiaram este estudo e seu percurso analítico, associados à análise da imagem, no contexto sociocultural, e ao conceito de representação.

O Livro Didático no Brasil: papéis, legislação e avanços na educação indígena

Os livros didáticos (doravante, LD) cumprem quatro papéis fundamentais que podem variar conforme a atmosfera sociocultural, o período, as disciplinas, os graus de ensino, os métodos e as formas de emprego: o papel referencial, também denominado curricular, no qual se assentam conhecimentos acumulados por gerações; o papel instrumental, que se refere aos métodos de aprendizagem empregados; o papel ideológico e cultural, ou seja, os valores e ideias de determinado povo ou classe social (CHOPPIN, 2004). Dentre os quatro papéis,

destaca-se a função documental a fim de reforçar o argumento de que o LD pode também ser trabalhado de forma significativa, apesar de suas limitações.

Ao situar de forma breve a história do livro didático no Brasil, constata-se que, durante muito tempo, ela se resume a decretos, leis e medidas governamentais sem participação dos diferentes segmentos sociais. Em 1937, a Política educacional promovia a ideologia nacionalista e autoritária do Estado Novo Vargas e o livro didático não ficou fora dessa política, muito pelo contrário, esse tipo de material foi posto a serviço dos interesses do Estado Novo. Na década de 1960, durante o regime militar, houve acordo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), cabendo à Agência Norte-Americana assumir a fabricação, controle ideológico e financeiro dos livros didáticos (FREITAG; RODRIGUES; COSTA, 1989).

Em 1968, o governo militar cria a FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar), e em 1976 este órgão sofre mudanças por decreto Federal, passando a ser responsável pelo programa do Livro didático, que antes era encargo do INL (Instituto Nacional do Livro), criado durante o Estado Novo em 1937. A legislação educacional implementada pela tomada de poder pelos militares, em 1964, despolutiza o sistema de ensino e procura também controlar política e ideologicamente os materiais didáticos (FREITAG; RODRIGUES; COSTA, 1989).

O MEC, ao longo da história do livro didático no Brasil, não se preocupou muito em discutir a qualidade e a correção dos livros que eram produzidos, sendo este um material utilizado com certa frequência pelos professores e alunos das escolas públicas brasileiras. Embora a história do livro didático no Brasil ainda precise ser contada de forma mais aprofundada, ao menos nas leis, a política direcionada ao livro didático se torna, atualmente, mais democrática, porém, muito ainda tem que ser feito para ampliar a participação da sociedade na política relacionada a este tipo de material didático, bem como no combate à discriminação e preconceitos ainda presentes nele (ROSENBERG, 2003), particularmente no âmbito das questões da etnia indígena.

Atualmente, o uso e a divulgação do livro didático brasileiro devem muito ao Programa Nacional do Livro didático, que é financiado pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e gerenciado pelo MEC. É pertinente enfatizar que os livros didáticos, antes de serem disponibilizados para a escolha nas escolas, são avaliados por especialistas, por docentes acadêmicos e de ensino básico, que preparam resenhas dos manuais acatados para fazerem parte dos guias dos livros didáticos, os quais irão ser escolhidos nas escolas. Tendo por embasamento esse guia, que fica disponível na

internet, e encaminhados impressos para às escolas cadastradas no censo escolar, a comunidade escolar pode analisar e selecionar os livros que irão utilizar.

Os significativos investimentos financeiros do Governo Federal em torno do livro didático nos faz refletir sobre a potencialidade desse produto cultural para a educação de todo o país. Cabe ressaltar, também, que o livro didático é uma mercadoria, como tal, é um produto bastante complexo e controverso da indústria cultural, inserido no sistema capitalista e na ética do lucro. Entre outros fins, o LD funciona como apoio basilar e sistematizador de conteúdos vinculados pelas propostas curriculares. Pode ser um mediador do saber da academia para o conhecimento na escola, um disseminador de conceitos, elaborador de textos e exercícios com linguagens específicas para cada nível de ensino, sendo um relevante instrumento pedagógico carregado de um sistema de ideias e valores (BITTENCOURT, 2004).

Se os sujeitos não podem escapar das influências dos diversos contextos internos e externos em que estão inseridos, os materiais didáticos que eles trabalham também sofrem a interferência de vários agentes que estão envolvidos em sua produção. Assim, o livro didático, como todo produto cultural, está condicionado a fenômenos econômicos, políticos, ideológicos e técnicos. Esse tipo muito particular de produto cultural sofre a interferência de múltiplos agentes na sua preparação, tais como: o Estado, as editoras, os pesquisadores, os técnicos especialistas em processos gráficos, os ilustradores, os movimentos sociais, as escolas, os professores, alunos, dentre outros. Além de existir uma hierarquia na participação da política nacional voltada para esse tipo de material pedagógico relacionada a maior ou menor concentração de capital.

Os setores populares e os movimentos sociais interferem em pequena escala nesse tipo de política, como também o autor do livro. Desse modo, entendemos que a política nacional do LD se mostra como um lugar de lutas, dentro do ambiente educacional. O Estado investe muitos recursos financeiros no mercado editorial brasileiro, interferindo bastante na elaboração dos conteúdos escolares difundidos por ele e depois institui processos avaliativos. Em um sistema capitalista, o processo de constituição do livro didático, certamente, visa atender aos interesses mercadológicos (BITTENCOURT, 2004). A forma como o LD se expressa precisa estar ligado, de maneira atenta e inteligível, ao seu público-alvo, talvez, por isso, muitas vezes, os autores e editoras simplificam muitos assuntos complexos, diminuindo a capacidade autônoma e problematizadora dos sujeitos que lidam com ele (BITTENCOURT, 2004).

Acredita-se que o livro didático pode fornecer, sem que sua leitura seja dirigida, um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, cuja observação ou confrontação pode vir a desenvolver o espírito

crítico do aluno. Portanto, a análise crítica do professor a respeito do material didático abordado em um ambiente de trabalho democrático, que possibilite a autonomia de educadores e educandos, pode ressignificar os limites existentes nos livros didáticos e torná-los ferramentas importantes na desconstrução de estereótipos e preconceitos sobre os diferentes grupos étnicos, que esse tipo de material didático representa.

O livro didático de História no Brasil

Por ser um produto que segue um padrão voltado para o consumo, conforme os objetivos do mercado, sua tendência é se tornar um recurso que facilita a reprodução de ideologias e o conhecimento imposto por determinados segmentos do poder e pelo Estado (BITTENCOURT, 2004). Os aspectos ideológicos relacionados às classes sociais e aos diferentes grupos étnicos-raciais são percebidos, também, nos livros didáticos de História, desde sua inserção nos ambientes escolares:

Entende-se que o livro didático de História do Brasil funcionava entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX como instrumento para organizar, consolidar e justificar uma formação social específica, que é a nação brasileira. Nesse projeto de nação, as especificidades regionais foram destacadas e valorizadas como forma de explicar a situação em que se achavam as regiões ou estados brasileiros. Os interesses das classes dominantes em seus locais eram preservados e justificados em nome da história. Os livros didáticos eram, assim, instrumentos importantes de divulgação de um projeto de classe via narrativa da história do Brasil. (PINA, 2011, p. 49)

Portanto, os livros didáticos não serviam apenas como instrumentos pedagógicos, eles se prestavam a veicular e manter os valores de determinados grupos ou classes que possuem capital econômico e cultural, sendo que essa realidade ainda está bem viva na atualidade, apesar de se vislumbrar alguns avanços (BITTENCOURT, 2004).

Conforme assevera Rosa (2012, p. 151), “o livro didático de História continua sendo usado como uma ferramenta que visa criar um sentimento de cultura nacional através da supressão das diferenças de raça, etnia, crença e língua”. E o mais agravante é que geralmente apresenta o indígena como selvagem, atrasado, ingênuo e congelado no tempo em narrativas muito generalizantes e que demonstram visões estereotipadas e pautadas na ótica do colonizador.

Contudo, não podemos achar que o livro didático de História é apenas um instrumento a serviço dos dominadores e de suas ideologias, ou seja, entendê-lo de forma maniqueísta e simplória. Pode e deve ser entendido, também, como um possível instrumento de trabalho que possibilita questionar os discursos oficiais do poder constituído, sobretudo, desenvolver o pensamento crítico e autônomo estudantil, ainda, possibilitar outros discursos e representações para o povo indígena, um discurso contra hegemônico e lugar de protagonismo, dependendo da forma de utilização do LD nos ambientes escolares.

O professor indígena e o livro didático

Apesar de sua longa trajetória como produto cultural que se presta, de modo geral, a consolidar valores e ideias da cultura branca ocidental com uma política de silenciamento das demais culturas, os livros didáticos e seus conteúdos escritos e imagéticos podem ser trabalhados de forma crítica, com a potencialidade da desconstrução de ideias preconceituosas e estereotipadas que fortalecem a discriminação das populações indígenas, por exemplo.

Neste sentido, o professor Pataxó AW², ao tratar do livro didático como uma ferramenta importante para a escola afirma: o “Livro didático... bom (risos...). O livro didático eu acredito que é uma fonte, ou seja, uma ferramenta que nós temos para trabalhar em sala de aula”. O professor AW tem consciência das fragilidades e perigos ideológicos que o livro pode apresentar, por isso, ressalta: “Mas nem sempre dentro desses livros têm as informações corretas em relação a nós”. Porém, para o professor, o livro não perde seu importante papel de ferramenta em sua vida acadêmica, quando destaca: “Mas acredito que ele é uma ferramenta fundamental, também em relação aos conhecimentos gerais, aos conhecimentos do nosso povo, mesmo sendo um conhecimento (risos) meio fraco” (PROFESSOR PATAXÓ AW, 2015). Além disso, em seu discurso destaca: “É preciso que a gente faça alguma coisa para esses conhecimentos cheguem mais a esses livros didáticos, cheguem as escolas, de acordo com a realidade de cada comunidade, né?”. (PROFESSOR PATAXÓ AW, 2015). E segue o professor Pataxó AW, dizendo:

Então eu acredito que seja uma ferramenta que a gente pode usar também ao nosso favor. Atualmente, tem essa lei 11.645 que obriga as escolas indígenas e não indígenas públicas e privadas a trabalharem essa questão da temática indígena e afro-brasileira nas escolas, mas, nem sempre esses livros

² Foram utilizadas siglas para preservar a real identidade dos sujeitos.

didáticos contemplam esses temas. Então, acho que nós devemos usar esses livros, de alguma forma, pra que ele seja mais de acordo com a realidade de cada comunidade. (PROFESSOR PATAXÓ AW, 2015)

Nas palavras do professor indígena Pataxó AW, o livro didático é um instrumento importante para viabilizar os conhecimentos mais gerais, ou seja, não apenas aqueles que se referem às culturas indígenas. Segundo ele, os professores devem trabalhar com esse material em sala de aula, apesar dos equívocos cometidos em relação à cultura indígena. Portanto, na perspectiva desse professor indígena, apesar de o livro didático conter geralmente de forma mais enfática a formação discursiva e ideológica dominante, ou seja, a cultura branca ocidental, pode-se trabalhar de modo a favorecer os interesses dos povos indígenas. Por meio de sua formação discursiva, o professor AW faz uma crítica, também, ao hiato entre o que apregoa a Lei 11.645 e o que, muitas vezes, os livros didáticos trazem, ou mesmo silenciam, quando afirma que nem sempre as temáticas indígenas e afro-brasileiras são contempladas neste tipo de material pedagógico (BRASIL, 2008).

Entretanto, mesmo que o livro didático do PNLD possa ser trabalhado de forma problematizadora e autônoma, não se pode deixar de atentar para proeminência de favorecer às culturas indígenas, também a autonomia na elaboração dos seus próprios livros didáticos, com o apoio financeiro e pedagógico efetivo do Governo Federal, para que a história, a cultura e a diversidade étnico-racial dos povos indígenas possam ser conhecidas e valorizadas, cada vez mais, nesse tipo de material. Para que isso ocorra, é fundamental que os avanços legais saiam do papel e se concretizem no cotidiano das escolas indígenas.

Alguns Avanços Legais que favorecem a educação Indígena

Esse tópico não tem a intenção de expor e discutir as várias leis e decretos relacionados à educação indígena, mas sim pontuar alguns marcos legais que favoreceram a educação diferenciada para os povos indígenas. Foi pela Constituição Federal de 1988 que as perspectivas políticas integracionistas e assimilacionistas do Estado brasileiro para educação escolar indígena foram postas em cheque e a educação específica ganha força legal e reforça as demandas das lutas indígenas.

Essa mesma Constituição coloca a igualdade de todos perante a lei e, em 1989, a Lei Caó considera crime inafiançável a discriminação e o racismo. A elaboração da Constituição Federal de 1988 se constitui, então, em um marco legal na luta das populações indígenas por seus direitos (BONIN, 2012). A Constituição Federal produziu uma virada conceitual que alterou significativamente as relações do Estado com os

povos indígenas, e essa mudança de perspectiva exigiu do estado e da sociedade que se reformulassem as leis específicas sobre educação para torná-las compatíveis com princípios mais gerais.

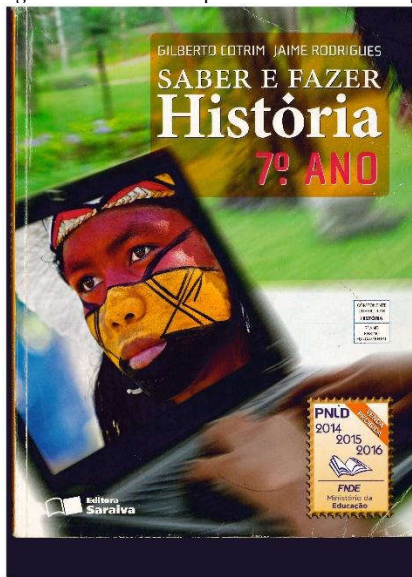
Desse modo, o direito indígena a uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue, vem sendo regulamentado desde 1988, através de vários textos legais (BONIN, 2012, p. 37). Assim, a conquista a uma escola diferenciada, onde os povos indígenas possam ter autonomia para gerir seus conhecimentos, com os saberes de outras culturas, ampara-se numa legislação que defende o respeito às diferenças e às especificidades étnicas dessas populações. Na Carta Constitucional de 1988, os índios, de forma pioneira, são tratados como cidadãos, com o direito ao respeito às suas diferenças.

Se a Constituição Federal de 1988 se configura em um marco legal nacional para os povos indígenas, no âmbito internacional, esse marco é estabelecido pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre povos Indígenas e Tribais (OIT), de 1989, no campo legal para a garantia de direitos dos povos indígenas. Sem dúvida, o conhecimento das leis, dentre outros fatores, favorece a desconstrução de estereótipos sobre os povos indígenas nos vários espaços sociais, como também, de forma específica, no âmbito do livro didático. Todavia, apesar dos avanços legais, muita coisa ainda ficou apenas no papel, por isso os povos indígenas continuam lutando para que tais legislações se cumpram.

Discursos imagéticos no livro didático de história e os discursos verbais de professores pataxó: desconstruindo estereótipos

A análise da desconstrução dos estereótipos presentes no livro didático de História por meio dos discursos dos professores indígenas parte da imagem da capa do livro intitulado *Saber e Fazer História*, do 7º ano, trabalhado na Escola Indígena Pataxó no município de Coroa Vermelha, na Bahia, no período de 2014 a 2016.

Imagem 01 – O estereotipo do Índio em destaque



Fonte: Cotrim e Rodrigues, 2012.

A capa do livro indica, na sua parte superior, o nome dos autores *Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues*, o título do livro *Saber e Fazer História*, e o nível de ensino o qual o livro se propõe a trabalhar. Em sua parte inferior, à esquerda, o livro destaca a editora, Saraiva. O mais significativo, entretanto, no computador. Uma tecnologia avançada que reflete a imagem de um índio ainda representado como um nativo nas suas características tradicionais marcantes, cocar e rosto pintado.

O discurso imagético da capa sugere que o índio será o centro principal de abordagem deste livro didático. Retrata o rosto de um índio Pataxó, pintado de vermelho, amarelo e preto, com cocar colorido na cabeça, com predominância da cor branca, e a presença de detalhes em vermelho, amarelo e preto, ou seja, com vestes específicas de sua cultura, conforme apresentado na imagem 1. Cabe ressaltar que essa imagem tem como contexto a tela de um notebook. Não fica claro, na imagem, quem manipula o computador: se é um índio ou não índio, pois, apenas são mostradas mãos desfocadas. A imagem, ao fundo, está distorcida, tendo a cor verde em destaque e árvores ao redor, sugerindo uma atmosfera florestal associada ao índio, ou seja, ele está vinculado ao ambiente de natureza.

Portanto, apesar de estar representado na tela de um computador, um objeto tecnológico contemporâneo, o índio está concebido de forma estilizada, como que para ser reconhecido como

índio, precisasse estar trajado como tal. Os sentidos construídos pela fotografia, que se materializam na capa, estão carregados de historicidade. São caracterizados pela ideologia e pelas relações de poder, onde o índio ainda é marcado, estereotipado, por uma memória do passado colonial, associado, principalmente, a um ambiente de floresta. Segundo Orlandi (2005, p. 63):

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explica em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura.

Podemos deduzir, com isso, que na imagem emerge a presença acentuada da memória de uma formação discursiva e ideológica dominante, pois os discursos e representações que emanam da fotografia não são neutros, eles estão carregados de ideologia (KOSSOY, 2002).

Ao falar sobre a capa do livro de História adotado pela escola, a professora indígena Pataxó GB traz evidências da desconstrução de formações discursivas estereotipadas na prática educativa, ainda que ocorra o silenciamento da diferença de etnia indígena. Tal aspecto comparece no seguinte fragmento discursivo:

Essa nova coleção, ela traz imagens bem mais do nosso cotidiano. O parente meu, esse da capa, é Janaron, um menino que eu (riso) vi nascer, foi toda vida meu vizinho. A mãe e os pais dele moram ao lado da minha mãe, então assim, é uma realidade muito próxima essa questão da imagem. Mas, também, isso se tratando dessa coleção. A maioria das coleções quando vai falar dos povos indígenas, só vai trazer imagens de indígenas do Norte, do Amazonas né, de lá, nunca traz imagens dos indígenas nordestinos, e, historicamente falando, existe uma questão sobretudo isso, porque na invasão, na ocupação do território brasileiro, os primeiros indígenas a terem contato direto, conflito direto com os europeus foram exatamente os nordestinos do litoral. Então, assim, a gente brinca até muito com os parentes do norte do Brasil, que eles hoje conseguiram, depois de 513 anos, manter com mais vigor todas as questões culturais mais fortes, porque a gente sofreu e pagou o preço por isso. (PROFESSORA PATAXÓ GB, 2015)

A professora indígena GB destaca, em sua fala, que a coleção adotada pela escola traz uma realidade mais próxima a sua cultura, porém ressalta a ausência dos índios nordestinos na maioria das

coleções didáticas, apesar de toda sua importância para cultura brasileira, como também sua enorme contribuição para a preservação das culturas indígenas de outras regiões. Assim, seu discurso evidencia o silenciamento em relação aos índios da região nordeste, que são discriminados por conta da localização geográfica. A professora, desconstrói, portanto, por meio da identificação com uma determinada formação discursiva, a ideia muito comum em muitos livros didáticos que para ser considerado realmente índio é necessário ter as características dos índios do norte do Brasil.

A professora indígena AP fala também da referida capa, no recorte discursivo a seguir:

E ainda retratando essa questão da imagem, como as escolhas das imagens, elas ainda retratam os estereótipos, porque se a gente observar na capa desse livro, quem é Janaron? É um indígena com traços bem fortes né, dos indígenas de antes, trajados totalmente pintados. Então a gente sabe que essa realidade também não é totalmente 100%, porque a gente tem indígenas, se você observar na nossa escola, alunos loiros de olhos azuis, alunos que são mais negros. Então até essa questão do estereótipo no livro quando se retrata sempre procura voltar-se para os indígenas cujos traços são mais fortes em relação aos indígenas da colonização. Então, ainda assim, por isso que muitas vezes quando GB fala em relação aos indígenas do Norte, a gente sofre certa discriminação justamente por causa do estereótipo. Porque os indígenas aqui do Nordeste são indígenas mais mistos, cujos traços, né, são diferenciados, e há essa discriminação, porque muitos falam que os indígenas daqui (risos) do Nordeste não são indígenas, né? (PROFESSORA PATAXÓ AP, 2015)

A professora indígena AP, por meio da identificação com uma determinada formação discursiva, desconstrói as representações do índio estereotipado, marcado pelo discurso do período da colonização. O nativo representado com aquelas características do passado, com tipo físico bem definido, com pouca ou nenhuma miscigenação com outras culturas. Dessa forma, critica a visão de que para ser índio é necessário ter determinados traços físicos e estar trajado ou vestido a “caráter”, senão deixam de ser considerados indígenas, por conta de estereótipos já arraigados na sociedade envolvente.

A professora indígena entrevistada AP, em seu discurso, ao analisar a imagem, desconstrói a ideologia do colonizador e o interdiscurso sobre o índio andar nu, pintado, de forma estilizada, sobre ser selvagem e ligado à natureza. O posicionamento da referida professora identifica-se com uma determinada formação ideológica (ORLANDI, 2000) e não com representações estereotipadas que

remetem ao olhar colonizado. Para que se entenda o termo, “uma formação ideológica pode ser concebida, grosso modo, como um conjunto de representações sociais que estão ligadas às posições sócias e históricas dos sujeitos enunciadores” (HEINE, 2012, p. 29).

As duas professoras Pataxó, AP e GB, convergem, portanto, em seus discursos, sobre a discriminação e os silêncios em relação aos índios nordestinos no livro didático de história. Contudo, é conveniente frisar que o reconhecimento de uma representação do índio ligada à uma realidade mais próxima ao que é vivenciada por eles, de fato, dita no discurso da professora GB, não anula a crítica feita por ela as representações estereotipadas feitas com frequência por outras coleções, e nem sugere que essa professora não tenha crítica nenhuma a fazer sobre o livro didático de história da coleção trabalhada por ela.

A seguir, a professora indígena GB demarca seu posicionamento sobre o quadro de Victor Meirelles, apresentado na Imagem 2:

Imagem 02 - A Primeira Missa no Brasil, 1861. Museu Nacional de Belas Artes



Fonte: Página Info Escola, s/d.

A imagem do quadro, o autor do quadro, da Primeira Missa né, viu, aquela imagem mesmo, é uma imagem onde está né, uma presença muito forte... da religião, que a religião faz parte da cultura, e é uma cultura europeia que é a religião Católica, né. A realização da Primeira Missa no Brasil, o que acontece? Os indígenas estão dependurados nas árvores, sentados pelo chão, deitados pacificamente, muito bem como se tivesse entendendo aquela língua, como se fizesse parte de todo aquele ritual, e que aquilo ali fosse uma coisa normal. Então, assim, é uma imagem muito errada, não é?

Não era daquele jeito, aí eu brinco muito com meus alunos, mas, por que para o artista né, para o pintor, foi interessante pintar esse quadro? Primeiro que o quadro foi pintado muitos anos depois né, mas, por quê? Qual foi o interessante pra ele pintar o quadro daquele jeito? Eu falei: porque quem pintou o quadro, por trás dele existe um interesse, existe uma História, existe interesse político com isso, se quem tivesse pintado o quadro tivesse sido um indígena, o quadro seria diferente! (...). (PROFESSORA PATAXÓ GB, 2015)

Pode-se perceber, no discurso da professora indígena, que ela desconstrói todo um imaginário representativo e ideológico (PAIVA 2006), que o quadro de Victor Meirelles faz dos primeiros contatos dos povos indígenas com o europeu colonizador, como por exemplo: a disponibilidade e aceitação pacífica dos índios em relação à conversão da religiosidade católica, bem como o poder de comando dos europeus recém-chegados na antiga Pindorama. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988, p. 17).

A professora indígena, por meio da formação discursiva que se identifica, alerta que o quadro que representa *A Primeira Missa no Brasil* foi feito muito tempo depois, ou seja, embora pareça que o artista tenha sido testemunha ocular do fato, na verdade o pintor buscou representar os interesses políticos e ideológicos dos não índios. Pois, conforme a professora pataxó, se o quadro fosse pintado por um indígena a representação seria distinta. Deste modo, ela propõe uma nova leitura do quadro, embasada em sua cosmovisão, na experiência de seu povo, a partir da identificação com determinada formação ideológica.

Um outro professor indígena AJ discursa sobre as distorções e equívocos elaborados sobre as diferentes etnias nos livros didáticos de história:

No livro de história eu olhando vi a imagem Caiapó (riso), por exemplo, vi a imagem Caiapó no livro didático de História, e embaixo índios da etnia Pataxó, então isso não combina. É uma informação, é uma imagem totalmente distorcida, que quem não conhece é lógico, se eu não soubesse não conhecesse, ia passar o quê? Ia passar que aquele povo ali era o povo Pataxó, ia afirmar e comprovar com o autor do livro, ou com alguém que escreveu um parágrafo, por exemplo, sobre aquele povo. Então, quando você conhece, quando você sabe, você vai contar, tentar não distorcer né, mas vai tentar ali colocar o que é real. Então, assim, essa imagem não condiz com que tá aqui embaixo,

aqui embaixo não condiz com a imagem de cima. Então é dessa forma: é Pataxó é Pataxó, é Xingu é Xingu, no caso a etnia, é etnia Walapiti, então nada a ver com Pataxó né, o nome de baixo. Dessa forma, isso não é o primeiro caso, já vi em outros livros de história essas informações também. Então, assim, se um livro desse chega em uma escola não indígena é passado dessa forma né, os alunos não indígenas vão aprender isso. (PROFESSOR PATAXÓ AJ, 2015)

O discurso do professor indígena pataxó em relação às ambiguidades do livro didático de história não fica só na denúncia, ele desconstrói, de forma consistente, o discurso contido no livro ao afirmar a importância em conhecer as diferenças culturais existentes entre as várias etnias sob pena de reproduzir graves distorções em relação às culturas indígenas. Portanto, dentro de sua formação discursiva, o professor AJ desconstrói o conteúdo ideológico da cultura dominante, que, muitas vezes, vê os povos indígenas de forma homogênea e simplista. Essa homogeneização da diversidade das etnias indígenas, de modo geral, contribui para difundir e sedimentar estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da análise dos discursos dos professores indígenas pataxó colocou em evidência a forma crítica como os conteúdos verbais e imagéticos são desconstruídos pelos sujeitos da pesquisa. Ficou notório, em seus discursos, que isso se deve a vários fatores, dentre eles: o cultivo da sabedoria da própria comunidade muito presente no conhecimento dos mais velhos da aldeia indígena; o contato com outros povos indígenas e não indígenas e seus saberes; a formação acadêmica e continuada dos professores indígenas e do retorno dado por eles a escola; o conhecimento dos professores pataxó sobre a legislação educacional, as Diretrizes e os Referenciais Curriculares voltados à educação escolar específica dos povos indígenas; a utilização de materiais didáticos e livros específicos da sua cultura como o Inventário Cultural Pataxó; na similaridade do nível de importância que dão a disciplina história e as outras disciplinas; a relevância dada ao professor indígena pela sua comunidade, no compromisso legítimo com a sua profissão; a elaboração de projetos escolares que valorizam sua rica cultura, bem como o uso de recursos tecnológicos, quando disponíveis na escola, como internet, data show, por exemplo, que permitem realizar trabalhos que se diferenciam das propostas dos livros didáticos; e o aprendizado histórico das lutas por seus direitos.

Desta forma, os professores indígenas constroem suas aulas não apenas baseados nos livros recebidos, indo muito além destes instrumentos pedagógicos, pois, por meio de outras fontes de

conhecimento, constroem suas aulas no intuito de fortalecer cada vez mais a cultura de seu povo e não apenas cumprirem um roteiro curricular oficial estabelecido pelo governo. Assim sendo, os professores indígenas desconstróem, por meio de suas experiências, em vários setores da sociedade, a ideia de um índio genérico, passivo, ingênuo, selvagem, incapaz, preguiçoso, “primitivo”, sem religião, geralmente ainda presente, mesmo que de forma implícita, nos livros didáticos.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Marisa Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BONIN, Iara Tatiana. Educação Escolar indígena e Docência: princípios e Normas na Legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luiza Merino de Freitas (orgs). *Povos Indígenas & Educação*. 2. ed. Porto Alegre, 2012.
- BRASIL. *Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008*. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Saber e fazer história - 7ª ano*. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CRUZ, Aldrin da Costa. *O Índio no Livro Didático de História e a (Des)construção de representações pelo professor indígena Pataxó*. Editora Zarte: Feira de Santana, 2018.
- FREITAG, Bárbara; RODRIGUES, Valéria; COSTA, Wanderley Ferreira. *O Livro Didático em questão*. São Paulo: Cortez Autores associados, 1989.
- HEINE, Palmira. *Tramas e temas em análise do discurso*. 1.ed. Curitiba, PR: CVR, 2012.
- INFO ESCOLA. *Primeira Missa no Brasil*. S/D. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/primeira-missa-no-brasil/> Acesso em: 10 mai. 2018.

- KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. 3ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PAIVA, Eduardo França. *História e Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PINA, Maria Cristina Dantas. Nação e identidade Nacional no Livro Didático de História IN: SILVA, Antônia Almeida; CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda; LARANJEIRA, Denise Helena Pereira (orgs). *Educação e Pluralidade Sócio Cultural: Sujeitos e Políticas Públicas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- ROSA, Mayara Silvério Batista. *As representações dos indígenas no livro didático de história do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) do ensino público de Campo Grande/MS*. 2012, 160 p. Dissertação (Mestrado) em Educação –Universidade Católica Dom Bosco. 2012.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2003.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Geórgia de Castro M. Ferreira

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UEFS. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Realizou estágio de docência na UNEB, ministrando a disciplina Produção Científica. Atuou na Comissão Organizadora do I e II Seminário de Estudo de Linguagens (SELING). Especialista em Psicologia e Ação Social pela Faculdade São Bento da Bahia. Graduada em Pedagogia pela UNEB e Administração com habilitação em Análise de Sistemas pela Fundação Visconde de Cairu. Tem experiência na área de Educação e Segurança Pública.

Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez

Professora titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Linguística (UFBA). Membro do Núcleo de Pesquisa do Discurso. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (GEPEAD).

Anderson de Almeida Santos

Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Especialista em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa (UEFS). Licenciado em Duração Plena em Letras Vernáculas (UEFS). Membro pesquisador no Grupo de Estudo e Pesquisa em Análise de Discurso.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Altamir Botoso

Possui graduações em Letras: Português e Inglês (1988), Espanhol (1989), Francês (1993) e Italiano (1995), todas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, mestrado em Letras [Assis] pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998) e doutorado em Letras [Assis] pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes temas: O mundo alucinante, pós-modernismo, El mundo alucinante, romance histórico, romance picaresco, romance malandro, intertextualidade, literatura africana, hispânica e espanhola.

Abraão Janderson dos Santos Amaral

Graduado em Licenciatura Plena em Letras/Português pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). É mestre e doutorando pelo Núcleo de Pós-graduação em Letras/Português, com ênfase em Linguística, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Aldrin da Costa Cruz

Licenciado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Possui especialização em Psicopedagogia pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter), especialização em Educação e Pluralidade Socio-Cultural pela UEFS, Mestre em Educação pela UEFS. É professor da Rede Estadual e municipal em Feira de Santana.

Carlos Alberto Braz

Graduado em Letras com habilitação em Língua Inglesa, Língua Portuguesa e respectivas literaturas pelo Centro de Letras, Comunicação e Artes da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Jacarezinho. Participou como membro integrante do Grupo Paranaense de Estudos do Léxico (GruPEL). Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID, do subprojeto de Língua Inglesa entre os anos de 2014 a 2017. Participante integrante do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PICV) durante os anos de 2014 a 2017.

Eliane Cristina Ormonde Leitão Mosquezi

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Linguística e Ensino-Aprendizagem em Língua Portuguesa (UEFS). Licenciada em Duração Plena em Letras

Vernáculos (UEFS). Membro pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Análise de Discurso (GEPEAD).

Fátima Ingrid Bezerra Bonfim

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL/UFPI). Professora de Linguística na Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu da Universidade Estadual do Ceará (UECE/FECLI). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso da Universidade Federal do Piauí (NEPAD/UFPI/CNPq).

Felipe Siqueira Firmino

É graduado em Letras Português e Mestre em Linguística pela Ufes, Doutorando no PPGEL/Ufes. Iniciou suas pesquisas tendo como tema toponímia capixaba e ensino de língua tupi e mais recentemente se filiou à Análise do Discurso, na qual é orientado pelo prof. Luís Fernando Bulhões Figueira. Filipe, também conhecido como Skiter, é Secretário Executivo na Ufes desde 2012 e atualmente representa o corpo técnico-administrativo nos Conselhos Superiores da Ufes e atua no movimento sindical capixaba, sendo dirigente da Central Sindical e Popular Conlutas.

Glaucia Maria Trinchão

Licenciada em Desenho e Plástica-EBA.UFBA. Mestra em Arquitetura e Urbanismo-FAU.UFBA. Doutora em Educação-UNISINOS. Pós-Doutora em Educação-ULisboa, Instituto de Educação. Professora Plena de Desenho na-UEFS na graduação e pós-graduação em Desenho (Lato e stricto sensu). Líder do GP Estudos Interdisciplinares em Desenho (CNPq). Ex-bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford. Autora: O Parafuso: de meio de transporte a cartão postal e História da Educação em Desenho. Organizou: Estudos Interdisciplinares em Desenho e Desenho, Cultura e Interatividade.

Grleide Ribeiro Santos Cunha

Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL, pela Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS, mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - MEL, pela Universidade do Estadual de Feira de Santana - UEFS. Possui Especialização em Língua Portuguesa: Texto, pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS e Graduação em LETRAS VERNÁCULAS pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Participou, como formadora, do programa de Formação Continuada em Serviço para Professores da Rede Estadual (Gestão da

Aprendizagem Escolar - GESTAR). Atualmente é Professora Auxiliar na Universidade do Estado da Bahia UNEB, participa do grupo de pesquisa da UNEB, denominado Cultura Visual, Educação e Linguagens e coordena o grupo de estudos- GEAD, vinculado ao grupo de pesquisa DIFEBA no mestrado da UNEB em Educação e Diversidade- MPED. É membro do Grupo de Pesquisa - GEPEAD, coordenado pela professora Dra. Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez. Tem experiência na área de Letras, com ênfase nos estudos do Discurso.

Illa Pires de Azevedo

Possui Licenciatura em Letras Vernáculas e Especialização em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Mestrado em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É professora EBTT de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal Baiano, câmpus Itapetinga. Membro do GEPEAD/UEFS e do GEPEDET/IFBAIANO, é Doutoranda em Linguística (UEFS) e desenvolve seus estudos no campo da Análise Materialista do Discurso.

Livia Dias de Azevedo

Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutora em História das Ciências da Terra pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade (PPGDCI) e do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB). Tem se dedicado nos últimos anos ao estudo dos Discursos sobre o Nordeste brasileiro a partir da Análise de Discurso materialista.

Maraisa Lopes

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Marcos Antônio da Silva

Doutor em linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, mestre em linguística pelo mesmo programa, especialista em Língua Portuguesa e Ensino pela FUNESO/PROLING e especialista em Ciências da Linguagem com ênfase em educação a distância pela UFPB. É professor efetivo do Instituto Federal de Alagoas, Campus Murici e dá aula no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Práticas Sociais (PPLPS). Tem

diversos textos publicados e apresentados em anais nacionais e internacionais, e já organizou alguns livros na área da Linguística.

Teodulino Manguiera Rosendo

Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2020). Mestre em Métodos e Gestão da Avaliação Educacional pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Especialista em Ensino Língua Portuguesa pela Faculdade São Francisco da Paraíba (2010).

